

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**“INFORMAÇÕES, CONTRAINFORMAÇÃO
E SEGURANÇA ENQUANTO
INSTRUMENTOS MILITARES
CONTRIBUINTES PARA A SEGURANÇA
E DEFESA NACIONAL”**

Coordenador

Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)

Novembro de 2019

Como citar esta publicação

Silva, C. M. C. R. M. (Coord.) (2019). “*Informações, Contrainformação e Segurança enquanto Instrumentos Militares Contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional*”. Coleção “ARES”, 33. Lisboa. Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/as-colecoes>

Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido
Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.
2970-703 Sesimbra
Tel: (+351) 932 696 712
E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54668-1-8
Depósito Legal: 464366/19
Tiragem: 250 exemplares

© Instituto Universitário Militar, novembro, 2019

Nota do Editor:

O texto do presente volume é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	xiii
<i>Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins</i>	
PRÓLOGO	xv
<i>Tenente-general (Ref) Manuel Fernando Vizela Cardoso</i>	
INTRODUÇÃO GERAL	1
<i>Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva</i>	
ESTUDO 1 – O PAPEL DA HUMINT NO CONTEXTO ATUAL E FUTURO DE EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES	7
<i>Capitão de Infantaria César António Rangel Monteiro</i>	
<i>Capitão de Infantaria João Filipe Pires Xavier</i>	
<i>Capitão de Artilharia Ana Raquel Garção Maurício</i>	
<i>Capitão de Infantaria André Miguel Farinha Bento</i>	
<i>Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva</i>	
ESTUDO 2 – CRIAÇÃO DE UM INTELLIGENCE FUSION CENTER NA FORÇA AÉREA	33
<i>Capitão ENGEL Pedro Filipe Rodrigues dos Santos</i>	
ESTUDO 3 – O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: ATUALIDADE E PERSPETIVAS DE EMPREGO	59
<i>Major de Transmissões Júlio César Melício Pires de Melo Sancha</i>	
<i>Capitão de Cavalaria José António da Rocha Isidoro</i>	
<i>Capitão de Administração Militar Rodrigo Garcia Gonçalves Brito</i>	
<i>Capitão de Cavalaria Alexandre Manuel Moura Parreiras</i>	
<i>Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva</i>	
ESTUDO 4 – DESAFIOS ATUAIS À ANÁLISE DE INFORMAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NA ERA DIGITAL	105
<i>Capitão de Infantaria José Venâncio</i>	
ESTUDO 5 – SEGURANÇA E CONTRAINFORMAÇÃO - INSTRUMENTOS CONTRIBUINTES PARA A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES MILITARES	125
<i>Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva</i>	
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	171
POSFÁCIO DE AUTORES	175

ÍNDICE DOS ESTUDOS

ESTUDO 1

Autores

Capitão de Infantaria César António Rangel Monteiro
Capitão de Infantaria João Filipe Pires Xavier
Capitão de Artilharia Ana Raquel Garção Maurício
Capitão de Infantaria André Miguel Farinha Bento
Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

1. O PAPEL DA HUMINT NO CONTEXTO ATUAL E FUTURO DE EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES	7
Resumo e Palavras-chave	8
<i>Abstract and Keywords</i>	8
1.1. INTRODUÇÃO	9
1.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	12
1.3. O EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES	15
1.3.1. O ambiente operacional	15
1.3.1.1. Ambiente operacional atual	15
1.3.1.2. Ambiente operacional futuro	16
1.3.2. O emprego das Forças Terrestres em Operações de Estabilização	17
1.4. ANÁLISE DO EMPREGO DA HUMINT EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO	21
1.5. CONCLUSÕES	27
Referências Bibliográficas	31

ESTUDO 2

Autores

Capitão Engenheiro Eletrotécnico Pedro Filipe Rodrigues dos Santos

2. CRIAÇÃO DE UM INTELLIGENCE FUSION CENTER NA FORÇA AÉREA	33
Resumo e Palavras-chave	33
<i>Abstract and Keywords</i>	34

2.1. INTRODUÇÃO	34
2.2. REVISÃO DA LITERATURA E MODELO DE ANÁLISE	37
2.2.1. O Conceito de Informações	37
2.2.2. <i>Intelligence Fusion Centers</i>	40
2.3. O NATO <i>INTELLIGENCE FUSION CENTER</i>	44
2.4. NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES NA FA	46
2.5. MISSÃO, ESTRUTURA E CONTRIBUIÇÃO PARA O CPI DA RIM E DO CGE	48
2.5.1. A Repartição de Informações Militares	48
2.5.2. O Centro de Guerra Eletrónica	49
2.6. VANTAGENS DE INTEGRAÇÃO DA RIM E DO CGE NO IFC	52
2.7. CONCLUSÕES	55
Referências Bibliográficas	57

ESTUDO 3

Autores

Major de Comunicações Júlio César Melício Pires de Melo Sancha
Capitão de Cavalaria José António da Rocha Isidoro
Capitão de Administração Militar Rodrigo Garcia Gonçalves Brito
Capitão de Cavalaria Alexandre Manuel Moura Parreira
Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

3. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO	59
PORTUGUÊS: ATUALIDADE E PERSPETIVAS DE EMPREGO	
Resumo e Palavras-chave	60
<i>Abstract and Keywords</i>	60
3.1. INTRODUÇÃO	61
3.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	63
3.2.1. Revisão de literatura	63
3.2.2. O Sistema de Informações Militares	66
3.2.3. O Ciclo de Produção de Informações	67
3.2.4. Modelo de análise	69
3.3. METODOLOGIA E MÉTODO	70
3.3.1. Metodologia	70
3.3.2. Método	71
3.3.2.1. Participantes e procedimento	71
3.3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	71

3.3.2.3.	Técnicas de tratamento de dados	72
3.4.	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	72
3.4.1.	A Organização das Informações Militares de Espanha e Cabo Verde	72
3.4.1.1.	Sistema de Informações Militar de Espanha	72
3.4.1.2.	Sistema de Informações Militar de Cabo Verde	74
3.4.1.3.	Síntese conclusiva	75
3.4.2.	O Sistema de Informações Militares do Exército Português	77
3.4.2.1.	Enquadramento legal do Sistema de Informações do Exército	77
3.4.2.2.	Caraterização da organização das Informações Militares no Exército	80
3.4.2.3.	Perspetiva de emprego das Informações Militares	83
3.5.	O PRODUTO DAS INFORMAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS	87
3.5.1.	A qualidade do produto das Informações Militares	87
3.5.2.	Síntese conclusiva	94
3.6.	CONCLUSÕES	95
	Referências Bibliográficas	99

ESTUDO 4

Autores

Capitão de Infantaria José Pedro Gonçalves Venâncio

4.	DESAFIOS ATUAIS À ANÁLISE DE INFORMAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NA ERA DIGITAL	105
	Resumo e Palavras-chave	105
	<i>Abstract and Keywords</i>	106
4.1.	INTRODUÇÃO	106
4.2.	ANÁLISE DE INFORMAÇÕES E LÓGICA: RACIOCÍNIOS E VIESES	108
4.2.1.	Raciocínio indutivo	109
4.2.2.	Raciocínio dedutivo	109
4.2.3.	Raciocínio abdutivo	110

4.2.4. Os vieses na Análise de Informações	110
4.2.4.1. Vieses cognitivos	111
4.2.4.2. Vieses organizacionais	111
4.2.4.3. Vieses culturais	112
4.2.4.4. Vieses pessoais	112
4.2.4.5. Viés de Confirmação	112
4.3. O RASTREAMENTO NA INTERNET, O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO E A ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	113
4.3.1. A <i>Internet</i> e o filtro-bolha	114
4.3.2. Os filtros, o viés de confirmação e a Análise de Informações: que influência?	115
4.3.3. Viés de confirmação: uma influência crescente?	116
4.3.4. Contrariar o viés de confirmação	118
4.4. CONCLUSÕES	120
Referências Bibliográficas	122

ESTUDO 5

Autores

Major de Infantaria Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

5. DESAFIOS ATUAIS À ANÁLISE DE INFORMAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NA ERA DIGITAL	125
Resumo e Palavras-chave	125
<i>Abstract and Keywords</i>	126
5.1. INTRODUÇÃO	127
5.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL	131
5.2.1. Revisão da literatura	131
5.2.1.1. Concetualização do Ambiente Operacional	131
5.2.1.2. Ameaça	133
5.2.1.3. Contrainformação	137
5.2.1.4. Segurança Militar	140
5.2.1.5. Perspetiva concetual de Eficiência	145
5.2.2. Modelo de Análise	109
5.3. METODOLOGIA E MÉTODO	147
5.3.1. Metodologia	147

5.3.2. Método	148
5.3.2.1. Participantes e procedimento	148
5.3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	149
5.3.2.3. Técnicas de tratamento de dados	149
5.4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	149
5.4.1. O ambiente operacional	149
5.4.2. Perspetiva operacional da Segurança Militar e da Contrainformação	152
5.4.3. Análise crítica aos processos associados à Segurança Militar e Contrainformação	160
5.4.4. Contributos para a eficiência	162
5.5. CONCLUSÕES	163
Referências Bibliográficas	168



PREFÁCIO

A presente publicação, número 33 da Coleção “ARES”, com o título **“Informações, Contrainformação e Segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”**, prossegue a linha de divulgação de estudos e trabalhos levados a termo no Instituto Universitário Militar (IUM), sob a coordenação do seu Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM).

Este livro é mais um produto associado ao Projeto de Investigação inscrito no CIDIUM sob a designação **“Informações, Contrainformação e Segurança - instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”**, dos quais também se destaca, a edificação e execução do Curso de Pós-graduação em Informações Militares ministrado neste Instituto.

A presente obra, está centrada numa abordagem holística das Informações Militares, procurando aprofundar a necessidade de otimização dos diversos sistemas de informações militares. Em paralelo com esta abordagem, são apresentadas reflexões sobre uma das disciplinas das Informações Militares, a *Human Intelligence*, e o resultado prático que a sua operacionalização em apoio às operações pode impactar no processo de tomada de decisão. Procurando abranger todas as temáticas associadas às Informações Militares *in sensu lato*, é apresentado ainda um estudo concetual sobre o papel da Segurança Militar e da Contrainformação nas Forças Armadas, face ao atual ambiente operacional.

De modo transversal, e com um contributo mais transversal e

de aplicabilidade mais abrangente é efetuada uma análise aprofundada aos vieses associados à capacidade de julgamento e de decisão face a problemas que se possam apresentar, procurando catalisar a curiosidade e conhecimento de uma temática cada vez mais relevante, o raciocínio crítico.

Os seus autores para além de desenvolverem uma abordagem assente numa análise crítica aos diversos tópicos, procuram identificar lacunas e recomendações que permitam, nos diversos ensaios, apresentar medidas que, de uma forma objetiva, se constituam exequíveis na mitigação de dificuldades e ultrapassagem de desafios ou problemas à eficiência. Por tudo o que foi referido, o conteúdo desta publicação aporta um valor acrescido efetivo, por trazer as Informações Militares para a agenda académica e operacional. Este aspeto, recrudescer ainda mais de significado, tendo em conta o atual ambiente operacional, cada vez mais difuso e complexo, que carece de permanente compreensão da situação e mitigação da incerteza no apoio à tomada de decisão esclarecida.

Como tal, lanço o desafio da sua leitura e análise, a todo um coletivo com responsabilidade direta ou indireta sobre a matéria aqui aprofundada, ou que simplesmente revele interesse, assumindo desde logo o princípio de que estas matérias são indubitavelmente intrínsecas à própria condição de militar.

O Instituto Universitário Militar reitera o interesse e a disponibilidade para continuar a desenvolver estudos associados a estas temáticas, proporcionando a reflexão e o debate alargado, contribuinte para o desenvolvimento de capacidades das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, que permitam ultrapassar desafios e obstáculos ao próprio cumprimento das suas missões.

Elogio o coordenador e os autores por esta obra e deixo um particular cumprimento ao Tenente-general Vizela Cardoso por se ter associado, conferindo maior relevo à obra e ao trabalho de investigação que se desenvolve neste Instituto.

Resta-me deixar ao leitor os votos de uma profícua leitura.

Lisboa, 06 de novembro de 2019

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins
Comandante do IUM



PRÓLOGO

A Segurança e a Defesa Nacional são temas de tal relevância que merecem constituir motivo de permanente atenção por parte dos cidadãos, preocupados com situações de crise que podem comprometer os princípios da soberania e da independência do Estado ou afligidos pelos persistentes relatos de atividades criminosas e violentas, que ameaçam a paz pública e atentam contra a ordem democrática estabelecida.

Motivos de preocupação acrescidos terão necessariamente os militares, por caber às Forças Armadas detetar e prevenir as ameaças à Segurança e garantir a prossecução dos objetivos da Defesa Nacional. A ocorrência de graves incidentes, que parecem ter revelado enormes vulnerabilidades de segurança por parte das instituições responsáveis pela sua execução, fragilizou a credibilidade pública que devem merecer e garantiu a maior oportunidade aos estudos que agora se divulgam.

A natureza e a amplitude do tema em apreço – “Informações, Contrainformação e Segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional” - sugerem a vantagem de revisitar alguns dos conceitos que a doutrina – nacional e NATO – impõe e cuja compreensão, por autores oriundos de formações diversas, parece indispensável ao entendimento comum das considerações que se propõem fazer.

Também o trabalho conjunto com instituições académicas – públicas e privadas – nesta área crítica e específica do conhecimento militar, em que a colaboração com universitários – historiadores, economistas, sociólogos – valoriza, certamente, os resultados pretendidos, aconselha a que não se

descuide a terminologia “oficial” e o uso da linguagem “concisa e precisa” própria do léxico militar e se atente, em permanência, na finalidade dos serviços de informações: Adquirir, processar e difundir informações relativas a inimigos (atuais e/ou potenciais), a possíveis áreas de operações e às necessidades da segurança militar, em condições de apoiar, de forma útil e oportuna, a decisão do comandante.

As relações entre os atores do sistema político internacional – Estados ou outros “atores territoriais” – frequentemente dão origem a situações de crise, com ameaças ou mesmo agressões entre si. Quando os interesses se chocam, originam conflitos; se os objetivos a disputar são vitais, podem levar à guerra, de que trata a Estratégia.

Ciência e arte das mais altas hierarquias militares e civis, cuja execução se estende a todas as atividades do Estado, a Estratégia tem por finalidade a consecução dos objetivos políticos através do uso da coação e por “fulcro” as ameaças.

Nestas circunstâncias, o agente das ameaças dirige, normalmente, o esforço da sua ação sobre as vulnerabilidades que procurou reconhecer no adversário, como sejam: a falta de coesão nacional, a dependência económica, a descontinuidade territorial, as limitadas capacidades das forças armadas, a ineficácia dos serviços de informações.

As ameaças podem, portanto, ser provenientes do poder ou das atividades de estados ou de coligações adversas, de movimentos terroristas internacionais, que revelem algum risco para a Segurança Nacional, tendo neste caso um carácter externo, ou podem resultar de atividades de espionagem subversão, sabotagem, criminalidade organizada ou de “terrorismo doméstico” e serem de âmbito interno. Esta “tipificação” das ameaças vai determinar a caracterização da defesa nacional e da segurança interna.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), de 2013, parte integrante da política de defesa nacional, onde se definem as prioridades do Estado nesta área específica da sua atividade, de acordo com o interesse nacional e os recursos disponíveis, considera uma tipologia multifacetada de ameaças, previamente “levantadas” pelo sistema de informações (estratégicas) da república, de que a componente militar não pode ser excluída.

Na realidade, ainda que no campo das relações internacionais, se admita que possam ter sido superadas as causas económicas de conflitualidade, que os novos conceitos de segurança coletiva tenham

reduzido as disputas territoriais ou que a globalização tenha facilitado a interpenetração de raças e de culturas, a guerra continua ser um fenômeno possível e provável, determinando que as agressões armadas entre estados continuem a ser tidas em atenção no “levantamento” das ameaças à segurança nacional.

Para além dos conflitos regionais que continuam a ocorrer em áreas críticas do globo, alimentados pela não resolução das questões que lhes deram origem, a segurança dos estados passou a ser alvo de uma série de ameaças, de natureza não convencional que, usufruindo das facilidades que a globalização e as novas tecnologias lhes facultam, se vêm revelando, de forma imprevisível e com extrema violência, em qualquer tempo e em qualquer espaço.

As ameaças à Segurança Nacional constam do CEDN e servem de orientação da atividade dos serviços de informações. Importa referir que a subversão, que visa afetar ou destruir a vontade, o espírito de missão, a coesão e a disciplina das FA, bem como fazer desrespeitar a lealdade, o dever de isenção e de apartidarismo dos seus elementos, não consta daquele diploma; apenas é mencionada nas missões dos serviços de informações militares, como ameaça à Segurança Militar.

E no entanto, a subversão é um conceito tão antigo e tão atual como a história dos conflitos humanos; de Sun-Tzu (séc. IV a.C.) a Mao Tse Tung (séc. XX) tem sido entendida como a deposição de uma ordem tradicional, frequentemente associada à ideia de uma degeneração e corrupção de valores; teve um notável desenvolvimento após a 2ª Guerra Mundial, sob a forma de guerra subversiva ou revolucionária, expressão que abrangia, de modo bastante amplo, as doutrinas e ideologias que a enformam, as táticas usadas nas guerras coloniais pelas guerrilhas dos movimentos de libertação, as manipulações de grupos armados por determinados estados e os fundamentalismos que utilizam uma linguagem religiosa para fins de terrorismo.

As guerras subversivas, de que o terrorismo constitui uma das suas fases, que se travaram em muitos dos países do então chamado “terceiro mundo” e no ultramar dos antigos “impérios” europeus, parecem ter-se estendido, sob diversas formas, à maioria das nações da Europa onde, em muitos aspetos, as sociedades industrializadas são mais vulneráveis do que eram as da Ásia ou de África. A complexidade social torna o seu desmembramento mais fácil; o estado de isolamento em que os indivíduos vivem nas grandes cidades, torna a manipulação das suas opiniões relativamente simples e mais vulnerável ao

efeito das redes sociais da “internet”; os hábitos de segurança e de bem-estar material são suscetíveis de enfraquecer, perigosamente, a capacidade de resistência ao terror e à violência.

Por que o objetivo da subversão consiste na degeneração de uma comunidade nacional, afetando a sua segurança, considera-se prudente ter em conta tal ameaça, para quem os meios humanos de pesquisa (HUMINT) em estudo, estarão preferencialmente vocacionados.

Perante o cenário descrito, que sugeria um continuado esforço para melhorar ou, no mínimo, manter as capacidades mais significativas para enfrentar as ameaças enunciadas, verifica-se que as FA têm visto reduzir, de forma muito acentuada, a atribuição dos recursos destinados à sustentação e ao reequipamento dos meios da componente militar da Defesa Nacional.

Se considerarmos que idênticas dificuldades possam ter atingido organismos e forças de segurança, pode concluir-se que as fragilidades que os sistemas de defesa e de segurança revelam, tornam mais relevantes as missões dos serviços de informações, como forma de alertar em, tempo, as ameaças que se configurem e permitir organizar a resposta com os meios disponíveis.

Neste contexto, é de elementar justiça congratular o Instituto Universitário Militar pela prioridade, que se depreende dos presentes trabalhos de investigação, dada ao desenvolvimento de estudos que visam tornar mais eficiente o “serviço de Informações militares”, rentabilizando os recursos disponíveis (humanos e tecnológicos), para garantir que possam ser, para além de um instrumento imprescindível para o comando e para o controlo tático das operações, um elemento essencial nos níveis operacional e estratégico, já que o conhecimento do Teatro de Operações, os qualifica para melhor garantirem o apoio à decisão e o planeamento e a conduta das operações que nele se desenvolvam.

Se considerar a razão do convite para redigir este “prólogo”, pelo desempenho, ao longo da minha carreira, de funções nesta área da atividade militar, que incluiu situações em campanha e cargos de responsabilidade em serviços de informações militares e civis, julgo tolerável que me seja permitido, nesta oportunidade e neste contexto, recordar alguns conceitos que retive e que julgo atuais, por serem permanentes.

Assim:

– Qualquer modelo de organização para as “informações militares”, deverá englobar todos os elementos (órgãos e unidades), dispostos ao longo de toda a estrutura das Forças Armadas, incumbidos de adquirir, processar, e difundir notícias e informações, coordenados por um órgão com autoridade adequada àquela função (controlo centralizado);

– As atividades de um “serviço de informações militares”, que incluem as relacionadas com a segurança militar, desenvolvem-se em todos os níveis da estrutura das FA e nelas intervêm todos os militares, unidades, estabelecimentos e órgãos;

– Um “serviço de informações” deverá dispor de órgãos de pesquisa (a atribuir pelos Ramos, num grau de autoridade a estabelecer), sob pena de não passar de uma “agência de notícias”;

– As atribuições do CEMGFA incluirão sempre: ser conselheiro do poder político, em matéria militar; ser responsável pelo planeamento e pela execução da estratégia militar superiormente aprovada; exercer o grau de comando das Forças Armadas que lhe for atribuído.

Para o desempenho destas funções, o CEMGFA necessitará de:

– Um Estado-Maior (coordenador) conjunto (General ou de Defesa, conforme o modelo da estrutura superior da Defesa Nacional e das FA a adotar) para apoio ao planeamento e à decisão, no nível estratégico-militar em que se situa;

– Um órgão de comando (conjunto) para, em permanência, garantir o exercício do grau de comando que lhe for atribuído.

O órgão de informações orgânico do nível superior das FA, deverá garantir o apoio ao Estado-Maior (conjunto), para o planeamento estratégico-militar e ao órgão de comando (conjunto), para o planeamento e conduta das operações; para o efeito, deverá ter, igualmente, capacidade para processar informação estratégica e operacional, sob risco de comprometer a missão, torná-lo excessivamente dependente de “terceiros” e limitar a sua participação na estrutura de informações da NATO (NIB).

As fragilidades dos sistemas de defesa e de segurança, potenciam as vulnerabilidades às ameaças identificadas, realçando a necessidade de melhorar a eficiência dos “sistemas/ serviços de informações” que as devem prevenir. O estudo de organizações, de métodos e de doutrina, a investigação de novas tecnologias e a formação de quadros qualificados, a que o IUM se propôs, indiciam um incentivo na “cultura e na mentalidade” das informações e da segurança que registo com o maior agrado, na perspetiva de serem reconhecidas como uma atividade essencial das Forças Armadas.

Lisboa, 12 de novembro de 2019

Manuel Fernando Vizela Cardoso
Tenente-general (Ref.)



INTRODUÇÃO GERAL

Esta publicação surge no âmbito do desenvolvimento da linha de investigação do Instituto Universitário Militar - “Informações, Contrainformação e Segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”, e pretende potenciar a reflexão sobre uma temática cuja pertinência e relevância tem vindo a aumentar numa sociedade cada vez mais global, caracterizada por um conjunto de desafios associados a uma ameaça difusa e de padrão incerto.

Neste sentido, verifica-se que o ambiente complexo onde a sociedade se desenvolve, apresenta um conjunto dramático de alterações que caracterizam o comportamento humano. São estes aspetos conectados à globalização e expansão tecnológica da própria sociedade, que potenciam e catalisam mudanças e a moldagem das perceções e comportamentos das populações. Por conseguinte, constituem-se os desafios associados às alterações climáticas, à contínua globalização, à rápida urbanização, e à cada vez maior necessidade e disputa de recursos energéticos, elementos de sobremaneira identificados com a realidade inerente ao ambiente operacional num futuro próximo.

Como tal, num ambiente social e operacional volátil, incerto, complexo e ambíguo, importa partilhar, sincronizar e convergir uma vertente prática e operacional, com uma, mais académica e como tal, mais teórica. Este facto apenas será possível, através da comunhão de perspetivas e debate que permita alcançar soluções que catalisem a eficácia e eficiência dos Sistemas de Informações face aos desafios que se lhe apresentam.

Nesta conformidade e num contexto de apoio à tomada de decisão, quer seja esta de cariz civil, de âmbito comercial, política ou militar, assumem as Informações um papel relevante, tendo em conta, o objetivo de alcançar as condições para apoiar uma decisão mais esclarecida possível.

Não obstante, importa compreender que o acesso e conhecimento de Informações, não permite, nem limita por si só a decisão. Esta, compete em exclusivo ao decisor. Assim, identificam-se os preconceitos individuais presentes em qualquer decisor, quer cognitivos quer pessoais, como elemento preponderante na tomada de decisão na medida em que este, ao ter acesso ou não a Informações em tempo útil, pode condicionar o processo.

Os autores Mintz e DeRoan na sua obra de 2010, *Understanding Foreign Policy Decision Making*, salientam o facto de o decisor condicionar por vezes os seus julgamentos e decisões com base em experiências e crenças potenciadoras do desvirtuar da decisão. Neste sentido, assume elevada relevância o conhecimento esclarecido do papel e contributo das informações para o processo de decisão. Por conseguinte, e porque os analistas responsáveis pelo estudo da informação e consequentemente pela produção de Informações, estão irremediavelmente sujeitos às mesmas “fragilidades” humanas, deverão estes, encetar esforços no sentido de desenvolver capacidades capazes de reduzir a influência de um enviuamento inconsciente ou consciente no processo de apoio à decisão.

Esta influência identificada no julgamento de uma situação ou contexto por parte de um individuo, está intimamente ligada ao paradigma subjetividade e objetividade, arte e ciência, holístico e reducionista, empirismo e realismo. É no equilíbrio entre estes aspetos eticamente opostos que reside a maior probabilidade de sucesso.

Deste modo, o desenvolvimento de atividades e ações no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança, assumem especial relevância enquanto ferramentas de redução, mitigação e eliminação de incerteza e potencialidades de uma ameaça. A reflexão holística apresentada nesta publicação, procura por um lado analisar os Sistemas de Informações Militares do Exército e Força Aérea nacionais, e por outro, focar uma perspetiva mais metodológica e descritiva de como ferramentas de análise estruturada e pensamento crítico, podem contribuir para um melhor apoio à tomada de decisão.

Adicionalmente, são apresentados dois estudos que pretendem por um lado salientar a importância e o papel central da Segurança na instituição militar, e por outro, avaliar a mais-valia que a disciplina de Informações

HUMINT pode assumir no apoio às operações militares.

Tendo em conta à partida, a falta de consensualidade sobre alguns dos aspetos colocados à consideração nos estudos apresentados, assume-se a premissa que apenas do debate e reflexão sobre estas matérias poderão incrementar uma cultura institucional sólida e atenta, capaz de apoiar o processo de tomada de decisão e salvaguardar a defesa dos interesses militares e nacionais.

Ao encerrar esta Introdução Geral, um último apontamento, de agradecimentos.

Agradecimento ao Instituto Universitário Militar, na pessoa do seu Comandante, Tenente-general Piloto Aviador Manuel Fernando Rafael Martins, pelo apoio permanente no aprofundamento e desenvolvimento de atividades no âmbito da temática das Informações Militares, no qual se inclui necessariamente esta publicação. Agradecimento ao Tenente-general Vizela Cardoso, pela forma pronta, disponível e camarada como aceitou abraçar este projeto. Agradecimento aos autores e à coordenadora editorial e revisora Major Psicóloga Cristina Fachada, pela imediata adesão, permanente disponibilidade e assinalável entusiasmo como anuíram em integrar e apoiar este desafio. Agradecimento especial ao Major de Cavalaria Rui Miguel Pinho Silva, pela paciência e colaboração inexcedível, na revisão da publicação, demonstrando, uma vez mais, os valores ímpares de camaradagem e amizade com que me privilegia. À minha mulher, Joana, e aos meus filhos, Francisco e Miguel, que teimosamente me compreendem e incondicionalmente me apoiam nos meus projetos. A todos, o meu sincero bem-hajam.

Citando um autor desconhecido, *se se fizer o que sempre foi feito, ter-se-á o que sempre se teve.*

IUM, 12 de novembro de 2019

O Coordenador
Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva
Major de Infantaria

ESTUDOS

1.

O PAPEL DA HUMINT NO CONTEXTO ATUAL E FUTURO DE EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES

César António Rangel Monteiro

Capitão de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Adjunto da Secção de Operações, Informações e Segurança do RI10

monteiro.car@mail.exercito.pt

João Filipe Pires Xavier

Capitão de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Oficial de Operações do Batalhão Operacional Aeroterrestre do RParas

xavier.jfp@mail.exercito.pt

Ana Raquel Garção Maurício

Capitão de Artilharia do Exército Português

Mestre em Ciência Militares

Oficial de Pessoal/Logística do GAC/BrigMec

mauricio.arg@mail.exercito.pt

André Miguel Farinha Bento

Capitão de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Chefe da Secção de Segurança do CSMIE

bento.amf@mail.exercito.pt

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

Major de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército (IUM)

Investigador Integrado do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

1449-027 Lisboa

silva.cmcrm@ium.pt

RESUMO

Numa sociedade caracterizada por uma evolução constante, por um ambiente operacional volátil e uma ameaça imprevisível e dissimulada, é fundamental explorar ferramentas que possam incrementar o aconselhamento oportuno na tomada de decisão. Nesta conformidade, sendo as zonas de conflito atuais, áreas densamente povoadas, o elemento humano assume um fator decisivo nas atividades de recolha de informação em operações militares, sendo a *Human Intelligence*, um instrumento essencial a ter em conta no apoio à tomada de decisão militar. Porquanto, é objetivo desta investigação avaliar como pode a *Human Intelligence* contribuir para a eficiência da conduta das operações terrestres, nomeadamente em operações de estabilização. Para atingir este desiderato, efetuou-se uma investigação baseada num raciocínio dedutivo, apoiado numa análise documental e de conteúdo, complementado com entrevistas a especialistas com experiência operacional. Seguindo um desenho de pesquisa, assente num estudo de caso, foi possível concluir que a *Human Intelligence*, num contexto futuro, poderá assumir um papel relevante no apoio ao desenvolvimento do Ciclo de Produção de Informações. Como principal limitação salienta-se o facto desta disciplina de informações ser redutora, tendo sido inferidas recomendações que permitam utilizar esta disciplina em operações, de forma integrada, para o apoio à tomada de decisão, em operações de estabilização.

Palavras-chave: Ambiente Operacional, Forças Terrestres, HUMINT, Informações, Operações de Estabilização.

ABSTRACT

In a society characterized by steady evolution, a volatile operating environment and an unpredictable and covert threat, it is critical to explore ways that can enhance timely advice on decision-making. Accordingly, since the current conflict zones are densely populated areas, human element assumes, a notable factor in the activities of collecting intelligence in military operations in which Human Intelligence is an essential tool to be take into account in supporting the military decision-making process. Thus, this study intends to evaluate how Human Intelligence can contribute to the efficiency of the conduct of land operations, namely in stabilization operations. In order to achieve this aim, an investigation was conducted based on deductive

reasoning, supported by a documentary analysis and content complemented with interviews with specialists with operational experience. Following a research design, based on a case study, it was possible to conclude that Human Intelligence will play an important role in future, namely in the development of the Information Production Cycle. As a main limitation, it should be noted that Human Intelligence is a reductive discipline, have being inferred recommendations that allows the resort of this discipline, integrated with others intelligence disciplines, in operations to support decision-making in stabilization operations.

Keywords: *Operating Environment, Land Forces, HUMINT, Intelligence, Stabilization Operations.*

1.1. INTRODUÇÃO

Informação é crucial. Nunca vá para a batalha sem saber o que pode estar contra si. Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo lutará cem batalhas sem perder; para aquele que não conhece o inimigo, mas conhece a si mesmo, as chances para a vitória ou derrota serão iguais; aquele que não conhece nem o inimigo e nem a si próprio será derrotado em todas as batalhas.

Sun Tzu (1974, p.58)

Sun Tzu (1974) referia há 2500 anos atrás, que a posse de informação é fundamental, devendo sempre, qualquer força militar conhecer quer o ambiente, quer o inimigo ou adversário com que se irá deparar, com o objetivo de identificar e compreender o ambiente operacional.

Este ensaio subordinado ao tema “O papel da *Human Intelligence* (HUMINT) no contexto atual e futuro de emprego de Forças Terrestres (FT)”, tem como objetivo avaliar a contribuição da HUMINT, na eficiência¹ da conduta das operações militares e consequentemente no cumprimento da missão.

Por conseguinte, e face a um ambiente multidimensional, onde as ameaças² são cada vez mais difusas, considera-se que esta temática revela crucial importância e oportunidade, na medida em que se constitui numa ferramenta de recolha de informações fidedigna e oportuna, que procura de

¹ Chiavenato distingue eficácia de eficiência, considerando que “[...] a eficácia é uma medida do alcance dos resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo” (Chiavenato, 2001, p. 196).

² “Qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais” (Couto, 1988, p. 329).

forma incisiva apoiar o comandante na sua tomada de decisão.

Sendo o objeto de estudo a HUMINT, dada a abrangência do tema e os condicionamentos próprios enquadrantes para a elaboração deste ensaio, delimita-se esta investigação, ao emprego de FT do Exército, em Operações de Estabilização (OpEst) de contexto multinacional, perspetivando o ambiente operacional num horizonte temporal até ao ano de 2035.

Nesta conformidade, pretende-se como objetivo geral (OG), avaliar de que modo pode a HUMINT, enquanto instrumento de apoio ao comando, contribuir para a eficiência da conduta das operações terrestres em OpEst.

Considerando a necessária desconstrução do tema, foram gerados os seguintes objetivos específicos (OE):

OE 1: Caracterizar a HUMINT e compreender o seu contributo para o Ciclo de Produção das Informações (CPI);

OE 2: Caracterizar o contexto atual e futuro do ambiente operacional;

OE 3: Avaliar o impacto da HUMINT nas OpEst.

Neste seguimento, materializam-se estes objetivos, na seguinte Questão Central (QC): De que modo pode a HUMINT, face às condicionantes associadas ao ambiente operacional, contribuir para a eficiência do emprego de FT em contexto de OpEst?

Neste desiderato, e para criar as condições de resposta à QC, formulam-se as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1: Como se caracteriza a HUMINT?

QD 2: Como se caracteriza e perspetiva, face ao contexto atual, o ambiente operacional futuro?

QD 3: De que modo pode a HUMINT ser empregue em apoio às FT numa OpEst?

Para responder aos desafios elencados e cumprir os objetivos referidos, a investigação assenta inicialmente, numa revisão de literatura, que se consubstancia, de forma clara e objetiva, numa estrutura concetual, que visa permitir a construção de uma base de conhecimento sólido para o desenvolvimento de todo o estudo.

O raciocínio adotado nesta investigação segue um racional dedutivo, partindo de conceitos gerais para particulares, com recursos sistemáticos a deduções. As conclusões obtidas surgem de um raciocínio lógico e de premissas, que uma vez aceites se tornam verdades incontestáveis. Esta tipologia de raciocínio destaca o facto de o plano de investigação ser flexível e usar procedimentos interpretativos, de forma a realçar o conteúdo das entrevistas e do estudo de caso.

As entrevistas, do tipo semiestruturadas, foram efetuadas a elementos reconhecidos como especialistas e com responsabilidades operacionais na temática em causa, nomeadamente o Comandante das Forças Terrestres (CFT) e cinco chefes de Células de Informações Militares (CIM), com experiência operacional, pertencentes aos três Ramos das Forças Armadas. O guião estabelecido, com perguntas e tópicos, permite, não só, a necessária liberdade aos entrevistados, como também assegurar uma linha orientadora, que direcione a reflexão ao encontro dos objetivos delineados. Foram utilizados dois guiões distintos, um direcionado para o CFT e outro para os chefes de CIM.

Quanto à estratégia de investigação, esta assenta essencialmente numa abordagem metodológica qualitativa, tendo por base a caracterização da HUMINT, de forma a determinar qual o seu contributo no emprego das FT, em OpEst. O método de pesquisa é transversal, com a recolha de dados através de entrevistas, que após análise permitem obter padrões fundamentais para as conclusões.

Inicialmente pretende-se caracterizar a HUMINT, através do seu enquadramento concetual, das suas características e do seu contributo para o CPI, permitindo assim, avaliar a sua importância no decorrer das operações militares. Posteriormente efetua-se uma análise das FT quando empregues em contexto de OpEst. Para tal, importa caracterizar e compreender os fatores associados ao ambiente operacional, onde se desenrolam as operações, incluindo as especificidades ímpares da ameaça, num contexto atual e futuro. Como instrumento de análise para este efeito, assumem-se os dados referidos no *Strategic Trends Programme*, do Ministério da Defesa do Reino Unido, como base para perspetivar e caracterizar o ambiente operacional. Realizado o propósito anterior, estão criadas as condições para refletir sobre o emprego da HUMINT num cenário de OpEst.

Por forma a assegurar uma análise contextualizada e prática de emprego da HUMINT, recorre-se à análise das entrevistas, em conjugação com um estudo de caso, referente à utilização desta disciplina das Informações como principal fonte de pesquisa, por parte da 2ª *Brigade Combat Team* (2ªBCT), no Teatro de Operações (TO) do Iraque. Com base nestas ferramentas, são analisadas, segundo os vetores capacidades, recursos, necessidades e contexto de emprego, as vantagens e desvantagens, identificadas limitações e apresentadas possíveis propostas para apoio à decisão na conduta das operações, por forma a garantir que se cumpram os objetivos propostos, e sejam obtidas as respostas às questões derivadas e central.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DA HUMINT

O termo *Human Intelligence* é de origem anglo-saxónica e, por forma a enquadrá-lo conceitualmente, evitando traduções descontextualizadas numa aplicação *ipsis verbis*, deverá esta disciplina das Informações³ ser entendida de forma estrita como: Informações Humanas (Rego, 2014).

De acordo com a doutrina nacional, a HUMINT⁴, constitui-se como uma das disciplinas das Informações, tendo a sua génese no conjunto de meios e sistemas capazes de observar, detetar e registar acontecimentos sobre determinadas condições (EME, 2009).

Para Sun Tzu (1974, p. 293): “[...]a presciência ou previsão não podem ser deduzidas dos espíritos, nem dos deuses, nem por analogia com as atividades passadas, nem por cálculos. Elas devem ser obtidas dos homens que conhecem a situação do inimigo [...]”. Ainda que em tempos distantes, com conjunturas diferentes, mas com similar aplicabilidade, entende-se que no contexto atual a necessidade de interação humana é o desígnio fundamental para a obtenção de informação, detetando ameaças que de outra forma jamais seria possível.

Menezes (2012) refere HUMINT como o método mais antigo de pesquisa de informação, sendo a sua proveniência de fontes humanas e assumindo-se como a disciplina mais eficaz para o desenvolvimento a longo prazo contra o conflito assimétrico⁵. Num ambiente operacional deslocalizado para zonas urbanas, em que a ameaça se confunde e dissimula na população, o fator humano e a sua presença fazem a diferença na pesquisa de informação.

As atividades HUMINT são uma excelente ferramenta de recolha de informação, para obtenção do: quem; o quê; quando; onde; para quê e como uma ameaça planeia atuar. Pode afirmar-se que a HUMINT, do passado ao presente, sempre foi um elemento fulcral no apoio à tomada de decisão de um comandante, tornando-se ainda mais relevante em operações de combate de perfil assimétrico (Mazumadar, 2013).

³ “[...] produto resultante do processamento de notícias respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais [...]” (EME, 2009, p.6).

⁴ “É a informação obtida de notícias fornecidas por origens humanas [...] para identificar elementos, intenções, composição, potencial, dispositivo, táticas, equipamento, pessoal e capacidades inimigas” (EME, 2009, p.7).

⁵ “Ações conduzidas por atores, estados, quase estados, ou não estados, com vista a ultrapassar ou negar capacidades do oponente [...], utiliza meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos [...], empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas, para atingir os seus fins” (Ramalho, 2005).

Segundo Silva (2019) a atividade passiva e ativa de HUMINT utiliza fontes humanas para obter informação credível, que permita ser confirmada por outra tipologia de pesquisa, no sentido de assegurar a um comandante ou decisor, o maior número de informações possíveis para apoio à sua decisão.

Por forma a conseguir o tratamento organizado e estruturado do conjunto de notícias obtidas, surge o CPI, que transforma as notícias em informações. Este ciclo, conforme Figura 1, organiza-se em quatro fases (orientação do esforço de pesquisa, pesquisa, processamento e disseminação), que se articulam para obtenção do produto final. A segunda fase, é onde a HUMINT assume uma maior relevância, nomeadamente no que diz respeito à exploração dos meios (EME, 2009).



Figura 1 – O Ciclo de Produção das Informações

Fonte: EME (2009, p. 3-1).

Menezes (2012, p. 19) considera que “o modelo geral do CPI apresenta várias críticas sobressaindo a falta de comunicação entre quem procura obter informações e os decisores, principalmente entre a pesquisa e a análise”. Por esse facto, Silva (2018) defende que os passos Orientar, Pesquisar, Analisar e Disseminar devem ser complementados sobre as formas de avaliação e de *feedback* entre os dois intervenientes no processo – analista e decisor. Não obstante ao referido anteriormente, para este estudo consideram-se as quatro fases como base concetual de partida para continuar a análise.

Deste modo, a HUMINT assume-se como elemento central na fase dois (pesquisa). Pela sua proximidade à fonte e pela forma sistemática como mantém as relações, permite a identificação de oportunidades, deliberações e decisões, através da interpretação/perceção de intenções e capacidades do adversário (Sayre, 2004).

É a capacidade de captar intenções que caracteriza vincadamente a HUMINT e a faz distanciar das restantes disciplinas das Informações (**IMINT – Imagery Intelligence; SIGINT – Signals Intelligence; MASINT – Measurement and Signature Intelligence**). A informação recolhida pela HUMINT, relativa a intenções, composição, dispositivo, táticas, equipamentos e capacidades, é essencial para confirmação e cruzamento com as restantes disciplinas e assim fornecer ao comandante informação fulcral para a sua tomada de decisão (EME, 2009).

O seu relacionamento direto com a origem, permite à célula HUMINT, o acesso a informação difícil de obter por outros meios. A. Leitão (entrevista presencial, 08 de novembro 2018) identifica que os Estados Unidos da América (EUA), apesar de todos os recursos tecnológicos e humanos disponíveis, no TO do Afeganistão, tinham sob constante observação (à distância) as Forças talibãs, nomeadamente, através da monitorização e registo de treinos, infraestruturas, depósitos de material de guerra, sistemas de armas e os seus canais de reabastecimento, contudo não conseguiam traduzir essa vantagem em ganhos militares. A ausência de contacto humano, não permitiu registar quais as verdadeiras intenções, camufladas por medidas de decepção utilizadas pelos talibãs.

Importa salientar que a HUMINT, através do desenvolvimento de atividades a claro, tais como *debriefing* de patrulhas, ligação com entidades locais, interrogatórios a elementos detidos e interação com agentes não-governamentais, tem a capacidade de obtenção de informação importante sobre Forças assimétricas (Mazumadar, 2013).

Pelos recursos utilizados, HUMINT assume-se como um método de pesquisa privilegiado, sendo o menos oneroso, uma vez que o pilar fundamental da sua atuação (interação humana entre operadores HUMINT e fontes humanas), dispensa a utilização de recursos tecnológicos dispendiosos e permite flexibilidade aos outros métodos de pesquisa (US Army, 2006).

Ainda assim, importa salientar que o elemento de complementaridade e proximidade entre as diferentes disciplinas assume uma base sólida para o sucesso de produção de informações. No que respeita ao emprego de meios, considera-se que a natureza do conflito do TO dita, ou deve ditar, quais as disciplinas que devem ser empregues, sendo que no caso particular da HUMINT, o seu emprego está sempre condicionado ao tempo e à periodicidade dos contactos, bem como ao idioma, à cultura e à morfologia do conflito e da sociedade (Silva, 2019).

A incerteza potenciada pela ameaça e o conseqüente impacto no ambiente envolvente, são fatores que apresentam ao processo de tomada de decisão desafios constantes na definição e orientação do processo de pesquisa, constituindo-se uma limitação. Para a mitigar, assume relevância uma estrutura de suporte para esta atividade de Informações. Nesse sentido, a estrutura das Informações deverá ser organizada de acordo com a missão. É vital para as Informações que não se negligencie a importância e atuação da HUMINT, pois é uma das técnicas mais capazes para avaliação da situação num determinado lugar e momento, permitindo confirmar a análise feita por outras técnicas ou identificar novas situações e intenções (NATO, 2013).

1.3. O EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

1.3.1. O ambiente operacional

1.3.1.1. Ambiente operacional atual

O atual ambiente operacional é caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de Forças militares e influenciam as decisões do comandante. Para além de todos os sistemas inimigos, adversários, amigos e neutrais dentro do espectro do conflito⁶, inclui também o entendimento do ambiente físico, da governação, da tecnologia, dos recursos locais e da cultura da população local (EME, 2012, p. 1-1).

Para a compreensão do ambiente operacional atual é necessário observar e analisar a atualidade dos diversos contextos associados ao Sistema Internacional. Neste âmbito, identifica-se um conjunto de transformações, a nível local e global que, embora tenham proporcionado condições de progresso e desenvolvimento, têm gerado situações de instabilidade e de conflitos persistentes. Estes conflitos (prolongados no tempo) apresentam características que podem afetar as operações das Forças Terrestres⁷, destacando-se a globalização, tecnologia, alterações demográficas, urbanização, aumento das necessidades de recursos essenciais, alterações climáticas e catástrofes naturais, proliferação de armas de destruição massiva e os estados falhados (EME, 2012).

⁶ “Abrange o nível de violência desde a paz estável até à guerra total. Inclui, nos seus níveis intermédios, a paz instável e a subversão” (EME, 2012, p. 2-1).

⁷ “Forças militares organizadas, instruídas e equipadas em condições de poderem conduzir, por períodos prolongados, operações táticas em ambiente terrestre para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e a população” (EME, 2015, p. A-1).

A volatilidade e difusidade com que a ameaça se caracteriza, salientada no Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, carece e subsiste da necessidade de anonimato através da imiscuição e dissimulação entre o normal cidadão, verificando-se uma globalização da ameaça caracterizada pela deslocalização dos conflitos para os centros urbanos (Silva, 2019).

Neste sentido, a evolução tecnológica permitiu o desenvolvimento de meios de obtenção de informação, contribuintes para a produção de informações. Não obstante, e tal como Burton (2005) refere, “[...] por muitos meios tecnológicos capazes de detetar ações, padrões de atuação ou procedimentos hostis, estes nunca permitirão identificar ou compreender as intenções da ameaça”. Nesta conformidade, pode-se inferir que o ambiente operacional a par da ameaça, apresenta particularidades distintas, de acordo com o local, cultura, objetivos, entre outros fatores. De acordo com a doutrina nacional, estas ameaças podem dividir-se em quatro categorias: “tradicional, irregulares, catastróficas e desestabilizadoras. No entanto, [...] elas são insuficientes para caracterizar os atuais e futuros adversários, uma vez que estes poderão assumir qualquer uma ou todas as categorias simultaneamente, de acordo com as suas intenções” (EME, 2012, p. 1-6).

Tendo em conta estas tendências de mudança, aliadas ao volume, variedade e velocidade com que a informação circula, é possível identificar o aumento da complexidade do ambiente operacional e assim perspetivar o ambiente operacional no futuro (EME, 2012).

1.3.1.2. Ambiente operacional futuro

“No matter how clearly one thinks, it is impossible to anticipate precisely the character of future conflict. The key is to not be so far off the mark that it becomes impossible to adjust once that character is revealed” (US Army, 2017, p. 1-4).

Conforme a citação anterior, quanto maior a distância temporal a perspetivar, maior será a dificuldade de compreender o ambiente operacional. Todavia, de acordo com a doutrina nacional, o ambiente operacional tornar-se-á cada vez mais complexo e difuso, fruto da evolução da ciência, das tecnologias de informação e transportes, da aceleração da comunidade económica global e do desenvolvimento de uma sociedade em rede, obrigando as Forças militares a prepararem-se para atuar em toda a dimensão do espectro do conflito (EME, 2012; US Army, 2017).

Nesta era de globalização e de evolução tecnológica será expectável

que os conflitos se estendam a todas as áreas geográficas do globo e ciberespaço. Com efeito, a maioria das operações militares ocorrerão no seio da população (com exceção do ciberespaço), onde os riscos para combatentes e não combatentes aumentarão substancialmente, sendo que o resultado das operações militares será analisado, cada vez mais, segundo os efeitos provocados na população (M. o. UK, 2017).

Estima-se que em 2035, os atores presentes num conflito sejam em maior número, uma vez que a evolução tecnológica permitirá a outros atores ter acesso a capacidades atualmente acessíveis apenas aos mais desenvolvidos (EME, 2012; M. o. UK, 2014). Face ao exposto, prevê-se que:

[...] os conflitos futuros continuarão a ser marcados por elevadas perdas humanas como resultado da hostilidade entre dois opositores e das suas vontades. No entanto, existe cada vez mais, a noção que os objetivos operacionais serão atingidos não só pelo emprego de meios altamente letais, mas também pela forma mais ou menos célere com que seja atingida e mantida a estabilização da região afetada pelo conflito. O ambiente operacional, para além de continuar a ser violento, assustador, física e mentalmente esgotante, também será um lugar onde ocorrerão crises humanitárias e conflitos provocados pelas condições ambientais. (EME, 2012, p. 1-5)

Assim, de acordo com Baker (2007, cit. por Silva, 2019, 6ºparágrafo), é expectável que aumente a tendência para que a ameaça se encontre à “porta de nossa casa” ao invés dos desertos do Iraque e do Afeganistão, e que cada vez mais o emprego de Forças militares seja efetuado em ambientes operacionais de caris urbano, obrigando à adaptação e compreensão da situação onde as operações decorrem.

1.3.2. O emprego das Forças Terrestres em Operações de Estabilização

O conhecimento holístico do ambiente operacional em que decorrem as operações militares é essencial para o emprego dos meios que um comandante tem à sua disposição, sendo imprescindível a sua análise para o sucesso. Os conflitos desenvolvidos no ambiente operacional tendem a transpor o domínio militar, cabendo contudo, ao Poder Terrestre⁸ “consolidar os resultados no terreno, mesmo quando este não é inicialmente

⁸ Capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de forças terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e a população (EME, 2012).

o instrumento decisivo⁹” (EME, 2012, p. 1-14).

O Conceito Operacional do Exército “visa a condução de operações em todo o espectro do conflito” (EME, 2012, p. 2-12), podendo as forças terrestres combinar operações ofensivas, defensivas e de estabilização. “No contexto das operações atuais a nível global, as operações de estabilização assumem um papel tão importante, ou por vezes maior, que as operações ofensivas e defensivas” (EME, 2012, p. 2).

As operações de estabilização englobam uma panóplia de atividades militares efetuadas fora do território nacional, podendo relacionar-se com outros instrumentos de poder¹⁰. As operações de estabilização procuram alcançar um ambiente seguro e estável, definindo-se como operações militares desenvolvidas em tempo de paz, em operações de intervenção limitada e operações de apoio à paz, conforme demonstra o Quadro 1 (EME, 2012).

Quadro 1 – Operações Militares conduzidas sobre determinados temas de campanha

TEMAS DE CAMPANHA	EMPENHAMENTO MILITAR EM TEMPO DE PAZ	INTERVENÇÃO LIMITADA	APOIO À PAZ	GUERRA IRREGULAR
OPERAÇÕES MILITARES	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos e Exercícios de treino multinacionais • Assistência Militar • Intercâmbio de treino conjunto e combinado • Operações de recuperação • Controlo de armamento • Atividades antidroga 	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de evacuação de não-combatentes • Golpes de mão • Demonstrações de força • Assistência Humanitária • Gestão de consequências • Imposição de sanções • Eliminação de armas de destruição massiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de paz • Consolidação de paz • Restabelecimento da paz • Imposição de paz • Prevenção de conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa Interna de países terceiros • Apoio à subversão • Contra subversão • Combate ao terrorismo • Guerra não convencional

Fonte: Adaptado a partir de EME (2012, p. 2-4).

Por conseguinte, é imperativo que as FT possuam a capacidade de atuar e conduzir operações em todo o espectro do conflito. É por isso que foram desenvolvidas tarefas específicas para as operações de estabilização, de forma a complementar as tarefas focadas apenas nas operações ofensivas e defensivas, conforme se pretende identificar na Figura 2.

⁹ São exemplos destas ações, os ataques iniciais com fogos de artilharia, caso haja alcance, ou mesmo com ataques aéreos antes das forças terrestres entrarem no terreno, para estabilizarem a situação (M. o. UK, 2017).

¹⁰ “[...] sejam os meios diplomáticos, informacionais, militares e os económicos” (EME, 2012, p.1).

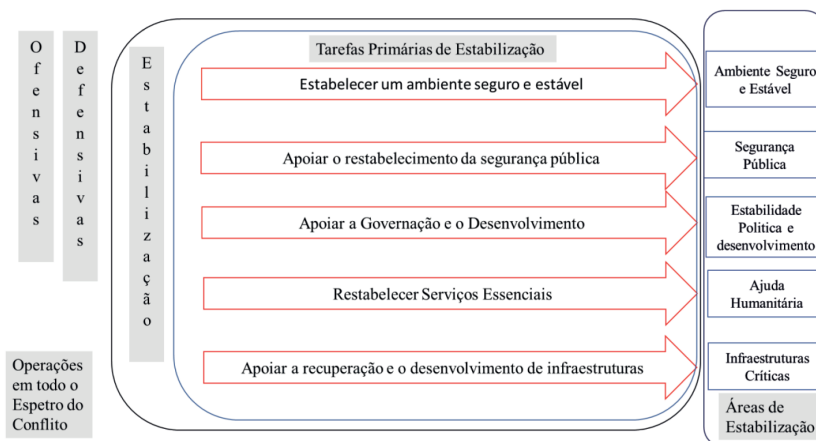


Figura 2 - Ligação entre tarefas primárias e áreas de estabilização

Fonte: Adaptado a partir de EME (2012, p. 8-13).

O esforço da estabilização é realizado por Forças militares e por entidades civis, sendo fundamental a sincronização das atividades que decorrem no âmbito das tarefas de estabilização. Qualquer comandante deve estar ciente que em situações de crise complexas, como é caracterizado o ambiente operacional (atual e futuro), as Forças militares isoladamente, não são suficientes para prevenir ou resolver o conflito (US Army, 2012).

Ao nível militar, um comandante deve articular as finalidades, prioridades e meios, tendo em conta a realidade caracterizadora da região, de modo a encontrar a melhor forma de desencadear os efeitos necessários para, através das tarefas primárias e subordinadas, passar de uma situação instável para uma situação estável. O comandante necessita de estar constantemente atento a todas as variáveis operacionais¹¹, intrinsecamente ligadas à informação ambiental¹², de modo a alcançar as condições decisivas¹³ (EME, 2012; M. o. UK, 2017).

Para um comandante e o seu estado-maior compreenderem o emprego das FT, é necessário recorrer a uma visão holística do ambiente operacional (Figura 3), que é constituído pelas áreas e fatores físicos e todo o

¹¹ As seis variáveis operacionais, que se inter-relacionam, são: política, militar, economia, social, informação e infraestruturas (EME, 2012).

¹² Um ambiente composto pelas Informações em si; os indivíduos, organizações e sistemas que recebem, processam e transmitem a informação; espaço cognitivo, virtual e físico em que isso ocorre. Adaptado a partir de M. o. UK (2017, p. 56).

¹³ Condições obtidas quando um objetivo é alcançado pela combinação de várias soluções locais que conduzem a uma estabilidade política (EME, 2012).

ambiente informacional. É fundamental identificar as condições necessárias para alcançar os objetivos definidos, evitando desta forma, os efeitos que possam afetar a missão e tentando prever o impacto nas Forças amigas, nos adversários e nos atores relevantes (tal como na população local), consubstanciando o estado final desejado (US Army, 2014).

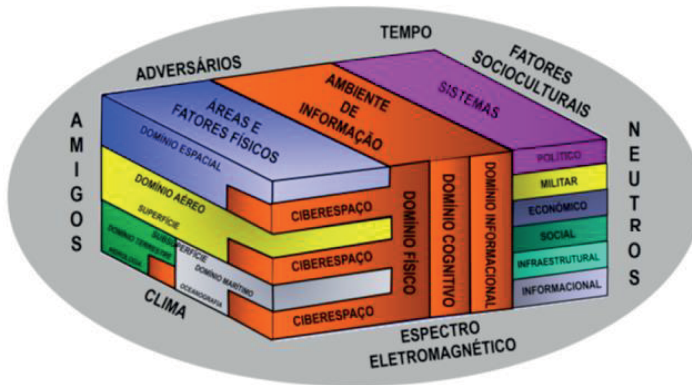


Figura 3 - Visão holística do ambiente operacional

Fonte: Rêgo (2018, p. 111).

Segundo C. Cavaco (entrevista por email, 13 de novembro de 2018), os conflitos futuros serão inevitavelmente travados dentro dos limites da grande metrópole, quer à superfície, quer no subsolo, o que trará dificuldades acrescidas ao nível do C3, enaltecendo o papel das Informações, onde a HUMINT se insere. A velocidade de recolha e o seu processamento terão que ser realizadas rapidamente, pois o fator tempo jogará a favor do adversário.

Não se perspetiva nenhuma fórmula para o emprego das FT, devendo as Forças militares serem versáteis, ágeis e com um elevado nível de treino, para poderem contrariar um adversário, que se vai moldando e evoluindo com o decorrer do conflito. Para auxiliar o comandante neste desiderato, as Informações desempenham um papel fundamental, permitindo reduzir a incerteza e aprofundar o conhecimento relativo às capacidades e intenções do adversário. Destaque para a disciplina HUMINT que, pela sua interação com a população, é uma atividade pertinente no emprego de Forças no âmbito de uma OpEst.

1.4. ANÁLISE DO EMPREGO DA HUMINT EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO

Tendo como ponto de partida a QC deste estudo “De que modo pode a HUMINT contribuir para a eficiência do emprego de FT numa Força Nacional Destacada (FND)?”, considerou-se adequado estudar a forma como a 2ªBCT do Exército dos EUA utilizou a HUMINT, como a sua principal “arma” de recolha de informação, para auxiliar o processo de tomada de decisão do comandante e estado-maior, em tempo útil e maximizando a eficiente utilização de recursos humanos e materiais.

Na segunda comissão no teatro do Iraque (a nível *counterinsurgency*¹⁴, em ambiente urbano), a 2ªBCT, enquanto Força vocacionada para a guerra convencional, voltou a sentir dificuldades na recolha e compreensão da informação, não conseguindo alimentar eficazmente o seu CPI (Baker, 2007).

Assim, já no decurso desta comissão, o seu comandante percebeu que a recolha convencional de informação, utilizando as capacidades e equipamentos extremamente evoluídos tecnologicamente (vocacionados para identificar formações, doutrina e treino do inimigo convencional), não cumpriam eficientemente a missão de reconhecer e identificar a principal ameaça no referido teatro, a *insurgency*¹⁵. A utilização desajustada de meios humanos e materiais, face aos ganhos operacionais decorrentes das operações desenvolvidas, salientavam esta lacuna (Baker, 2007).

Foi nesse sentido, que o comandante da 2ªBCT alterou o paradigma e o conceito da recolha de informação no terreno, direcionando o sistema de informações (recolha e processamento) para a disciplina de HUMINT e atribuindo tarefas de recolha de informação, através de fontes humanas, aos seus escalões subordinados. Com esta mudança, ele pretendia estreitar as ligações entre os seus militares e os detentores de informações úteis ou de *actionable intelligence*¹⁶. O conhecimento real da situação no terreno traria a este comandante a vantagem operacional, que lhe permitiria utilizar os seus meios, nos locais e no tempo mais ajustados para o cumprimento da missão (Baker, 2007).

¹⁴ Ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para derrotar a guerra insurrecional. Adaptado a partir de US Government (2001, p. 102).

¹⁵ O termo “*insurgency*” não existe no léxico nacional, aproximando-se do conceito de guerra insurrecional (Rodrigues, 2009).

¹⁶ Informações que proporcionam aos militares um elevado nível de compreensão da situação, disseminada com rapidez, eficácia e com a oportunidade necessária, para maximizar o potencial da Força, conduzindo ao sucesso da missão. Adaptado a partir de *Institute of Land Warfare* (2005, cit. Por Silva, 2019, 24º parágrafo)

Ao alterar o paradigma de uma Força preparada para uma guerra convencional e para a recolha de informação à custa das disciplinas tipicamente convencionais, o comandante da 2ªBCT enfrentou variadíssimos desafios. As principais dificuldades resultantes desta mudança foram: manter a liderança do grupo; a reestruturação na organização e a alteração do treino. Não obstante, estas alterações potenciaram novas ideologias na recolha de informação, que permitiram o aumento da rapidez do tratamento da informação recolhida. Através da obtenção de informação de fontes humanas, a 2ªBCT conseguiu reduzir os danos colaterais e aumentar a confiança da população e a credibilidade da própria missão no território (Baker, 2007).

No presente estudo de caso, verificou-se que o recurso da atividade HUMINT em prol das operações, não serviu apenas para alimentar o CPI da própria unidade, mas também como importante ferramenta de combate à guerra insurrecional, cuja instrumentalização da população, por parte da ameaça, assume um vetor de criticidade elevado. Neste desiderato, assume a proximidade entre militares e população, um elemento mitigador de influência hostil no seio da população. Tendo em conta a difusidade caracterizadora da ameaça anteriormente salientada, importa, pois, para o cumprimento da missão, possuir as valências necessárias que habilitem o militar no terreno, a compreender e identificar o elemento hostil imiscuído na comunidade (Baker, 2007).

A repercussão e o impacto identificado pelo comandante da 2ªBCT na conduta e sucesso das operações, evidencia de forma clara, que as chefias militares devem analisar a estrutura das Forças a projetar, tendo em conta o propósito da missão e o emprego parcimonioso dos recursos disponíveis (Baker, 2007).

Relativamente às entrevistas efetuadas, foi consensual que a HUMINT é uma disciplina das Informações que visa a recolha de dados, de forma sistemática e controlada, maximizando as interações com seres humanos. Estas interações permitem obter informação sobre as ligações, intenções e motivações de um determinado ator. É este vetor, associado à intencionalidade da ameaça, que de forma incisiva a distancia de qualquer outro meio de pesquisa. As atividades HUMINT contribuem para a criação de uma imagem geral e real de uma determinada área (*Common Operational Picture*), concorrendo de forma decisiva para a criação de uma imagem de informações da área (*Common Intelligence Picture*), permitindo assim diminuir a incerteza e

fornecer elementos de informação válidos, oportunos e precisos para a tomada de decisão.

Independentemente do nível de detalhe do processo, a HUMINT contribui, de forma decisiva, para o CPI, através da recolha de dados/informação (fase dois) e os seus produtos contribuem para o processamento da informação (fase três). Deve ser trabalhada em consonância e integrada com outras disciplinas, de forma a assegurar não só a redundância de informação como a veracidade da mesma.

Em termos concetuais, C. Cavaco (*op. cit*) referiu que, a HUMINT garante a sua contribuição em todos os níveis do processo de planeamento operacional (Figura 4), com maior ênfase nas fases um e dois. No entanto, o seu impacto na terceira fase (Estimativa Operacional) depende, em parte, da formulação do problema e da forma como o comandante equaciona a sua resolução. A terceira fase do referido processo, que se divide em duas subfases, permite que na primeira se procure compreender o problema operacional (estabelecendo o que deve ser feito para cumprir a missão). Nessa subfase, a HUMINT contribuirá decisivamente para a compreensão do problema, fornecendo informação valiosa, para a determinação da melhor forma de cumprimento da missão. Na subfase dois, a HUMINT poderá contribuir para formular as modalidades de ação e ajudar na seleção daquela que será executada, através da referida *actionable intelligence*.

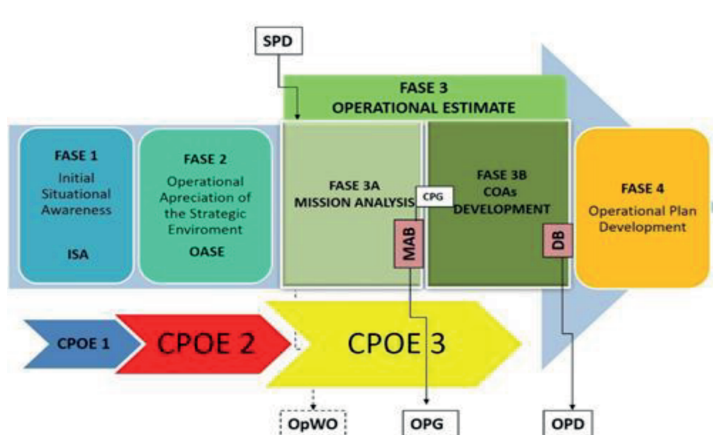


Figura 4 – Processo de Planeamento Operacional (Fase 3 – Análise Operacional)

Fonte: SHAPE (2013, p. 4-4).

Relativamente ao ambiente operacional, os entrevistados concordam que o ambiente operacional futuro terá que considerar uma panóplia de ameaças, a 360 graus, com potencial para utilização de novas tecnologias (nomeadamente o ciberespaço e o espectro eletromagnético).

Contudo, no que diz respeito à utilização de uma célula HUMINT num TO, em apoio a uma FND, as respostas dos entrevistados diferem. Por um lado, é defendido que a célula deveria estar inserida na Força (dependendo diretamente do comandante da FND), por outro, que esta estrutura de informações deveria depender diretamente do CEMGFA.

Os entrevistados que apoiam a integração da célula na FND, salientam que um módulo de apoio com capacidade HUMINT, em apoio ao oficial de informações da Força, iria permitir o auxílio imediato e oportuno ao comandante na sua tomada de decisão. Esta forma de emprego garantiria, na opinião dos mesmos, maior celeridade nas fases um e dois do CPI, uma vez que o número de intervenientes entre a orientação do esforço de pesquisa e a própria pesquisa, seria menor. Neste caso, o comandante da Força solicitaria informação diretamente ao chefe da célula HUMINT, que por sua vez, a transmitiria sem qualquer intermediário.

Noutro sentido, há entrevistados que referem, que o emprego da célula sob responsabilidade direta do CEMGFA, aumenta a contribuição para o processamento da informação (ao nível nacional), mas atrasa, principalmente, as fases da orientação e pesquisa, influenciando ainda a fase da disseminação (maior número de intervenientes até as informações chegarem ao comandante da Força no TO).

Por outro lado, é ainda mencionado que, a dependência da célula HUMINT deve ser pensada de acordo com a tipologia da missão, ressaltando que o foco da recolha e processamento da informação deverá ir ao encontro das necessidades do comandante da Força no TO.

De forma consensual, os entrevistados alegam que a utilização desta disciplina não deve ser feita isoladamente e com ambição local, considerando que para este efeito seria uma desajustada utilização de recursos humanos e materiais. Os mesmos, consideram ainda que, a projeção de uma CIM, iria assegurar os meios necessários para uma troca de informação direta e segura, entre a nação e a estrutura de informações da organização do teatro. De igual modo, salientam o facto de num contexto de duplo uso, poderem produzir informações táticas e operacionais em proveito das FND e da Nação, como primeira prioridade, garantindo ainda

ao respectivo órgão do quartel-general do TO responsável pela gestão das fases do CPI, bem como a possibilidade de detalhar e orientar a resposta aos pedidos de informação dos comandantes presentes nas diferentes Área de Operações (AO).

Estas CIM, segundo os entrevistados, para além da disciplina HUMINT, devem dispor de outras capacidades, nomeadamente no âmbito da contrainformação (de forma a contrariar a ameaça) e segurança (para poder aconselhar o comandante da FND, ao nível da proteção da Força e da proteção da informação). Paralelamente, para constituir a capacidade de produção de informações, deverá possuir capacidades redundantes (possuindo módulos SIGINT, IMINT, MASINT e uma capacidade mínima de análise). Segundo estes especialistas, o conceito de célula HUMINT é demasiado redutor e não serve os interesses nacionais e das Forças Armadas. A tónica deverá focar-se no desenho organizacional e nos processos, não devendo desenvolver-se segundo uma metodologia que favoreça uma atividade/disciplina específica, garantindo sinergias entre todos os módulos das disciplinas que contribuem para a produção de informações de natureza militar.

Importa salientar a ideia referida pelo CFT de que, atualmente a função de combate Informações está um pouco descurada, sendo necessário recuperar a “Escola de Informações”.

Da análise do estudo de caso em conjugação com as entrevistas (Quadro 2) foi possível inferir um conjunto de considerações, que explanam sucintamente a perspetiva sobre o tema, apresentadas sob a forma de vantagens e desvantagens.

Quadro 2 – Matriz resumo da análise

Contributo Entidade	Vantagens	Desvantagens
Estudo de Caso	<ul style="list-style-type: none"> • Não necessita de equipamentos tecnologicamente evoluídos; • Aumento da rapidez no tratamento da informação recolhida; • Redução de danos colaterais; • Desenvolve credibilidade e confiança da população; • Capacidade de identificar ameaça insurgente mais facilmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de mudança (novas ideologias na recolha de informação).
Entidade A (CFT)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para o CPI; • Contribui para a decisão do comandante da Força. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de implementação/ emprego em determinados teatros.
Entidade B (COR FAP)	<ul style="list-style-type: none"> • Permite avaliar riscos; • É a génese da informação; • Permite caracterizar o ambiente operacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de formação, treino e qualificação; • Disciplina insuficiente (necessidade de correlacionar com outras disciplinas).
Entidade C (CMG MAR)	<ul style="list-style-type: none"> • Percecionar as intenções e veracidade das informações; • Colaborar para o CPI; • Apoiar a tomada de decisão (desde o nível político ao tático). 	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina insuficiente (as informações não podem depender apenas da HUMINT); • Necessidade de adaptação ao ambiente envolvente.
Entidade D (TCOR EXE)	<ul style="list-style-type: none"> • Maximiza interações humanas e possibilita conhecimento de ligações, intenções entre indivíduos e/ou organizações; • Possibilidade de criação de uma imagem da AO; • Caso tenha capacidade de análise é possível obter e disseminar informações válidas, oportunas e precisas, validando indicadores e alertas mais rapidamente; • Contribuição produtiva e transversal a todos os níveis do processo de planeamento, bem como em todas as fases do processo de planeamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade HUMINT redutora.
Entidade E (TCOR EXE)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para o CPI; • Consegue aceder a informação privilegiada (inacessível por outros meios); • Apoia a decisão do Comandante; • Interação com a população local e entidades governamentais e não governamentais (“sentir o pulso do ambiente operacional”). 	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina insuficiente, por si só.

O Quadro 3, apresenta as principais considerações, deduzidas da análise do trabalho desenvolvido, segundo os quatro vetores definidos na metodologia.

Quadro 3 – Matriz dos vetores de análise

Vetor de análise	Deduções
Capacidades	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento do CPI; • Celeridade no tratamento da informação; • Contribuição produtiva e transversal em todas as fases de planeamento; • Permite perceber as intenções e veracidade das informações; • Possibilita a criação de uma imagem global da AO; • Permite aprofundar o conhecimento das capacidades e intenções do adversário; • Permite reduzir a incerteza; • Contribuiu para a redução de danos colaterais; • Garante maior flexibilidade.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Não necessita de equipamentos tecnologicamente evoluídos; • Assente nas interações humanas.
Necessidades	<ul style="list-style-type: none"> • Formação, treino e qualificação específicos; • Adaptação ao ambiente envolvente; • Novas ideologias na recolha de informação.
Contexto de Emprego	Dependente: <ul style="list-style-type: none"> • Do teatro de operações; • Da missão; • Da credibilidade da Força; • Da credibilidade da missão; • Da intenção do comandante.

Face ao exposto no quadro anterior, é possível inferir um conjunto de deduções que num âmbito de convergência entre especialistas identificam e justificam a pertinência e contributos da HUMINT em contexto de apoio às operações militares.

1.5. CONCLUSÕES

De forma a estruturar as conclusões, resultantes da análise e reflexão crítica do presente ensaio, importa revisitar o OG definido. Assim, pretendeu-se avaliar de que modo, pode a HUMINT enquanto instrumento de apoio ao comando, contribuir para a eficiência da conduta das operações terrestres em OpEst. Este OG foi materializado através da formulação da seguinte QC: De que modo pode a HUMINT, face às condicionantes associadas ao ambiente operacional, contribuir para a eficiência do emprego de FT em contexto de OpEst?

Para responder à QC convergiram três QD, com a finalidade de enquadrar o foco da investigação e evitar a dispersão, procurando-se

responder às mesmas ao longo dos capítulos. Neste sentido, foi delineada uma estratégia de investigação qualitativa consubstanciada num desenho de pesquisa transversal, segundo uma metodologia de raciocínio essencialmente dedutivo. No âmbito metodológico, inicialmente foi efetuado um esforço na interpretação de dados recolhidos através da técnica de recolha documental clássica, para construir uma base concetual sólida para o desenvolvimento de todo o trabalho. De forma a complementar esta análise, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas, a um conjunto de elementos especialistas, que nos permitiu consolidar e orientar o próprio estudo da temática.

No primeiro capítulo, para responder à QD1, foi efetuada a caracterização da HUMINT, enquanto atividade e disciplina das Informações, permitindo perceber que, quer no passado, quer no presente, a interação entre pessoas, continua a ser um fator preponderante no processo de condução de operações, independentemente das características do ambiente operacional. É neste fator que reside o elemento diferenciador para as restantes disciplinas de Informações, pois, só através das relações com fontes humanas para recolha de informação, conseguimos identificar intenções, perceções e motivações da ameaça.

Neste sentido, é necessário compreender que não se pode negligenciar o papel da HUMINT no CPI nem menosprezar a sua importância no apoio à tomada de decisão do comandante, face ao atual ambiente operacional em que decorrem as operações militares, onde neste particular, importa relevar o *modus operandi* da ameaça, no que à difusidade diz respeito. Assim, apesar da especificidade associada à HUMINT e a referida pertinência de emprego no apoio à conduta das operações, é de salientar que o elemento de complementaridade e proximidade entre as diferentes disciplinas das Informações assume uma base sólida para o sucesso de produção de informações.

No segundo capítulo, para responder à QD2, inicialmente analisou-se o contexto atual e futuro do ambiente operacional, permitindo verificar que o ambiente operacional tornar-se-á cada vez mais complexo e difuso, fruto da evolução da ciência, das tecnologias, da aceleração da comunidade económica global e do desenvolvimento de uma sociedade em rede. Paralelamente, foi desenvolvido um corpo de conceitos relacionados com o emprego das FT em OpEst, que assegurasse de forma sólida um ponto de partida para a prossecução deste estudo nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo, para responder à QD3, efetuou-se a análise de um estudo de caso, em conjunto com as entrevistas, que permitiu perceber que a HUMINT pode ser empregue em apoio às FT numa OpEst, diretamente

inserida na Força (em apoio à tomada de decisão do comandante da mesma), ou sob a dependência direta do CEMGFA. A forma de integração da HUMINT com a FND tem implicações no desenvolvimento do CPI. Esta capacidade inserida na Força garante maior celeridade na orientação do esforço de pesquisa e na pesquisa (fases um e dois do CPI), enquanto que o emprego da célula sob responsabilidade direta do CEMGFA aumenta a contribuição para o processamento da informação (fase três do CPI), concorrendo para o CPI nacional, mas atrasa as fases um, dois e quatro.

De acordo com os dados recolhidos, em resposta à QC, a HUMINT desempenha um papel muito importante na recolha de informação, contribuindo para o desenvolvimento do CPI. Contudo não é suficiente para alimentar todo o processo, pelo que deve ser acompanhada por outras disciplinas das Informações. A conjugação e processamento de todos os dados permitirá construir uma imagem geral do problema, que poderá ser determinante para a tomada de decisão do comandante, desde o nível político ao tático e, conseqüentemente, para o sucesso da missão.

É importante realçar que a disciplina de recolha de informação HUMINT, pelas suas características peculiares, que lhe permitem obter uma tipologia de informação que mais nenhuma disciplina consegue, contribui de forma significativa para a eficiência do emprego de FT em contexto de OpEst. Esta célula, que não necessita de equipamentos tecnologicamente evoluídos, contribui para a celeridade no tratamento da informação recolhida e garante uma contribuição produtiva e transversal a todos os níveis do processo de planeamento, bem como em todas as fases do mesmo.

Esta disciplina das Informações permite perceber as intenções e veracidade das informações, possibilita a criação de uma imagem global da AO e, caso tenha capacidade de análise, permite obter e disseminar informações válidas, oportunas e precisas, validando indicadores e alertas mais rapidamente do que as outras disciplinas de Informações.

A HUMINT potencia as interações humanas (com a população local e entidades governamentais e não governamentais), o que possibilita um maior conhecimento das ligações e intenções entre indivíduos, atores ou organizações. Desenvolve a credibilidade da Força e a confiança da população na execução das suas operações, permitindo “sentir pulso do ambiente operacional”.

Além disso, a HUMINT consegue aceder a informação privilegiada (inacessível por outros meios) e dispõe da capacidade de identificar a ameaça insurgente mais facilmente, contribuindo para a redução de danos colaterais.

Contudo, a importância da HUMINT, varia muito de acordo com o tipo de operação (não apenas a missão desenvolvida, mas também o teatro, a credibilidade da Força e da própria missão, a confiança da população, etc.) e da forma como o comandante percebe o problema e o modo como o pretende resolver.

No ambiente operacional (atual e futuro), caracterizado pela complexidade e incerteza, a capacidade de decisão deve ser estimulada desde os mais baixos escalões, obrigando a que os comandantes, em qualquer escalão, tenham a competência para planejar e atuar de forma flexível, procurando a adaptação constante à evolução da situação. Para isto é decisivo o contributo das informações, uma vez que permitem aprofundar o conhecimento das capacidades e intenções do adversário e, assim, reduzir a incerteza.

Apesar de inúmeras vantagens, a HUMINT apresenta algumas limitações, nomeadamente a necessidade de uma adaptação ao ambiente envolvente, o que dificulta o seu emprego em determinados teatros, a necessidade de formação, treino e qualificação específicos e a necessidade de implementar novas ideologias na recolha de informação. Contudo, por todas as suas capacidades, a HUMINT deve ser considerada um potenciador da eficiência do emprego de FT em contexto de OpEst, devendo esta ser integrada com outras disciplinas das Informações.

Tendo em referência o supramencionado, recomenda-se que a capacidade HUMINT seja potenciada no emprego das FT em OpEst. Esta deve estar inserida numa célula (com outras disciplinas de recolha de informação e com capacidade de processamento da mesma), de modo a permitir o desenvolvimento de todo o CPI no próprio TO. Tal capacidade deve ser, tanto quanto possível, conferida aos mais baixos escalões, para que possam também eles contribuir para a eficiência da recolha de informação.

De realçar que, encontrando-se a função de combate Informações descurada, é fundamental melhorar esta valência, uma vez que apenas a sinergia e integração de todas as funções de combate permitem alcançar a eficiência no cumprimento da missão.

Como principal limitação, não foi possível aceder ao relatório final da missão desenvolvida, em 2002, no TO de Timor, onde foi empregue a HUMINT (situação nacional) num cenário de OpEst, o que permitiria complementar o estudo de caso (situação americana) e as entrevistas desenvolvidas. Seria igualmente importante entrevistar o comandante da referida Força, bem como os elementos que desenvolveram a capacidade HUMINT neste teatro,

de forma a: perceber qual o contributo da HUMINT para a referida OpEst; identificar as vantagens e desvantagens da sua utilização; detetar eventuais lacunas e a analisar possíveis propostas para operações futuras, através da experiência dos militares. Este segundo ponto, para além de uma limitação a este trabalho de investigação, constitui-se também uma recomendação para trabalhos futuros, de forma a aprofundar o presente estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baker, R. (2007). *HUMINT – Centric Operations: Developing Actionable Intelligence in the Urban Counterinsurgency Environment*. US: Military Review.
- Burton, F. (2005). *Stratfor worldview*. Retrieved from [https:// worldview.stratfor.com/article/problema-humint](https://worldview.stratfor.com/article/problema-humint).
- Chiavenato, I. (2001). *Teoria Geral da Administração (Volume I)*. Rio de Janeiro: Campus
- Clark, R. (2007). *Intelligence Analysis*. US: CQ Press.
- EME. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-Informações e Segurança*. Lisboa: exército Português.
- EME. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2015). *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate (Vol I)*. Lisboa: Exército Português.
- Fachada, N. R. (2019). *IUM Atualidade* (Número 7 (2ª ed) ed.). Lisboa: IUM.
- Mazumadar, K. (2013). *HUMINT-Centric Operations ES2*. West Bengal: RIEAS Publications.
- Menezes, A. (2012). *Sistemas de Informações Nacionais – Contributos para a perceção da eficiência*. Lisboa: ISCTE.
- Michael, H. (1996). *Intelligence Power in Peace and War*. UK: Cambridge University Press
- NATO. (2013). *AJP - 2.3 Allied Joint Doctrine for Human Intelligence*. Bruxelas: NSA.
- NEP/INV - 001. (2018). *Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- NEP/INV - 003. (2018). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no Depg E Cisd*. Lisboa: IUM.
- Ramalho, P. (2005). *Revista militar*. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/223>
- Rego, H. (2014). *A Inteligência dos Estados*. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream>

- Rêgo, N. (2018). *As Informações na NATO - Contextualização de um Choque Doutrinário e Estrutural*. Revista de Ciências Militares, pp. 105-133.
- Rodrigues, J. (2009). *“Insurgência” ou “Subversão”? Contributos para a Compreensão e Enquadramento Actual*. Lisboa, Portugal.
- Santos, L., Garcia, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, J., Silva, N.,..., Afonso, C., (2016). *Cadernos do IESM N°8*. Lisboa: IUM.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sayre, M. (2004). *Some Principles of Human Intelligence and Their Application*. Kansas: School of advanced Military Studies
- SHAPE. (2013). *Comprehensive Operations Planning Directive*. Bélgica: Supreme Headquarters Allied Powers Europe.
- Silva, C. (2019). *HUMINT do conceito ao emprego militar*. Manuscrito por publicar.
- Silva, C. (2018). *As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. Pedrouços, Lisboa: IUM.
- Sun Tzu. (1974). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Edições Silabo
- UK, M. o. (2014). *Future Operating Environment 2035*. UK: Ministry of Defense.
- UK, M. o. (2017). *Future Force Concept*. UK: Ministry of Defense.
- US, Army. (2012). *ADRP 3-07 Stability*. USA.
- US, Army. (2014). *Joint Intelligence Preparation of the Operational Environment*. USA.
- US, Army. (2006). *FM 2-22.3 Human Intelligence Collector Operations*. USA.
- US, Army. (2017). *ADP 3-00 OPERATIONS*. USA.
- US, Army. (2017). *FM 3-0 Operations*. USA..
- US, Government. (2001). *Joint Publication 1-02*. Washington.
- Vieira, R. (2018). *As Informações Militares - um instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. (C. M. Silva, Entrevistador)

2.

CRIAÇÃO DE UM INTELLIGENCE FUSION CENTER NA FORÇA AÉREA

Pedro Filipe Rodrigues dos Santos

Capitão Engenheiro Eletrotécnico, da Força Aérea Portuguesa
Mestre em Engenharia Eletrotécnica e Mestre em Desenvolvimento
e Cooperação Internacional

Chefe da Secção de Análise, Produção e Disseminação
da Repartição de Informações Militares
pfsantos@emfa.pt

RESUMO

A complexidade da sociedade atual veio reforçar o papel das Informações no processo de tomada de decisão de qualquer organização. Além disso, a rápida evolução tecnológica originou uma capacidade cada vez maior de recolha de dados e informação por várias fontes que necessitam de ser agregadas, analisadas, transformadas em Informações e disseminadas em tempo útil. Os *Intelligence Fusion Center* (IFC) surgem com esse objetivo, procurando contribuir para um produto mais completo e robusto de apoio aos decisores. Seguindo uma estratégia qualitativa e um raciocínio dedutivo, esta investigação procura perceber de que forma a integração de dois dos órgãos que a Força Aérea (FA) tem na sua estrutura, a Repartição de Informações Militares (RIM) e o Centro de Guerra Eletrónica (CGE), através da criação de um IFC na FA, contribuiria para uma mais-valia para o Ciclo de Produção de Informações (CPI). Os resultados obtidos revelam que existem vantagens para a qualidade do produto das Informações, benefícios para o CPI e que poderá ficar acessível uma nova base de dados de Informações da NATO que permitirá novas

valências na FA. No entanto, a integração da RIM e CGE não é condição suficiente, *per si*, para a criação de um IFC na FA.

Palavras-chave: Informações, *Intelligence Fusion Center*, Centro de Guerra Eletrónica, Repartição de Informações Militares, Produto das Informações, SIGINT.

ABSTRACT

The complexity of nowadays world, reinforced intelligence role on the decision-making process in any organization. Also, the constant technological evolution, originated a growing capacity to collect data and information from several sources, which needs to be gathered, processed, turned into intelligence and disseminated in a timely manner. The Intelligence Fusion Centers (IFC) arise with that objective, trying to contribute to deliver a more complete and robust intelligence product to decision-makers. Following a qualitative strategy and a deductive reasoning, this research tries to understand in which way the integration of two services that the Air Force (AF) has on its structure, the Military Intelligence Department (RIM) and the Electronic Warfare Center (CGE), would contribute to the creation of an IFC in the AF and could improve the Intelligence Production Cycle (CPI). The results shown that there are advantages to the quality of the intelligence product, benefits to the CPI and that it could became accessible a new NATO intelligence data base, which would allow new assets to the AF. However, the integration of the RIM and CGE would not be sufficient condition, on its own, to the IFC creation in the AF.

Keywords: *Intelligence, Intelligence Fusion Center, Electronic Warfare Center, Military Intelligence Department, Intelligence Product, SIGINT.*

2.1. INTRODUÇÃO

O tema das Informações tem vindo a tornar-se central nas discussões contemporâneas relativamente à segurança, à defesa e à política externa. A ameaça terrorista, o rápido desenvolvimento tecnológico, os ataques cibernéticos, entre outros fenómenos, fizeram aumentar não apenas a complexidade e dificuldade em analisar e processar informação, mas

também a exigência de alocar recursos às áreas de análise apropriadas, por forma a dar resposta às necessidades (Escorrega, 2009, 2.º parágrafo; *North Atlantic Treaty Organization* [NATO], 2016, pp. 1-1–2-2). Os eventos ocorridos a 11 de setembro de 2001 vieram evidenciar esses desafios e foram importantes para a criação dos *Fusion Center* (FC).

Ao nível das Informações, a Força Aérea (FA) dispõe de um conjunto de órgãos e serviços que contribuem para o Ciclo de Produção de Informações (CPI) e que, estando separados, podem conduzir a ineficiências nos produtos finais. Neste sentido, e tendo em conta o seu contributo para o CPI, esta investigação pretende estudar a possibilidade de integração da Repartição de Informações Militares (RIM) e do Centro de Guerra Eletrónica (CGE) na alçada de uma nova estrutura de Informações a ser criada na FA.

O objeto de estudo é um *Intelligence Fusion Center* (IFC), definindo-se como Objetivo Geral (OG), a avaliação das vantagens para o produto das Informações, decorrentes da integração da RIM e do CGE num IFC na FA. Delinearam-se ainda os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE 1: Caracterizar a estrutura e organização do NATO *Intelligence Fusion Center*;
- OE 2: Analisar as necessidades e objetivos da FA em matéria de Informações;
- OE 3: Caracterizar a estrutura da RIM e do CGE, avaliando o seu contributo para o CPI.

De acordo com o objeto de estudo e no quadro da integração da RIM e do CGE, foi formulada a seguinte Questão Central (QC): De que forma poderá a integração da RIM e do CGE contribuir para a criação de um IFC na FA e constituir-se como uma mais-valia para o CPI? Formularam-se ainda as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1: De que modo pode o NATO *Intelligence Fusion Center* (NIFC) constituir-se como referência para a implementação de um IFC na FA?
- QD2: Quais as necessidades e objetivos da FA relativamente às Informações?
- QD3: Qual a relação e contribuição do CGE e da RIM para o CPI?

A esquematização do percurso metodológico seguido pode ser observada na Figura 1.

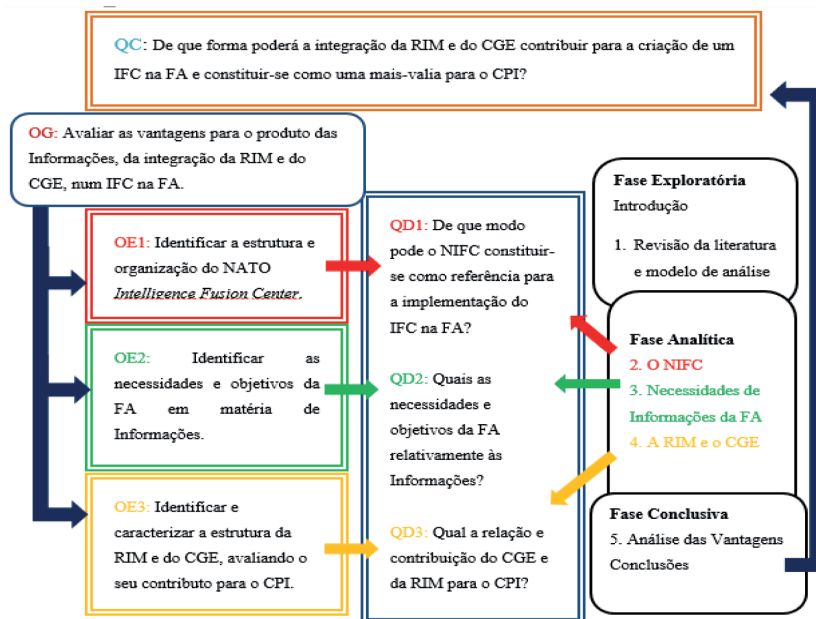


Figura 1 – Percurso Metodológico

A presente investigação foi realizada segundo o raciocínio dedutivo a partir de um desenho de pesquisa transversal. Neste campo metodológico foi utilizada a estratégia qualitativa, recorrendo a bibliografia sobre Informações, a análise documental e à realização de entrevistas não estruturadas (na fase exploratória) e entrevistas semiestruturadas (na fase analítica), seguindo estas últimas um guião de questões previamente desenvolvido. A seleção dos entrevistados teve como critérios essenciais, a experiência e conhecimentos relativamente ao objeto de estudo tendo sido escolhidos peritos ou especialistas na área de Informações Militares, Guerra Eletrónica e Operações Aéreas, conforme consta no Quadro 1.

Quadro 1 – Entrevistados e respetivas funções

Entrevistado	Função (à data da entrevista)
A	Diretor do Estado-Maior para as Operações
B	Chefe da Repartição de Informações Militares
C	Chefe do Centro de Guerra Eletrónica
D	Adjunto para os Sistemas ESM
E	Chefe da Secção de Informações de Combate

A estrutura metodológica definida é desenvolvida em cinco capítulos: no primeiro capítulo, além da revisão da literatura e definição do modelo de análise, procura-se definir e operacionalizar os principais conceitos da investigação, com destaque para o termo Informações e para os FC; no segundo capítulo caracteriza-se o NIFC procurando referências que possam ser utilizadas no contexto da criação de um IFC da FA; no terceiro capítulo analisam-se as necessidades de Informações na FA, que permitirão perceber quais os objetivos superiores que o IFC deverá possuir; o quarto capítulo caracteriza a RIM e o CGE relativamente à sua interligação e contribuição para o CPI; no quinto capítulo são identificadas e analisadas as vantagens da integração dos dois órgãos de acordo com o exposto nos capítulos anteriores, convergindo deste modo para atingir o OG proposto. Por último, na conclusão, será respondida a QC da investigação, avaliando os principais contributos alcançados por esta investigação, vertidas algumas recomendações para futuras investigações atinentes ao objeto de estudo e descritas as principais limitações sentidas.

2.2. REVISÃO DA LITERATURA E MODELO DE ANÁLISE

2.2.1. O Conceito de Informações

As Informações têm sido utilizadas como atividade desenvolvida por organizações, instituições ou empresas transformando-se num instrumento importante para apoiar no processo de tomada de decisão e para a definição de estratégias. Quando se aborda a temática de Informações particularizada ao nível militar, torna-se fundamental clarificar qual o entendimento sobre o conceito e quais as características que encerra em si, embora, ainda nos dias de hoje, não se tenha alcançado uma definição consensual. Sobre este aspeto, Graça (2009, p. 14) sublinha que “a definição de *Intelligence* é ainda hoje objeto de problematização entre os especialistas no meio académico e nos serviços de Informações”. Para se clarificar o entendimento na presente investigação, o termo *Intelligence* terá o mesmo significado que Informações, indo ao encontro do paradigma vigente em Portugal onde “vingou de facto como sinónimo” (Graça, 2009, p. 14) e destrinçando-o do termo “informação”. Adicionalmente e tendo em conta a panóplia de definições existentes, optou-se por seguir a definição de Informações da NATO, como a norteadora da presente investigação uma vez que é a doutrina seguida pela FA. Assim, Informações é o produto “*resulting from the directed collection*

and processing of information regarding the environment and the capabilities and intentions of actors, in order to identify threats and offer opportunities for exploitation by decision-makers” (NATO, 2016, p. 3-1). Por outro lado, informação é “unprocessed data of every description which may be used in the production of intelligence” (NATO, 2017, p. 61).

Ainda de acordo com Graça (2009, p. 14), as Informações referem-se “tanto à organização, como ao processo e ao produto” tendo sido Sherman Kent o primeiro a introduzir esta abordagem em 1949. Ora, na definição de Informações da NATO referida anteriormente, identificam-se estes três elementos: as Informações são o *produto* resultante de um *processo* dentro de uma determinada *organização*.

No que respeita ao *processo*, Lowenthal (2006, p. 9) afirma que “intelligence can be thought of as the means by which certain types of information are required and requested, collected, analyzed, and disseminated”. Na NATO, o processo é denominado por CPI, sendo composto por quatro fases: *Direction*, *Collection*, *Processing* e *Dissemination*. Por seu lado, a doutrina Norte-Americana, apresenta um processo ligeiramente diferente, adicionando a fase de *Processing/Collation* e a de *Analysis*. Ambos podem ser observados nas Figuras 2 e 3, entendendo-se que a fase de *Processing* da NATO engloba as duas fases identificadas anteriormente.

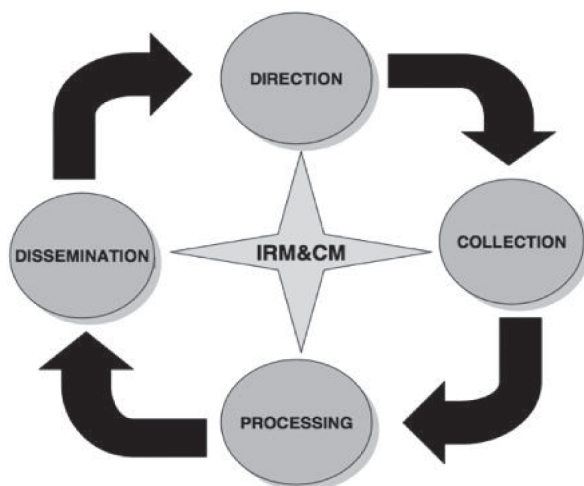


Figura 2 – CPI da NATO

Fonte: AJP-2.0 (2016, p. 4-2).

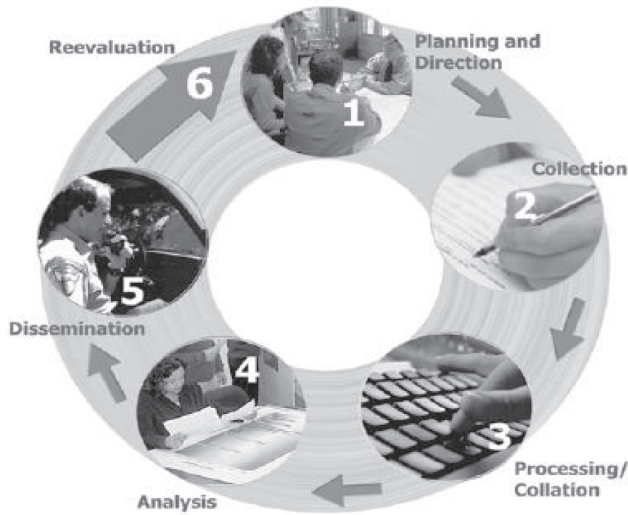


Figura 3 – CPI dos EUA

Fonte: DJEUA (2008, p. 9).

A primeira fase – *Direction* – consiste na priorização de requisitos, planeamento e alocação de recursos, acompanhado de um claro estabelecimento de metas desejavelmente alcançáveis e seu regular controlo. A segunda, *Collection*, trata da pesquisa e recolha de informação e dados, existindo para isso um conjunto de disciplinas que contribuem para esta fase do processo (NATO, 2016, pp. 3-9 - 3-11), nomeadamente: *Acoustic Intelligence* (ACINT), *Human Intelligence* (HUMINT), *Imagery Intelligence* (IMINT), *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT), *Open Source Intelligence* (OSINT) e *Signals Intelligence* (SIGINT) (esta disciplina divide-se em dois tipos - *Communications Intelligence* (COMINT) e *Electronic Intelligence* (ELINT)). As disciplinas elencadas tratam de pesquisar e recolher informação que, posteriormente, irá entrar na terceira fase do CPI – *Processing*. É aqui que são realizadas as atividades estruturadas para converter informação em Informações, sendo estas posteriormente disponibilizadas na forma de relatórios, briefings ou outros meios que correspondam às indicações dadas na primeira fase do ciclo. Esta fase é sub-dividida em 5 etapas: *collation*, *evaluation*, *analysis*, *integration* e *interpretation*¹⁷ (NATO, 2016, pp. 4-4 - 4-7). A última fase do CPI, a fase de *Dissemination*, é aquela onde são transmitidos os resultados ou produtos aos

¹⁷ Um maior detalhe destes conceitos poderá ser encontrado no *AJP 2.0*, pp. 4-4 - 4-7.

decisores ou a quem seja determinado por eles, na forma e meios apropriados.

Na Figura 2 observa-se ainda a existência de uma monitorização e coordenação permanente das quatro fases do ciclo, sendo realizada pelo processo de *Intelligence Requirement Management and Collection Management (IRM&CM)*. Este tem como objetivo ajudar a validar e refinar os requisitos das Informações, determinando o modo de os satisfazer e coordenando as atividades necessárias para os alcançar (NATO, 2016, p. 5-1).

Do CPI resulta o *produto* que é o objetivo essencial da *organização*, podendo ser o elemento que dará a tão ansiada vantagem aos decisores. A doutrina NATO para as Informações não define indicadores que permitam medir a qualidade dos produtos das Informações, referindo apenas os atributos e princípios das Informações que os produtos deverão possuir¹⁸. Pelo contrário, a doutrina dos Estados Unidos da América (EUA) de Informações Conjunta aprofunda esta questão, referindo que existem oito características que os produtos das Informações deverão possuir para serem de excelência: *anticipatory, timely, accurate, usable, complete, relevant, objective, available*¹⁹ (EUA, 2013, pp. II-7 – II-8).

Por fim, todo este processo culmina em Informações que poderão ser estratégicas, operacionais ou táticas (NATO, 2016, p. 3-1), dependendo do nível de decisão a que elas pretendem prestar apoio.

2.2.2. Intelligence Fusion Centers

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 desencadearam nos EUA a necessidade de reorganizar as instituições e organização das Informações do Estado (Departamento de Justiça dos EUA [DJEUA], 2006, p. 10). As agências de Informações existentes até então no país foram incapazes de partilhar informação que possibilitasse detetar e evitar os ataques terroristas (*National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*, 2004, p. 79), levando o governo norte-americano a implementar uma estratégia nacional para partilha de Informações, através da criação de uma rede integrada de Centros de Fusão (DJEUA, 2008, p. 3). A estratégia delineada com o objetivo de melhorar a partilha de Informações antiterrorismo esteve na base da criação dos FC, que foram definidos pelo DJEUA (2006, p. 2) como *“collaborative effort of two or more agencies who provide resources, expertise and/or information to the center with the goal of maximizing the ability to*

¹⁸ Os atributos das Informações poderão ser encontrados em detalhe no *AJP 2.0*, pp. 3-4 – 3-5.

¹⁹ Para se manter a precisão dos termos, optou-se pela não tradução dos mesmos.

detect, prevent, apprehend and respond to criminal and terrorist activity”, devendo possuir “the necessary structures, processes, and tools (...) to support the gathering, processing, analysis, and dissemination of terrorism, homeland security, and law enforcement information” (DJEUA, 2008, p. 1).

É igualmente importante perceber o que se entende por “fusão” na área das Informações. Para a doutrina Norte-Americana, fusão é:

[...] a deliberate and consistent process of collecting and examining information from all available sources and intelligence disciplines to derive as complete an assessment as possible of detected activity. It draws on the complementary strengths of all intelligence disciplines, and relies on an all-source approach to intelligence collection and analysis. (EUA, 2013, p. II-12)

Segundo este conceito, a fusão de Informações utiliza a complementaridade entre as várias fontes e disciplinas das Informações disponíveis, analisando os seus produtos e fundindo-os num produto único, mais robusto e completo, procurando alcançar o objetivo de transformar informação e Informações em conhecimento utilizável (DJEUA, 2006, pp. 10-11) e marcando a diferença entre a simples partilha de Informações entre agências ou serviços. Na Figura 4 pode observar-se de que forma poderá ser um processo de fusão de Informações interdisciplinar, onde se obtém um produto sobre as capacidades e intenções do inimigo.

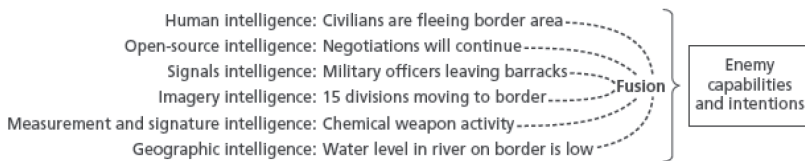


Figura 4 – Exemplo do processo de fusão interdisciplinar realizado num IFC

Fonte: Connable, B. (2012, p. 5).

Neste sentido, e apesar do nível de detalhe de um produto das Informações proveniente de uma só fonte poder ser suficiente para um objetivo relativamente estreito e bem definido, produtos fundidos são essenciais para ganhar conhecimento mais profundo sobre a situação. Dependendo da confiança na fonte e da verosimilhança da informação, quanto melhor os analistas forem capazes de cruzar e fundir as várias disciplinas e fontes de Informações, maior será o grau de confiança nas Informações pelo utilizador final (EUA, 2013, p. II-12).

Capacidades do IFC. O DJEUA publicou um conjunto de documentos que estabelecem as capacidades padrão que um FC deve possuir, ao nível das estruturas, processos e ferramentas para realizar as atividades determinadas pela estrutura diretiva e que dependerão das necessidades operacionais requeridas e dos *stakeholders* envolvidos (DJEUA, 2008, pp 1-5). Isto significa que poderá ter uma estrutura mais ou menos complexa, dependendo dos objetivos que cada FC quer alcançar e dos recursos que tem disponíveis. Na Figura 5, encontra-se exemplificado uma estrutura tipificada de um FC, onde se poderá verificar uma divisão em três níveis distintos: o superior, onde se insere estrutura diretiva, o nível intermédio composto pelos serviços de apoio e recursos e o nível inferior, a base da pirâmide, guarnecido por analistas e agentes que farão a fusão da informação e dos produtos das Informações.

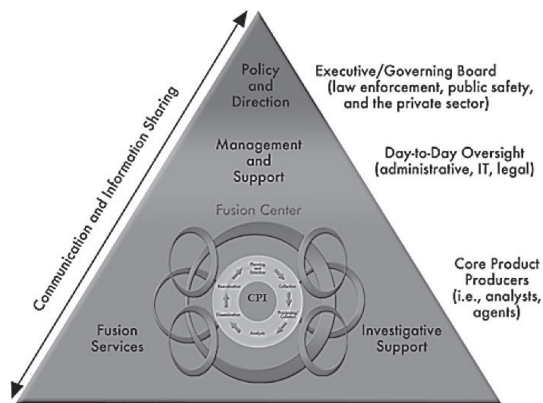


Figura 5 – Exemplo de estrutura de um FC

Fonte: Adaptado de DJEUA (2006, p. 26).

A síntese das capacidades de um FC tipo foram descritas pelo DJEUA e estão patentes nos Quadros 2 e 3, podendo ser adaptadas para cada tipo de centro e de estrutura. Não obstante, seja qual for a área do FC, os recursos humanos existentes são fundamentais em todo o processo de fusão, em particular os analistas, sendo por isso vital que estes tenham conhecimentos e treino necessário para conduzir funções de análise e providenciar apoio estratégico e tático aos decisores. (DJEUA, 2006, p. 51-52). Por outro lado, um FC deverá ter capacidades tecnológicas integráveis e interoperáveis, que garantam receção e transmissão de Informações de forma segura, rápida, robusta, eficiente e eficaz (DJEUA, 2006, pp. 37-39).

Quadro 2 – Capacidades de gestão e administrativas

Capacidades de gestão e administrativas	
Gestão	Estrutura Governamental ou organizacional; Missão; Ambiente colaborativo; Manual de Política e Procedimentos; Centro de Performance; Divulgação.
Proteção da Informação:	Secção de segurança; Políticas de proteção de dados e informação, Políticas de divulgação; Prestação de contas.
Segurança	Medidas de segurança; Oficial de segurança; Classificação de segurança;
Pessoal e Treino	Plano de formação e treino; Estudo de antecedentes e histórico; Acompanhamento e avaliação de pessoas.
Sistemas de C4I e infraestruturas físicas	Cadernos de encargos para o desenvolvimento de tecnologias; Partilha de informação no interior do centro e para fora; Planos de comunicação; Planos de acompanhamento das operações e em resposta (contingência).
Financiamento	Estratégia de investimento que permita o desenvolvimento, manutenção das capacidades e investigação para novas.

Fonte: Adaptado de DJEUA (2009, pp. 9-11).

Quadro 3 – Capacidades do Processo de Fusão

Capacidades do Processo de Fusão	
Desenvolvimento de requisitos de planeamento	Coordenação interorganizações e interagências; Avaliação de risco; Requisitos de informação; Relatórios de atividades suspeitas; Indicadores, Avisos e notificações; Relatório de situational awareness; Recursos para dados; Coordenação com Elementos de Ligação; Exercícios.
Recolha de informação e reconhecimento de indicadores e avisos	Recolha de informação e estratégia de relatórios; Mecanismos para feedback; Recolha e armazenamento de informação.
Processamento e agrupamento de informação	Agrupamento da informação; Níveis de segurança da informação.
Análise e produção da Informações	Produtos analíticos; Gestão da função de análise; Melhoramento das capacidades dos analistas; Serviços de análise estratégica; Capacidade de análise open-source; Especialização dos analistas; Ferramentas de análise.
Disseminação de Informações	Plano de disseminação; Reporte de informação para outros centros e parceiros
Reavaliação	Avaliação de performance Revisão dos processos do IFC

Fonte: Adaptado de DJEUA (2009, pp. 9-11).

2.3. O NATO INTELLIGENCE FUSION CENTER

A NATO implementou em novembro de 2004, o seu próprio IFC – o NATO *Intelligence Fusion Centre* (NIFC). O objetivo da sua criação foi o de providenciar à organização, uma estrutura de Informações robusta e objetiva, capaz de melhorar e simultaneamente colmatar falhas, no apoio ao cumprimento dos requisitos operacionais e estratégicos da NATO pelo *Allied Command Operations* (ACO) ao nível das Informações nas operações fora de área (Afeganistão, Kosovo, Golfo de Áden e Líbia) e operações da *NATO Response Force* (NRF) (NATO, 2018). A missão do NIFC é proporcionar ao *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR) e aos comandantes subordinados do ACO todas as Informações necessárias para o apoio ao planeamento e à execução de operações militares, em tempo real, especialmente à NRF/*Combined Joint Task Force* (CJTF). O NIFC também fornece Informações para alertar sobre crises potenciais e providencia às forças das Operações Especiais da NATO o apoio de Informações diretas que estas necessitarem (Fernandes, 2018). O NIFC é uma organização fora da estrutura de comando da NATO regulada no âmbito de um *Memorandum of Understanding* (MOU) assinado por todos os países NATO e algumas Non-NATO Nations (NNN). Segundo Fernandes (2018), a liberdade, iniciativa e a imparcialidade que o NIFC tem vindo a gozar desde a sua criação, revelaram-se como fatores essenciais para o reconhecimento do NIFC entre a comunidade de Informações na NATO e NNN.

O NIFC integra na sua estrutura, mais de 200 especialistas de Informações, militares e civis, de 26 países da NATO e da Finlândia e a sua organização pode ser observada na Figura 6.

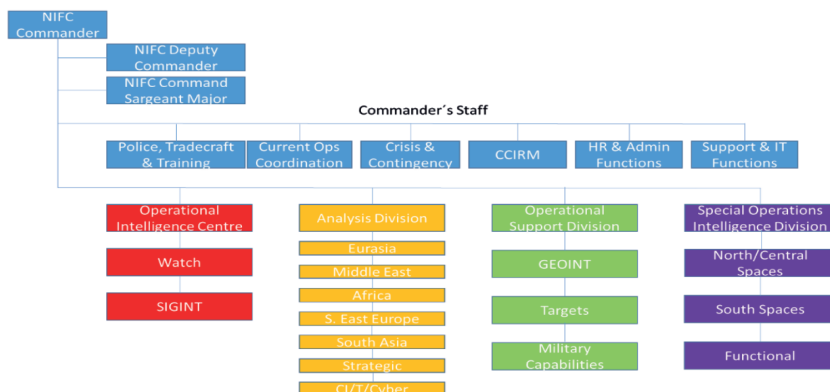


Figura 6 – Organograma do NIFC

Fonte: Fernandes (2018).

O NIFC tem a responsabilidade de contribuir para o esforço coletivo de análise da NATO, podendo ou não ter a liderança de coordenação dos esforços analíticos das Informações na NATO para cada operação, dependendo das diretivas superiores. Os *Priority Intelligence Requirements* (PIR) relativamente às ameaças, países ou regiões de interesse são estabelecidos pelo SACEUR, sendo que as prioridades mais baixas não são tratadas pelo NIFC, ficando a NATO dependente dos produtos das Informações disponibilizados pelos países que a integram e do seu canal oficial de Informações – o *Battlefield Information Collection and Exploitation System* (BICES). De forma genérica, cada uma das divisões da estrutura do NIFC é composta por analistas, militares ou civis, especialistas em variadas áreas e que, de acordo com as diretivas superiores bem definidas, recolhem Informações dos Serviços de Informações (SI) dos diversos países NATO e NNN e do BICES, fundindo-as num produto destinado ao nível estratégico, operacional ou mesmo tático (Fernandes, 2018). O NIFC apresenta na sua estrutura capacidades como SIGINT e *Geospatial Intelligence* (GEOINT)²⁰, bem como a respetiva capacidade de análise, sendo estas consideradas como fundamentais, entre as valências necessárias que devem existir num IFC, para que sejam elaborados “produtos de Informações muito melhores, em tempo e com qualidade excepcional” (B, entrevista presencial, 31 de outubro de 2018). B (*op. cit.*) reforça ainda que, mesmo com a existência destas valências mínimas, o IFC terá que assentar na integração e fusão de Informações por analistas especializados sob pena de não poder ser denominado como tal.

A estrutura organizativa do NIFC está de acordo com a estrutura tipo de um FC, patente na Figura 5, apresentando uma direção clara no seu topo, equipamentos e estruturas de apoio ao nível intermédio e analistas com *know-how* em várias disciplinas das Informações para a realização da fusão das Informações e concretização dos objetivos definidos. O NIFC contribui para as etapas de *Processing e Dissemination* do CPI, possuindo a capacidade de análise e fusão de Informações que o distingue e que permite ser denominado como um centro de fusão de Informações.

No sentido de dar resposta à QD1, “Em que aspetos o NIFC poderá servir como referência para a implementação do IFC na FA?”, poder-se-á dizer que o NIFC demonstra a importância e necessidade da existência

²⁰ *Geospatial Intelligence* é definida pela NATO como “*Intelligence derived from the combination of geospatial information, including imagery, with other intelligence data to describe, assess and visually depict geographically referenced activities and features on the earth*” (NATO, 2017, pp. 52).

de objetivos determinados pela cadeia superior (PIR), de equipamentos e estruturas que permitam interligação entre SI e canais dedicados, de analistas qualificados em número suficiente de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar e ainda de valências essenciais ao nível das disciplinas das Informações como SIGINT e GEOINT. Não será naturalmente viável ou sequer necessário, que um IFC na FA tenha a mesma dimensão que o NIFC apresenta, mas é importante que tenha as capacidades essenciais elencadas anteriormente, por forma a apresentar-se como capaz e credível. Considera-se desta forma que foi alcançado o OE1 e respondida a QD1.

2.4. NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES NA FA

As necessidades de Informações das Forças Armadas (FFAA) derivam em primeiro lugar da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Neste documento é relevada a importância das Informações, referindo que estas são:

[...] um instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política, sobretudo em matérias de segurança e defesa. Dada a atual conjuntura, a necessária salvaguarda dos interesses nacionais em diversas regiões constituir-se-á, nos próximos anos, como uma das principais e mais exigentes atribuições do Estado, tornando incontornável a capacitação reforçada dos serviços de informações. (CEDN, 2013, p. 31)

Por outro lado, a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (LQSIRP), no seu artigo 34º, possibilita as FFAA levarem a cabo “as atividades de Informações (...) necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar”. Por sua vez o documento onde estão vertidas as Missões das FFAA, define o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP) e o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC) como as áreas de interesse e foco estratégico (MIFA, 2014).

Apesar de todos estes documentos fornecerem as direções para a área das Informações, não se parece identificar a sua concretização a nível operacional, por não existir definição dos PIR para a comunidade de Informações nacionais (B, *op. cit.*). Para o chefe da RIM, estes requisitos são aqueles que determinam o foco essencial a ter em conta ao nível das ameaças, estabelecendo prioridades e indicando que organização, grupo ou serviço tem liderança na produção de Informações sobre determinada

área, à semelhança do que acontece no NIFC. Na FA em particular, o foco de pesquisa centra-se nas principais prioridades definidas por vários Ministérios, nos PIR do SACEUR e para onde a FA tem FND (B, *op. cit.*), abrangendo na prática toda a Área de Responsabilidade da FA bem como o EEINP e o EEINC (A, entrevista presencial, 31 de outubro de 2018, E, entrevista presencial, 31 de outubro de 2018).

Anível operacional e tático, a FA tem um conjunto de missões atribuídas, permanentes ou conjunturais, no panorama nacional e internacional, que, pela sua natureza e imprevisibilidade, apresentam intrinsecamente um nível de ameaça que poderá por em risco o cumprimento da missão e o alcançar dos objetivos estabelecidos. O cálculo do nível de ameaça é realizado pela RIM, que inicia o CPI ao solicitar a pesquisa de informação aos meios e sensores que a FA tem disponíveis. O Diretor do Estado-Maior para as Operações (DEMOP), A (*op. cit.*), refere que “as Esquadras de Voo utilizarão o produto obtido para realizarem o planeamento operacional da missão e o Gabinete Coordenador de Segurança Militar implementará medidas necessárias procurando compensar o grau de ameaça encontrado”. Parece então plausível dizer que, as Informações na FA procuram ter uma visão holística das ameaças presentes nos países definidos estrategicamente como importantes, e um foco maior nas necessidades que se apresentam no nível operacional e tático, procurando identificar e caracterizar os níveis de ameaças presentes, contribuindo para o sucesso das missões e consecução dos objetivos definidos.

Para responder à QD2, “Quais as necessidades e objetivos da FA relativamente às Informações?”, conclui-se que os objetivos da FA relativamente às Informações são estratégicos, operacionais e táticos. Cumprindo as diretrizes dos documentos estratégicos da Defesa Nacional, o produto das Informações estratégico obtido alberga o EEINP e EEINC, utilizando, por falta de definição mais concreta e específica, as prioridades de outros Ministérios e os PIR do SACEUR. Por outro lado, em missões operacionais e táticas da FA, o produto das Informações é utilizado para o cálculo do nível de ameaça existente, contribuindo para o planeamento operacional e para aplicação de medidas concretas por parte dos órgãos ou serviços competentes, que visam reduzir ou mitigar o risco produzido por essa ameaça. Entende-se assim que foi alcançado o OE2 com sucesso e respondida a QD2.

2.5. MISSÃO, ESTRUTURA E CONTRIBUIÇÃO PARA O CPI DA RIM E DO CGE

2.5.1. A Repartição de Informações Militares

A RIM encontra-se inserida na estrutura orgânica do Comando Aéreo (CA), na segunda Divisão, a A2 Intel, do Estado-Maior das Operações, e tem como missão providenciar Informações adequadas e oportunas para a tomada de decisão do Comandante, bem como para o planeamento e execução das Operações Aéreas (EMFA, 2011, p. 5-15). A RIM é composta por quatro secções, conforme Figura 7.

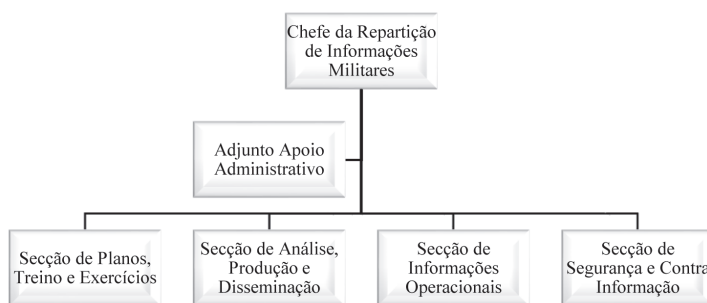


Figura 7 – Organograma da RIM

Fonte: EMFA (2011, p. 5-A-3).

A contribuição da RIM para o CPI da FA é abrangente, integrando todas as fases (A, *op. cit.*, B, *op. cit.*). A Divisão de Operações (DIVOPS), do EMFA, que teria como competências fornecer a *Direction* para as Informações na FA, não o tem feito por falta de pessoal, passando essa missão para a RIM (A, *op. cit.*, B, *op. cit.*). Neste sentido esta contribui com *inputs* para a elaboração de STANAGS na área das Informações e participa em grupos de trabalho, cujo objetivo inclui, entre outros, a definição dos PIR ao nível nacional e do EMGFA (B, *op. cit.*). Realiza uma *Direction* mais “local” ao solicitar ao Centro de Operações Aéreo (COA), através de *Request for Information* (RFI), que sejam empenhados os meios aéreos necessários para realizarem a pesquisa de informação e dados sobre determinada ameaça (E, *op. cit.*). Por sua vez, o COA solicita o Centro de Reconhecimento, Vigilância e Informações (CeRVI) que, conforme a disponibilidade, prioridades existentes e necessidades específicas de cada missão, efetue o *tasking* de aeronaves em coordenação com as Esquadras de Voo.

A RIM também contribui para a *Collection* através da pesquisa no BICES, nos SI da comunidade de Informações e em fontes abertas, mas na verdade, grande parte da *Collection* na FA é feita pelas Esquadras de Voo e respetivos SA. Seguidamente, todos os elementos recolhidos pelos sensores são enviados para a RIM que, já na fase de *Processing*, os analisa e processa, compara com as bases de dados existentes e relatórios de outros SI e produz verdadeiramente Informações (E, *op. cit.*, B, *op. cit.*). Deste ponto de vista pode-se dizer que já existe um verdadeiro processo de fusão a acontecer, na medida em que são recolhidas Informações dos SI, posteriormente comparadas e integradas com os dados recolhidos por sensores e outras Informações obtidas na RIM, e obtido um produto final direcionado para os objetivos pretendidos. B (*op. cit.*) sublinha este aspeto afirmando que “Informações destas disciplinas são recolhidas através de relatórios do NIFC, do BICES e de SI estrangeiros e são integrados nos produtos da RIM”.

Por fim, a etapa de *Dissemination* é realizada para os vários níveis de decisão, de acordo com o objetivo inicial, através dos canais nacionais dedicados, canais NATO, ou presencialmente na forma de briefings (A, *op. cit.*, B, *op. cit.*, E, *op. cit.*).

Expresso nas competências da RIM encontra-se também a responsabilidade de “elaborar e manter atualizada uma base de dados de Sistemas de Armas (ameaças)” e “estabelecer os contactos necessários no âmbito da Guerra Eletrónica (GE) quer com as unidades dependentes do CA, quer com o CGE, a fim de coordenar as ações conducentes à elaboração das Livrarias de Ameaças (LA) para os sistemas de GE da FA;” (EMFA, 2011, p. 5-16). Em concreto, estas atribuições envolvem a troca constante de informação e Informações com o CGE, funcionando a RIM neste caso como emissor e recetor. Esta interação será abordada mais aprofundadamente na secção seguinte.

2.5.2. O Centro de Guerra Eletrónica

A FA tem, desde meados da década de 70 do século passado, sistemas de GE nas suas aeronaves, sendo o CGE responsável pelo apoio, gestão e programação destes sistemas e Biblioteca de Ameaças (BA). Este centro encontra-se na dependência da Direção de Engenharia e Programas (DEP) do Comando da Logística (CLAF) tendo como missão “gerir e apoiar tecnicamente a exploração dos sistemas de GE dos diversos SA na FA” (CLAF, 2012, p. 8-1).

A organização do CGE e sua divisão em diversas áreas de GE pode ser observada na Figura 8. Em cada umas das áreas, existe um responsável pela programação dos sistemas dessa área.

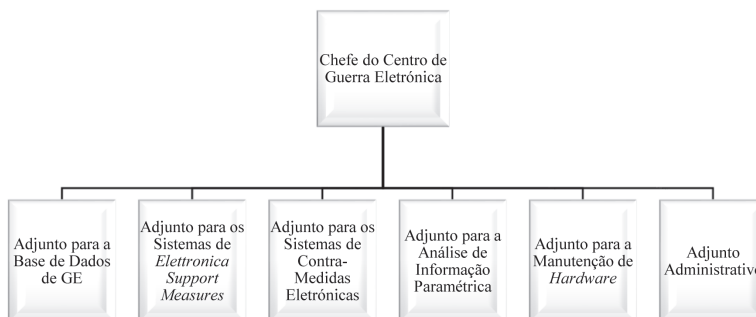


Figura 8 – Organograma do CGE

Fonte: CLAFa (2012, p. 8-A-1).

De forma a cumprir a sua missão, o CGE prepara os sistemas de GE, desenvolvendo *software* operacional que se traduz nas LA e nos *Mission Data Files* (MDF) específicos para cada SA (Boita, 2016), significando isto que “as BA desenvolvidas pelo CGE, dependem, por um lado, das Informações que delimitam o cenário, traduzidas na Ordem de Batalha (OB) e Ordem de Batalha Eletrônica (OBE), e por outro, das Esquadras (utilizadores) ao nível dos detalhes técnicos relativos à representação das ameaças nos sistemas a bordo” (D, entrevista por *email*, 04 de novembro de 2018). Neste sentido, o chefe do CGE, C (entrevista presencial, 12 de novembro de 2018), refere que “a interação entre o CGE e a RIM acontece quando existe uma necessidade do CA ou Esquadra de Voo para a participação em Teatros de Operações (TO) reais ou de treino, e em que estes solicitam ao CGE a elaboração de uma LA para um determinado sistema e/ou plataforma. Ao existir essa solicitação, a RIM envia a OB com a caracterização da área de Operações, onde constam todas as Unidades “amigas”, “inimigas” e neutras conhecidas que estejam nessa AO, bem como uma OBE para que seja possível o CGE saber o que vai efetivamente programar, tendo em conta as ameaças do Espectro Eletromagnético (EEM) presentes”. Na medida em que a OBE é um produto que implica na sua elaboração a análise de sinais eletromagnéticos que não sejam comunicações (ELINT), valência que a RIM não dispõe, B (*op. cit.*) refere que “ao nível de SIGINT, verdadeiramente, limitamo-nos a ser um posto de correio, uma vez que apenas vamos ao BICES recolher a

informação que precisamos e reenviamos-la para o CGE”. D (*op. cit.*) confirma esta ideia dizendo que “na maioria das vezes a OBE não vem particularizada para o cenário em questão, ao invés, é fornecida outra, mais abrangente, obrigando à sua filtragem, adequada ao cenário, por parte do CGE, apenas com os emissores estritamente necessários e pertinentes”. A contribuição para o CPI por parte do CGE acontece posteriormente, na fase de *Processing* quando “o sentido contrário nesta interação também tem lugar, sempre que, fruto da análise de dados paramétricos, se conclua que a OBE deva ser atualizada ou que a presença de determinado emissor (não esperado) tenha sido detetada, passando-se essa informação à RIM” (D, *op. cit.*). Ou seja, existe um conjunto de dados e informação que, depois de analisado através de atividades estruturadas, foi transformado em Informações. C (*op. cit.*) refere que “o produto de ELINT que o CGE produz pode ser compartilhado para a *NATO Emitter Data Base* (NEDB) para ser utilizado pelos países da Aliança”, podendo esta ação ser enquadrada na fase da *Dissemination* do CPI.

Por outro lado, fruto da “capacidade do CGE em fazer análise em contexto operacional” (D, *op. cit.*) e sempre que se justifique pela natureza da ameaça e dos meios envolvidos, os destacamentos da FA, têm contado com a presença de elementos do CGE, integrados numa célula de Informações, cuja missão primária é realizar a “análise de dados paramétricos de emissores radar recolhidos pelos sistemas” (D, *op. cit.*) e “alimentar e aprimorar a LA das plataformas envolvidas” (C, *op. cit.*). Não obstante, apesar do enfatizado por C (*op. cit.*) de que “não é o objetivo do CGE contribuir para o CPI mas sim para o ciclo de produção e melhoria das LA das próprias aeronaves”, a valência de ELINT presente, contribui também para “analisar e compilar vários tipos de dados e informação, como velocidades, altitudes e azimutes [que] podem ser utilizados para detetar localizações de ameaças” (C, *op. cit.*), contribuindo com os seus resultados para os produtos de Informações posteriormente disseminados pela célula de Informações nos destacamentos (E, *op. cit.*).

De acordo com os resultados obtidos neste capítulo pode-se concluir que tanto a RIM como o CGE contribuem para o CPI. A RIM tem geneticamente a missão, organização e competências destinadas ao envolvimento com as Informações, tendo intervenção em todas as fases do ciclo.

A missão primária do CGE é a de contribuir para a exploração dos sistemas de GE dos vários SA da FA, no entanto, as capacidades técnicas que possui também permite ao CGE processar dados e informação específica, produzindo Informações utilizáveis pela RIM, que por sua vez as utiliza para melhorar o seu produto da OB e OBE, colmatando a inexistência de

capacidade técnica da disciplina de ELINT. O CGE contribui ainda para as fases de *Processing e Dissemination* do CPI nos destacamentos operacionais da FA ao integrar a célula de Informações e trabalhando em conjunto com os elementos da RIM.

Deste modo, considera-se respondida a QD3, “Qual a relação e contribuição do CGE e da RIM para o CPI?” e alcançado o OE3, na medida em que se identificou que a RIM contribui para todas as fases do CPI e o CGE para as fases de *Processing e Dissemination*. A RIM e o CGE relacionam-se na medida em que a RIM não possui a valência de SIGINT (ELINT), sendo precisamente essa uma das valências do CGE. Esta complementaridade é utilizada sinergicamente na produção e melhoria das OB e OBE e na sua disseminação para utilização operacional da FA ou de terceiros, através das bases de dados dos SI onde são colocadas.

2.6. VANTAGENS DE INTEGRAÇÃO DA RIM E DO CGE NO IFC

Conforme referido no Capítulo 2, uma das referências que o NIFC oferece para a implementação de um IFC na FA é o de salientar a necessidade da existência da valência de SIGINT (entre outras) e a respetiva capacidade de análise. A este propósito apresentam-se no Quadro 4 as valências da RIM e do CGE relativamente às disciplinas das Informações, bem como os meios utilizados para realizar a pesquisa, conforme referido por B, (*op. cit.*), C (*op. cit.*), D (*op. cit.*) e E (*op. cit.*).

Quadro 4 – Meios de pesquisa de informação e capacidade de análise da RIM e CGE

Disciplina das Informações	Meios de pesquisa de dados e informação	Capacidade de Análise pela RIM	Capacidade de Análise pelo CGE
ACINT	P-3C	Sim	Não
HUMINT	SI, Bases de Dados	Sim	Não
IMINT	C-295, P-3C, F-16	Sim	Não
MASINT	Não disponível	Não	Não
OSINT	SI, Bases de Dados	Sim	Não
SIGINT (ELINT e COMINT)	P-3C (ELINT) F-16 (ELINT)	Não	Sim

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas (2018).

Como se pode observar no Quadro 4, a única disciplina das Informações que o CGE tem capacidade de análise é SIGINT (ELINT), precisamente aquela que a RIM não dispõe. Com a integração dos dois órgãos, esta valência,

entendida como essencial, passaria a existir no IFC, cumprindo-se assim um dos requisitos essenciais. Na prática, esta integração resultaria ainda em mais-valias para o CPI que foram relevadas por todos os entrevistados. Ao nível da OBE e do produto da RIM, B (*op. cit.*) refere que “a OBE enviada seria melhor, com benefícios para ambos os serviços”, sendo também confirmado por D (*op. cit.*) dizendo que “a missão do CGE (...) seria mais célere ao nível da preparação da OBE” e também porque “sob uma estrutura comum [seria possível a] produção e disseminação de um produto mais orientado para a missão e para as tripulações, mais rápido, completo e objetivo indo ao encontro da doutrina NATO e também da doutrina nacional” (E, *op. cit.*). Ao nível da rapidez, fluidez e segurança na passagem de informação, A (*op. cit.*) refere que “a partilha de informação menos fluida pode implicar o planeamento menos correto de uma missão a ser executada esporadicamente” e que “a integração dos dois serviços poderá melhorar e exponenciar todo o CPI”. Outra vantagem identificada com a integração da RIM e do CGE num IFC, consiste no acesso a bases de dados de SIGINT da NATO, algo que poderia ser decisivo e extremamente útil para a FA ao nível das Informações. B (*op. cit.*) afirma que “seria possível o acesso a outro tipo de Informações que agora não estão disponíveis, através do SIGINT COINS”, explicando que “só quem tem acesso ao SIGINT COINS é que tem acesso a detalhes fulcrais das Informações”. B (*op. cit.*) refere que as missões onde a FA irá atuar brevemente, obrigam a um conhecimento situacional profundo e que, se o CGE não fizer “parte da comunidade de Informações, não tem a possibilidade de aceder a este mundo, e não havendo na RIM pessoal qualificado e com *know-how* nessa área, perdem-se informações muitíssimo relevantes”. Neste sentido vai também A (*op. cit.*) ao evidenciar “vantagens ao nível de bases de dados que seriam mais disponíveis” e C (*op. cit.*) afirmando que “poderão existir bases de dados e outros elementos que estão acessíveis à RIM e que não estão acessíveis ao CGE e que poderiam eventualmente contribuir para a missão que aqui se desempenha”. Esta questão da abertura a bases de dados NATO foi reforçada pelo chefe da RIM, sustentada pela sua experiência no NIFC e pela visão abrangente que conseguiu obter nos três anos que exerceu funções nesse Centro. O SIGINT COINS é um SI que fornece informação específica para a disciplina de SIGINT, estando ligado a uma rede virtual, de acesso restrito na comunidade das Informações. O seu acesso poderá trazer benefícios quer para o produto das Informações da FA, quer para o CGE que, ao obter dados paramétricos que se encontram restritos, poderá detetar oportunidades para melhorar as LA dos SA ao nível das capacidades de GE.

Relativamente às perguntas da entrevista que procuravam aferir se a integração do CGE e da RIM resultaria num melhor produto das Informações, os elementos do CGE preferiram abster-se uma vez que não têm conhecimento profundo nesta área. No entanto a perceção dos entrevistados inseridos na comunidade das Informações foi esclarecida, conforme demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 – Respostas sobre indicadores de um produto das Informações de excelência

Indicadores	A	B	C	D	E
Anticipatory	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Igual
Timely	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Sim
Accurate	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Sim
Usable	Sim	Indefinido	Indefinido	Indefinido	Não
Complete	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Sim
Relevant	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Sim
Objective	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Sim
Available	Sim	Sim	Indefinido	Indefinido	Indefinido

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas (2018).

Quadro 6 – Tradução numérica das respostas sobre os indicadores de um produto das Informações de excelência

Indicadores	Benefício	Sem Benefício	Sem Opinião
Anticipatory	3	0	2
Timely	3	0	2
Accurate	3	0	2
Usable	1	1	3
Complete	3	0	2
Relevant	3	0	2
Objective	3	0	2
Available	2	0	3

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas (2018).

Como se pode observar nos Quadros 5 e 6, do ponto de vista dos especialistas entrevistados, quase todos os indicadores para um produto das Informações de excelência é melhorado relativamente ao produto atualmente existente. Esta constatação é importante, uma vez que um produto das Informações com maior qualidade pode ser fulcral nos momentos-chave da tomada de decisão e fornecer as vantagens fundamentais desejadas por quem tem a responsabilidade de a realizar.

2.7. CONCLUSÕES

Este ensaio procurou avaliar de que modo a criação de um IFC na FA, através da integração da RIM e do CGE, pode constituir uma mais-valia para o CPI e que vantagens derivariam para o produto resultante de todo o processo.

Ao nível metodológico, a investigação seguiu uma estratégia qualitativa, alicerçada num raciocínio dedutivo e num desenho de pesquisa transversal, recorrendo sobretudo a análise documental e a entrevistas semiestruturadas a peritos da área das Informações e da GE.

Para atingir o OG proposto, o estudo foi delimitado em três fases – fase de exploração, fase analítica e fase conclusiva. A fase exploratória iniciou-se com recurso a uma revisão bibliográfica onde se procurou clarificar o conceito das Informações e caracterizar um FC e as suas capacidades. Complementou-se esta fase com a realização de entrevistas exploratórias de modo a compreender e consolidar a temática, formulando assim o modelo de análise.

Seguiu-se a fase analítica, onde se caracterizou o NIFC, identificando os seus objetivos, estrutura, capacidades e organização, bem como identificaram-se e analisaram-se os objetivos e as necessidades das Informações na FA que decorrem dos interesses estratégicos nacionais. Caracterizou-se ainda a RIM e o CGE, procurando compreender a relação entre eles e qual a sua integração e contribuição para o CPI.

Na fase conclusiva, utilizando os dados da investigação expostos ao longo dos capítulos e utilizando as respostas às entrevistas, identificaram-se as vantagens da integração dos dois órgãos num IFC bem como as vantagens para o produto das Informações resultante e para o CPI. Ao longo dos capítulos, foram ainda respondidas as questões derivadas e alcançados os OE.

A resposta à QD1 mostrou a importância e necessidade de existirem objetivos (PIR) das Informações definidos, bem como valências essenciais que um IFC deve possuir.

A QD2 foi respondida, identificando-se as necessidades essenciais das Informações para a FA e compreendendo-se que é necessária uma melhor definição dos objetivos estratégicos das Informações.

Por fim a resposta à QD3 mostrou a contribuição da RIM e do CGE para o CPI e a forma como trabalham sinergicamente de forma a melhorar os produtos de ambos.

Desta forma, existem condições para responder à QC, “De que forma poderá a integração da RIM e do CGE contribuir para a criação de um IFC na FA e constituir-se como uma mais-valia para o CPI?” e alcançar-se o OG “Avaliar as vantagens para o produto das Informações, da integração da RIM e do CGE, num IFC na FA”. Assim, pode-se referir que relativamente às valências essenciais identificadas que um IFC deve possuir, a integração do CGE e da RIM, resultaria na obtenção de uma delas – SIGINT – proporcionando vantagens para a FA, como por exemplo, o acesso a novos SI da NATO, que poderão contribuir para o desenvolvimento tanto dos sistemas de GE dos SA da FA, como para a obtenção de Informações que poderão ser úteis para a consecução de objetivos definidos. Adicionalmente, vantagens na obtenção de OB e OBE com maior qualidade e maior rapidez e segurança na transmissão de informação e Informações. Ainda nesta lógica, praticamente todos os indicadores de um produto das Informações de excelência são melhorados com a integração da RIM e do CGE o que demonstra maior qualidade do CPI, indo ao encontro dos objetivos últimos de um IFC que é o de fornecer o melhor produto possível e contribuir decisivamente para o processo de tomada de decisão.

Conclui-se desta forma que a integração da RIM e do CGE contribui para a base da criação de um IFC na FA na medida em que adiciona a valência de SIGINT (ELINT) e contribui para melhorar o CPI, resultando um produto das Informações de melhor qualidade. Responde-se desta forma à QC e considera-se alcançado o OG proposto.

Não obstante do exposto anteriormente, não se poderá dizer que, *per si*, a integração do CGE e da RIM bastarão para sustentar um IFC. Foi identificada a capacidade de GEOINT como valência essencial que um IFC deve possuir e que a integração dos dois serviços não cria. Além disso, quando se definirem PIR e objetivos específicos, poderão ser necessárias outras valências que podem não ser garantidas apenas com a integração do CGE e RIM.

Ao nível do contributo para o conhecimento, considera-se que esta investigação foi importante para demonstrar que existem SI na NATO que poderão ser úteis para a FA e que, havendo interesse, será possível obter o seu acesso. Foi ainda importante para demonstrar que a integração de valências dispersas poderá resultar em ganhos significativos para a organização.

Importa referir ainda algumas das limitações existentes e que reduziram a abrangência deste ensaio. Foi identificada a existência de outro

centro na FA, o CerVI, que também poderá ser um elemento a considerar para pertencer a um IFC na FA e que não foi alvo de análise neste estudo. A integração de mais serviços pode significar ganhos em eficiência e eficácia, contribuindo para os objetivos últimos do IFC. Paralelamente, não foi possível estudar, o impacto que a passagem do CGE para o domínio das Informações teria na missão que este tem atribuída e que continuaria a ter de desempenhar, bem como a reflexão sobre o impacto causado decorrente da deslocalização de serviços, pessoas, material e correspondente dispêndio financeiro. Outra limitação importante, foi o facto de não ter sido possível entrevistar mais especialistas das áreas das Informações e GE, que muito provavelmente trariam mais perspetivas pertinentes a considerar.

As limitações elencadas poderão servir como ponto de partida para futuras reflexões e análises neste âmbito, complementado a presente investigação e servindo de base para a criação de um IFC na FA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boita, J. (2016). *A autoproteção das aeronaves da Força Aérea e qualificação das tripulações* (Trabalho de Investigação Individual CPOS 2017/2018). Instituto Universitário Militar, Lisboa
- CLAF. (2012). *MCLAF 305-4 Organização e Normas de Funcionamento da Direção de Engenharia e Programas*. Lisboa: Força Aérea
- Connable, B. (2012). *Military Intelligence Fusion for Complex operations a new paradigm*. Santa Monica: RAND Corporation.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). *Missões das Forças Armadas: MIFA 2014*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Couto, C. (1988). *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso*. Vol I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- DJEUA. (2006). *Fusion Center Guidelines for Establishing and Operating Fusion Centers at the Local, State, and Federal Levels*. Washington: DJEUA. Retirado de https://it.ojp.gov/documents/fusion_center_guidelines_law_enforcement.pdf
- DJEUA. (2008). *Baseline capabilities for state and major urban area fusion centers*. Washington: DJEUA. Retirado de <https://it.ojp.gov/documents/d/baseline%20capabilities%20for%20state%20and%20major%20urban%20area%20fusion%20centers.pdf>
- DJEUA. (2009). *Defining Fusion Center Technology Business Processes: A tool for planning*. Washington: DJEUA. Retirado de: <https://it.ojp>.

- gov/documents/d/defining%20fusion%20center%20technology%20business%20processes%20%20A%20tool%20for%20planning.pdf
- EMFA. (2011). *RFA 303-5 Organização e normas de funcionamento do Comando Aéreo*. Lisboa: Força Aérea.
- Escorrega, L. (2009). A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspetivas Várias. *Revista Militar*, Nº 2491/2192. Retirado de: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/499>
- EUA. (2012a). *Joint and National Intelligence: Support to Military Operations, Joint Publication 2.01* Washington: Joint Chiefs of Staff
- EUA. (2012b). *ADRP 2-0 Intelligence*. Washington: Departamento do Exército dos EUA. Retirado de https://www.globalsecurity.org/intell/library/policy/army/adrp/2-0/adrp2_0.pdf
- EUA. (2013). *Joint Intelligence, Joint Publication 2-0*, Washington: Joint Chiefs of Staff. Retirado de https://fas.org/irp/doddir/dod/jp2_0.pdf.
- Fernandes, D. (2018). *Relatório de Missão no NIFC 2015-2018*. Lisboa: Força Aérea
- Graça, P. (2009). *Estudos de Intelligence*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Herman, M. (1996). *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto. (2014). *Procede à Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Retirado de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2204&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=
- Lowenthal, M. (2006). *Intelligence - from secrets to policy*. 3rd ed. Washington: CQ Press
- National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. (2004). *Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*. Washington: EUA
- NATO. (2016). *AJP 2.0- Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security* ed s.l.:NATO Standardization Agency.
- NATO. (2017). *NATO Glossary Terms - AAP-6*. s.l.:NATO Standardization Agency.
- NATO. (2018). *NATO Intelligence Fusion Center*. [Página online] Retirado de <http://web.ifc.bices.org/about.htm>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Governo de Portugal. Retirado de https://www.defesa.pt/documents/20130405_cm_cedn.pdf

3.

O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: ATUALIDADE E PERSPETIVAS DE EMPREGO

Júlio César Melício Pires de Melo Sancha

Major de Comunicações das Forças Armadas de Cabo Verde
Licenciado em Engenharia Eletrónica - Ênfase em Telecomunicações
Inspetor Adjunto das Forças Armadas de Cabo Verde
julio.sancha@fa.gov.cv

José António da Rocha Isidoro

Capitão de Cavalaria do Exército Português
Mestre em Ciências Militares
Oficial de Operações do Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada
isidoro.jar@mail.exercito.pt

Rodrigo Garcia Gonçalves Brito

Capitão de Administração Militar do Exército Português
Mestre em Ciências Militares
Consultor Financeiro ATIF/SG-MDN
brito.rgg@mail.exercito.pt

Alexandre Manuel Moura Parreiras

Capitão de Cavalaria do Exército Português
Mestre em Ciências Militares
Oficial de Recursos do AgrISTAR e Adjunto do Chefe da Secção Logística
parreiras.amm@mail.exercito.pt

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

Major de Infantaria do Exército Português
Mestre em Ciências Militares
Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército (IUM)
Investigador Integrado do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
silva.cmcrm@ium.pt

RESUMO

O atual ambiente operacional, caracterizado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, potencia a importância das Informações, pois estas traduzem-se numa ferramenta de elevado valor para quem as possui, quer pela vantagem face aos concorrentes diretos, quer pelo apoio à tomada de decisão e assim como à definição de estratégias. Num contexto militar, considera-se preponderante analisar se as Informações Militares no Exército têm a qualidade suficiente que satisfaça o “cliente” e se as mesmas são produzidas de forma eficiente. Assim, para se atingir este objetivo, efetuou-se uma investigação com base num raciocínio indutivo, assente numa estratégia qualitativa consubstanciada num desenho de pesquisa estudo de caso, através duma análise documental e de conteúdo com recurso a entrevistas a especialistas, que possibilitou evidenciar a importância das Informações Militares no planeamento e condução de operações militares. Concomitantemente, permitiu concluir a existência de uma estrutura de Informações e não de um Sistema de Informações no Exército, e ainda identificar uma série de contributos que podem potenciar uma melhoria na eficiência e eficácia, corroborando diretamente para a qualidade do produto das Informações Militares.

Palavras-chave: Informações Militares, Sistema de Informações Militares, Eficiência, Qualidade

ABSTRACT

The current operational environment, characterized by volatility, uncertainty, complexity and ambiguity, enhance the importance of intelligence, which is a tool of high value (advantage) for those who possess it, either for their advantage over direct competitors or to support decision-making and to support the setup of strategies. In a military context, it is considered preponderant to analyze whether Military Intelligence produced in the Army has the quality that satisfies the “client” and if they are produced efficiently. Therefore, in order to achieve this objective, an investigation was carried out based on a deductive reasoning, based on a qualitative strategy consubstantiated in a case study research design, through a documentary and content analysis using an interviews with experts, which made it possible to highlight the importance of Military Intelligence in the planning and conduct of military operations. At the same time, it was possible to conclude the existence of an Intelligence structure,

rather than an Army Intelligence System, and also to identify a series of contributions that could lead to an improvement in efficiency and effectiveness, contributing directly to quality of Military Intelligence's product.

Keywords: *Military Intelligence, Army Intelligence System, Efficiency, Quality.*

3.1. INTRODUÇÃO

Desde sempre que as Informações se constituem como um instrumento de elevado poder, pois quem as possui garante vantagem sobre o oponente. Sun Tzu (1974) referia a importância da posse da informação, que nunca se deveria avançar para uma batalha sem se ter um conhecimento do inimigo, pois através dela tem-se a capacidade de dar o alerta oportuno e obter vantagem que poderá contribuir decisivamente para o sucesso de uma operação militar.

De acordo com Escorrega (2009, p. 1030), “pós-guerra fria, as ameaças deixaram de ser claras e definidas, transformando-se em difusas e polimorfos com natureza anónima”, aumentando assim o grau de incerteza e elevando desta forma a importância das Informações.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) refere que:

[...] o sistema internacional é caracterizado por uma multiplicação de crises, pelo aumento da conflitualidade e da turbulência que antecipam transformações substanciais no ambiente de segurança dos Estados [...], paralelamente, a difusão do poder, a multiplicação de programas de armas de destruição massiva, o desenvolvimento de novas tecnologias militares e a disseminação de formas de combate assimétrico – guerrilha e terrorismo – mudaram o quadro da segurança regional e mundial e permitem a Estados, grupos ou organizações pobres em recursos acederem mais facilmente a tecnologias letais [...] os serviços de Informações constituem-se como incontornáveis instrumentos de identificação e avaliação de ameaças e oportunidades em cenários voláteis e complexos. As Informações são um instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política [...] tornando incontornável a capacitação reforçada dos serviços de Informações. (2013, p. 16, 17 e 42)

Assim conclui-se que, as Informações se mantêm necessárias, preponderantes e decisivas na obtenção de vantagem sobre algo ou alguém. Independentemente da existência de oposição ou não, elas são fundamentais para que quem governa, lidera ou comanda, possa tomar decisões de forma consciente e em tempo, ou em caso de necessidade, antecipar ações e reagir mantendo a iniciativa a seu favor.

Ao nível das Informações Militares (IM), o Exército dispõe de um conjunto de órgãos com a missão de contribuir para o produto das Informações e para o respetivo Ciclo de Produção de Informações (CPI).

No entanto, fruto da separação física e hierárquica destes órgãos, podem existir, na produção das Informações, ineficiências provocadas pela falta de processos, procedimentos e estruturas para o efeito.

Nesta conformidade, importa referir que as Informações são sempre valiosas e cruciais, ainda mais quando se está presente, como é o caso de Portugal, em vários Teatros de Operações (TO), nomeadamente no Afeganistão, República Centro Africana (RCA), Iraque, entre outros, pelo que, a qualidade do produto das IM é fundamental para a compreensão das características da área de operações e da ameaça.

Neste sentido, o presente trabalho de investigação tem como objeto de estudo as IM, visando analisar a atualidade do produto do Sistema de Informações Militares do Exército (SIME), procurando identificar eventuais lacunas, assim como identificar possíveis recomendações de melhoria do sistema.

A Figura 1, esquematiza o objeto de estudo de investigação, assim como a sua delimitação temporal, espacial e de conteúdo.



Figura 1 – Objeto de Estudo

Desta forma, este estudo é delimitado no tempo, procurando analisar as IM desde a data de aprovação do Decreto-Regulamentar n.º11/2015, 31 de julho de 2015, até à data do presente trabalho, no espaço, face às competências atribuídas ao Centro de Segurança Militar e Informações do Exército (CSMIE), principal órgão de Informações Militares do Exército (IME), assim como na relação entre este com os diversos órgãos com competências para o efeito, nomeadamente, Divisão de Cooperação, Operações, Informações e Segurança (DCOIS) do Estado-Maior do Exército. No que respeita ao conteúdo, o foco são as IM em contexto operacional,

na medida em que os órgãos responsáveis pelas Informações respondem também a questões de segurança e contrainformação ao nível territorial, não abordadas na investigação.

O Objetivo Geral (OG) de investigação é avaliar o SIM do Exército Português, identificando eventuais lacunas, e propor possíveis recomendações.

Assim, por forma a alcançar o OG da investigação, foram elencados os Objetivos Específicos (OE) conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos específicos

OE1	Caraterizar a organização do SIM de Espanha e Cabo
OE2	Analisar o SIM do Exército Português e sua perspetiva de emprego
OE3	Avaliar de que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM

Tendo em consideração a área de investigação onde se insere o tema do presente trabalho de investigação e sendo o foco contribuir para a melhoria do atual SIME, propõe-se a seguinte Questão Central (QC) para atingir o OG:

“De que modo pode o Sistema de Informações Militares do Exército constituir-se como uma ferramenta eficiente de apoio ao emprego militar?”

Para alcançar os objetivos delineados, o estudo encontra-se estruturado numa Introdução, Enquadramento teórico e conceptual, Metodologia e método, Apresentação dos dados e discussão dos resultados e, por último, as Conclusões.

3.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

3.2.1. Revisão de literatura

As Informações Militares. A doutrina nacional refere que Informação ou Informações resultam do “processamento de notícias respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais [...] atividades que visam obter o resultado final e bem assim às organizações empenhadas em tais atividades” (EME, 2009, p 6).

No entanto, na doutrina da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO)

verifica-se uma separação entre os conceitos de informação (*information*) e Informações (*intelligence*), na medida em que a informação são dados não processados referentes a uma determinada situação que podem ser usados na produção de Informações, enquanto que, Informações são o produto resultante da pesquisa e processamento da informação sobre o meio ambiente e as capacidades e intenções dos atores, a fim de identificar ameaças e oferecer oportunidades de exploração pelos tomadores de decisão (NATO, 2016). A Figura 2 pretende dar uma visualização em termos de “hierarquia” dos conceitos, estabelecendo um paralelismo entre o conceito Nacional e o da NATO.

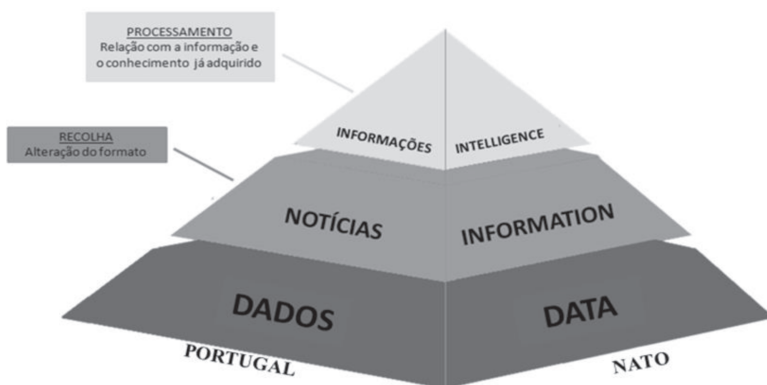


Figura 2 – *Intelligence, Information e Data*

Fonte: Costa (2019).

A doutrina dos Estados Unidos da América (EUA), diferencia também, estes dois conceitos de forma muito similar à efetuada pela NATO, assim como Espanha, que adota o termo “*inteligencia*”.

Numa perspetiva estrita, Informações são o plural de informação, logo seria normal associar o seu significado como sinónimo, no entanto, na realidade não o são. As Informações “são o conhecimento obtido por meios convencionais ou não convencionais, sobre os meios, atividades, possibilidades, intenções e vulnerabilidades de Estados, organizações e individualidades estrangeiras, de grupos hostis ou potencialmente hostis” (Pinto, 2001, p. 291).

Na mesma linha de pensamento, Muller-Wille (2004) refere que Informações corresponde à informação processada por agências de informação que servirá para ajudar um determinado responsável no seu processo de decisão. O mesmo autor refere que, as Informações têm características diferentes conforme as necessidades, classificando-as desde as táticas às estratégicas.

Não obstante as diversas interpretações e semânticas salientadas anteriormente entre os dois conceitos, neste estudo adota-se o termo de Informações referido na língua anglo-saxónica, como *Intelligence*.

Importa ainda, delimitar o termo Informações ao ambiente militar, ou seja, às IM e de que forma estas contribuem para cumprir os objetivos políticos no âmbito de atuação da política externa.

O Regulamento de Campanha Informações define as IM como todo o “conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todos os elementos do inimigo atual ou provável, bem como da zona de operações que incluem o terreno e as condições atmosféricas” (1954, p. 2).

Para Andriole (1984, p.176) as IM apresentam-se como “aquelas centradas em todos os aspetos que caracterizam o poder militar de um Estado, em tempo de guerra ou de paz”.

Na mesma linha de raciocínio Navarro (2003, p. 69) afirma que as IM dizem respeito às Forças Armadas (FFAA), orientadas para a organização da defesa militar face a um inimigo potencial ou real e para a preparação e desenvolvimento de operações.

Por sua vez, Serra (2002, p. 8) afirma que o “objeto das IM, inicia-se ao nível político com a determinação dos objetivos que o país pretende atingir, e de quais os Estados, forças ou atores que concorrem ou contrariam esses interesses”.

As IM são de tal forma relevantes que as suas ações não se limitam ao benefício das unidades militares, remetem também relatórios de grande valor para a tomada de decisão do Governo (Ballesteros, 2003).

O Exército Português considera existirem três níveis de Informações distintas e hierarquizadas: Estratégicas, Operacionais e Táticas. As Informações Estratégicas são as “Informações necessárias à formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional [...] colocadas pelos governos nacionais, cobrindo todo o espectro de assuntos militares, diplomáticos, políticos e económicos, nacional e internacional” (EME, 2009, p. 1-6).

O CEDN enfatiza o facto das IM Estratégicas concorrerem para:

“[...] consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional [...] os meios militares são uma componente fundamental de segurança do Estado e um fator de projeção do prestígio internacional de Portugal. A estratégia nacional deve definir com clareza as missões prioritárias das FFAA, a escala geopolítica das prioridades do seu emprego e as capacidades necessárias”. (2013, p. 8 e 9)

As Informações Operacionais são as “Informações necessárias para o planeamento e condução de campanhas ao nível operacional” (EME, 2009, p.

1-6), enquanto que as Informações Táticas são as “Informações necessárias ao planeamento e conduta de operações táticas” (EME, 2009, p. 1-7).

As IM possuirão sempre uma importância vital para a Defesa Nacional (DN) pois “nenhum Governo, Comando Militar, Direção de Forças gosta de ser surpreendido [...] os SI destinam-se a estudar e esclarecer situações de que possam surgir ameaças e perigos, reduzindo o grau de incerteza e facilitando a tomada de decisão” (Pinto, 2001, p. 316). Assim, independentemente do nível a que as Informações são tratadas, terão sempre como desígnio, o apoio a quem toma decisões com vista à prossecução dos objetivos.

3.2.2. O Sistema de Informações Militares

O conceito sistema provém do latim “*Systema*” e define-se como a “combinação de partes coordenadas entre si e que concorrem para um resultado ou para formarem um conjunto” (Dicionário Universal, Língua Portuguesa, 1999, p. 1366).

De acordo com Rascão (2004, p. 23), sistema pode ser definido “como um conjunto de componentes inter-relacionados que trabalham juntos para atingir objetivos comuns, aceitando dados de entrada (*inputs*) e produzindo resultados (*outputs*) numa organizada transformação de processos”. Por outro lado Chiavenato (2000, p. 545) salienta que “sistema é um conjunto ou combinações de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário”.

Neste sentido pode-se inferir que, de uma forma holista, um sistema abarca um conjunto de meios (pessoas ou equipamentos) que se interligam com vista a atingirem um objetivo comum.

Tendo em conta este conceito, focalizando a definição de sistema no âmbito das Informações, verifica-se que “um SI é constituído por pessoas, procedimentos e equipamentos que recolhe, processa, armazena, e distribui informação com objetivos específicos” (Turban, E.; McLean, E.; Wetherbe, J., 1999) cit. por (lucas, et al., 2008/2009, p. 8). Ainda segundo os mesmos autores, “tal como qualquer outro sistema, um SI é composto por *inputs* (dados, instruções) e *outputs* (relatórios, cálculos). O SI processa os *inputs* e produz *outputs* que são disponibilizados ao utilizador final ou a outros sistemas”.

A NATO (2018) define um SI como um conjunto de equipamentos, pessoas, métodos e procedimentos, organizado para desempenhar funções de processamento de informação.

Deduz-se então, que um SI assenta num conjunto de elementos (pessoas, equipamentos, informação, atividades) que se relacionam e

interagem entre si para pesquisar, processar informação com vista à sua divulgação a quem dele necessita.

3.2.3. O Ciclo de Produção de Informações

O processo das Informações tem como base a procura de resposta às necessidades de Informações para apoio à decisão. Estas, como referido anteriormente, podem ser de diferentes níveis, estratégico, operacional e tático, de acordo com a necessidade, tempo e prioridade. Independentemente do nível, o processo é basicamente igual e designa-se por CPI.

O EME (2009, p. 3-1), refere que o CPI “é uma sequência das atividades de Informações na qual a notícia é obtida, transformada em informação e explorada”. Este ciclo comporta quatro fases distintas, que apesar de não existir unanimidade no que respeita ao número de fases constituintes, para efeito deste estudo iremos assumir o CPI de acordo com Doutrina NATO, conforme ilustra a Figura 3.

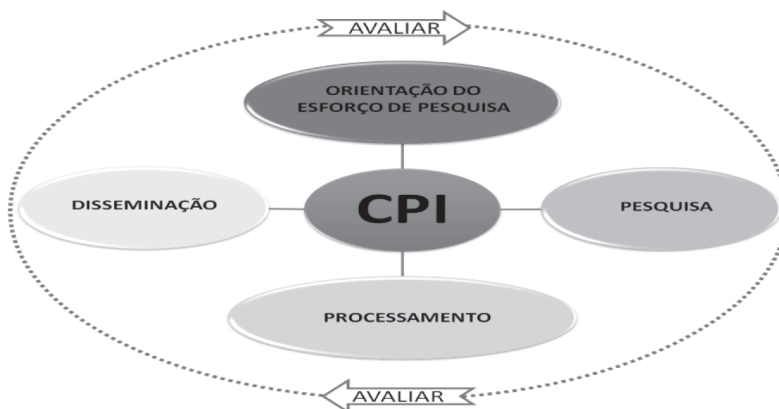


Figura 3 – Ciclo de Produção de Informações

Fonte: Adaptado a partir de AJP 2-0 (2016 p. 4-2).

Aparentemente simples, na realidade é um conjunto complexo de atividades composto de inúmeros ciclos operando em diferentes níveis e velocidades onde algumas tarefas se sobrepõem e coincidem, de modo que são frequentemente conduzidas simultaneamente, em vez de sequencialmente (NATO, 2016).

O Quadro 2 apresenta de forma resumida cada das suas fases.

Quadro 2 – Fases do CPI

FASE	NOÇÃO
1ª - <i>Orientação do esforço de pesquisa</i>	Centra-se na priorização de requisitos, bem como no planeamento e alocação de meios/ recursos, acompanhado dum claro estabelecimento das metas desejavelmente alcançáveis e o seu normal controlo (NATO, 2016).
2ª - <i>Pesquisa</i>	Consiste na pesquisa e recolha de informação e dados recorrendo, existindo para isso um conjunto de disciplinas que contribuem para esta fase do processo (NATO, 2016, p.3-9 a 3-11) em particular: Informação Acústica (ACINT), Informação Humana (HUMINT), Informação de Imagens (IMINT), Informação de Medição e Assinaturas Eletromagnéticas (MASINT), Informação de Fonte Aberta (OSINT) e Informação de Transmissões Eletromagnéticas e Comunicações (SIGINT).
3ª - <i>Processamento</i>	É onde a informação recolhida vai ser transformada em Informações. O processamento é realizado tendo como base os seguintes passos: registo, avaliação, análise, integração e interpretação (EME 2009). Este processamento é contínuo e pode gerar outros requisitos para a pesquisa, mesmo antes da disseminação das Informações (NATO 2016).
4ª - <i>Disseminação</i>	É onde se efetua a transmissão das Informações obtidas. Esta disseminação é normalmente efetuada sobre a forma de relatórios, constituem-se como o produto das IM, devendo esta ser clara, relevante e breve (NATO 2016).

As Informações resultantes deste ciclo, são o produto que qualquer decisor necessita para tomar as decisões mais acertadas, constituindo-se normalmente um importante contributo para garantir a vantagem aos decisores. Ao nível do produto das Informações não existe, na doutrina Nacional nem na doutrina NATO identificação das características das mesmas, pelo que no âmbito da presente investigação se recorreu à doutrina dos EUA, ou seja, as características que os produtos das IM deverão possuir para serem consideradas de excelência (EUA, 2013, p. II-7), conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Conceito dos Indicadores do Produto das IM

CARACTERÍSTICAS	CONCEITO
Antecipatórias	As informações devem antecipar as necessidades de informação do Comandante e do pessoal da força para apoiar o planeamento e a tomada de decisão. Exige que a célula de informações identifique e compreenda completamente a missão, intenção do Comandante, etc.
Oportunas	As informações devem estar disponíveis quando o Comandante assim o exigir. Informações oportunas permitem ao Comandante antecipar eventos na área operacional.
Precisas	As informações devem ser factualmente corretas, transmitir a situação como realmente é e fornecer uma compreensão do Ambiente Operacional.
Completas	As informações completas devem, na medida do possível responder às perguntas do Comandante, sobre o adversário e outros aspetos do Ambiente Operacional.
Relevantes	As informações devem ser relevantes para o planeamento e para a execução da operação, auxiliando o Comandante no cumprimento da missão. Devem contribuir para o entendimento da ameaça e do Ambiente Operacional.
Objetivas	Devido ao impacto decisivo e consequente das informações nas operações é importante que as mesmas sejam objetivas.
Disponíveis	As informações devem estar prontamente acessíveis ao Comandante. A disponibilidade é uma função de classificação de segurança, interoperabilidade e conectividade apropriadas.

Fonte: Adaptado de EUA (2013, p. II-7).

3.2.4. Modelo de análise

A presente investigação é desenvolvida em conformidade com o modelo de análise presente no Quadro 4, correlacionando os objetivos traçados com os conceitos, as dimensões e indicadores que se pretende analisar.

Quadro 4 – Modelo de Análise

TEMA		O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO EXERCITO PORTUGUÊS: ATUALIDADE E PERSPETIVAS DE EMPREGO					
Objetivo Geral		Avaliar o SIM do Exército Português, identificando eventuais lacunas, e propor possíveis recomendações					
Objetivo Específico		Pergunta de Partida		De que modo pode SIM do Exército Português, constituir-se como uma ferramenta eficiente de apoio ao emprego militar?			
		Perguntas Derivadas		Conceito	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha
OE 1	Caraterizar a organização do SIM de Espanha e Cabo Verde	QD 1	Qual a organização dos SIM de Espanha e Cabo Verde?	Informações Militares	Organização	Enquadramento Legal	Recolha de Dados Entrevistas semiestruturadas
						Doutrina	
OE 2	Analisar o SIM do Exército Português e sua perspetiva de emprego	QD 2	Como está organizado o SIM do Exército Português, e qual a sua perspetiva de emprego?	Sistema	Atividades Conhecimento	Coordenação entre órgãos	
						Formação apropriada	
						Permanência nas funções	
OE 3	Apreciar de que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM	QD 3	De que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM?	Qualidade	Produto das IM	Plataformas de acesso à Informação	
						Mecanismo de partilha de informação	
						Antecipatórias	
						Oportunas	
						Precisas	
Completas							
Relevantes							
Objetivas							
Disponíveis							

No âmbito dos SIM esta investigação foi focalizada nos domínios de análise, organização, atividades e conhecimento, que se constituem como os vetores que caracterizam um SI (Silva & Ribeiro, 2018).

Já relativamente ao conceito de qualidade e na dimensão do produto das IM, os indicadores constituem-se como as características das IM da doutrina militar dos EUA, ou seja, as características que os produtos das IM deverão possuir para serem consideradas de excelência (EUA, 2013, p. II-7).

3.3. METODOLOGIA E MÉTODO

3.3.1. Metodologia

A presente investigação insere-se no domínio de investigação das ciências militares, no âmbito dos elementos nucleares, na área de investigação das operações militares, tendo sido elaborado com base num raciocínio indutivo, onde a generalização será feita a partir da observação de factos particulares.

A metodologia de investigação a seguir na elaboração deste trabalho assume uma estratégia qualitativa, a partir de um desenho de estudo de caso, na medida em que o seu objeto de estudo passa pela compreensão, através da exploração do comportamento, das perspetivas e das experiências dos entrevistados, complementado com uma análise documental (IUM, 2016).

O percurso metodológico é ilustrado na Figura 4, sendo a fase exploratória, construída com base na legislação nacional, artigos e estudos sobre a temática, constituindo-se o alicerce para a fase analítica e conclusiva, procurando expor, discutir as teorias de referência que estruturam o modelo de análise da investigação.

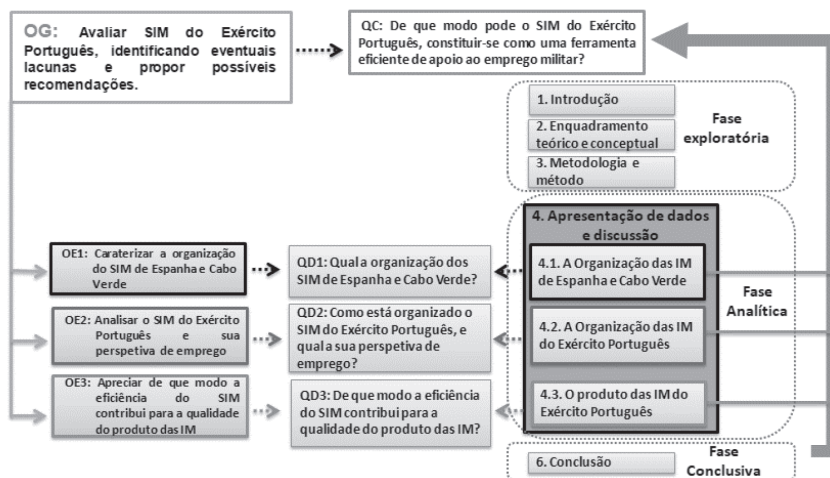


Figura 4 – Percurso Metodológico

A fase analítica foi conceptualizada através de uma abordagem metodológica qualitativa para atingir os OG e OE da investigação, correlacionando os conhecimentos de referência do objeto de estudo, obtidos na fase exploratória, com as entrevistas semiestruturadas e análise de documentos.

3.3.2. Método

3.3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Durante a fase analítica, efetuaram-se oito entrevistas semiestruturadas a entidades com relevância teórica e prática, para a construção do modelo de avaliação da eficácia, eficiência e qualidade do produto das IM (Zintl, 2011), designadamente entidades responsáveis pela produção de IM (Quadro 5) e os beneficiários das IM - S2/RCA (Quadro 6).

Quadro 5 – Entrevistas órgãos do SIM

POSTO	NOME	FUNÇÃO
TCor	António Menezes	Chefe da Secção de Contrainformação do CISMIL
TCor	José Leal	Chefe do CSMIE
Maj	João Martins	Coordenador de Área da Repartição de Informações e Segurança Militar (DCOIS)
Cap	Hélder Ferreira	Cmdt PeIHUMINT AgrISTAR

Quadro 6 – Entrevistas beneficiários das IM – S2/RCA

POSTO	NOME	FUNÇÃO
Cap	Manudo Seidi	S2 1FND/RCA
Cap	Pedro Silva	S2 2FND/RCA
Cap	João Correia	S2 3FND/RCA
Maj	Rui Borges	S2 4FND/RCA

Procedimento. A aplicação dos instrumentos foi realizada pelos autores, de forma presencial, aos órgãos do SIM e por email aos beneficiários das IM – S2/RCA, no período de 29mai a 25jun de 2019.

3.3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados foram selecionados de acordo com a abordagem qualitativa da presente investigação (IUM, 2016), sendo que nas diferentes fases da investigação, foi utilizada a análise documental, nomeadamente legislação aplicável, artigos de publicações da especialidade, conferências, palestras, outros trabalhos académicos e normativos internos do Exército, devidamente complementados com as duas entrevistas semiestruturadas.

3.3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

Para efeitos da fase analítica, efetuou-se uma análise de conteúdo recorrendo à codificação de segmentos de resposta que permitiu deduzir a análise que é apresentada ao longo dos capítulos, sendo as entrevistas avaliadas com os princípios orientadores das dimensões e indicadores de investigação. Além da análise referida, foram ainda utilizados funções estatísticas e escala de *Likert* de forma a sustentar as análises.

3.4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.4.1. A Organização das Informações Militares de Espanha e Cabo Verde

3.4.1.1. Sistema de Informações Militar de Espanha

No âmbito do SI espanhol, a *inteligencia*, é definida como a capacidade do estado “*para eliminar parte del riesgo o peligro, para generar cierto grado de certeza o confianza através de la previsibilidad, de esa prevención y defensa en oposición a la reparación que se precisa si no se consigue la seguridad prospectiva*”²¹ (Tamara, 2019, p.3).

No âmbito das Informações Estratégicas de Segurança e Defesa, o *Centro Nacional de Inteligência* (CNI), é o principal serviço de *inteligencia*, sendo a *Comunidad de Inteligência* constituída por todos os organismos públicos que produzem Informações (Tamara, 2019).

Neste âmbito, o *Centro de Inteligencia de las Fuerzas Armadas* (CIFAS), é o organismo da *Comunidade de inteligencia*, responsável pelas IM, que, através dos princípios da coordenação, colaboração e cooperação, elabora o *Plano Conjunto de Inteligencia Militar* com o CNI (Anexo A).

O SI assenta na particularidade do principal órgão de Informações, o CNI, estar na direta dependência do Ministro da Defesa (MD), tendo como principal objetivo desta organização a coordenação com o CIFAS, e evitando disfunções e/ou duplicações (Tamara, 2019).

Na vertente militar, ao nível das IM Estratégicas/Operacionais, a base do SIM Espanhol assenta no CIFAS, conforme Figura 5, que dispõe controlo

²¹ Tradução do autor: Para eliminar parte do risco ou perigo, para gerar um certo grau de certeza e confiança através da previsibilidade, dessa prevenção e defesa em oposição à reparação que se precisa caso não se consiga a segurança prospetiva.

funcional dos centros de Informações da Marinha, Exército e Força Aérea. É responsável, de acordo com o art.º 2.º do Real Decreto (RD) 1551/2004 (p. 23481), pelo “*facilitar la inteligencia militar precisa para alertar sobre situaciones de interés militar, con riesgo potencial de crisis, procedentes del exterior, y prestar el apoyo necesario a las operaciones*”²².

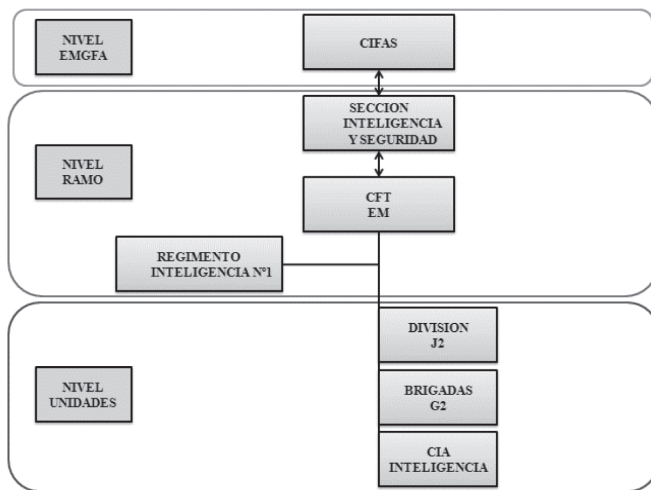


Figura 5 – Organograma SIM de Espanha

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Real Decreto 1551/2004 (2004).

O art.º 14.º do RD 872/2014, refere que o CIFAS é o órgão responsável por comunicar ao MD as IM necessárias para alertar sobre possíveis situações internacionais, suscetíveis de afetarem a DN, assim como prestar todo o apoio necessário no âmbito das operações. É o único órgão a tratar as IM ao nível estratégico/operacional, sendo o único interlocutor do Ministério da Defesa em matéria de IM.

Ao nível do *Ejército de Tierra*, no *Estado Mayor del Ejército de Tierra*, de acordo com a *Instrucion 7/2016* existe uma *División de Operaciones*, que possui uma *Sección de Inteligencia y Seguridad*, responsável pelo planeamento, coordenação e controlo geral dos objetivos relacionados com a preparação das Unidades e o acompanhamento de todas as atividades das forças. Ainda no âmbito do Exército, na dependência direta do CEME, segundo o art.º 7.º da *Orden DEF/1265/2015*, existe o *Cuartel General Terrestre*

²² Tradução do autor: Facilitar as informações militares com vista a alertar sobre situações de interesse militar, com risco potencial de crises procedentes do exterior, e prestar o apoio necessário às operações.

de Alta Disponibilidad, o qual, tem na sua dependência o *Regimiento de Inteligencia* n.º 1.

De acordo com *Ejército de Tierra* (2019) o *Regimiento de Inteligencia* n.º 1 possui um *Grupo de Inteligencia* com a missão principal analisar a informação e transformá-la em Informações para um determinado Comandante poder decidir oportunamente. Tem como objetivo a realização de um estudo acerca das possíveis intenções do inimigo, através do apoio Geográfico, estudando o terreno onde se desenrolam as operações, apoio meteorológico, realizando uma previsão de qual o impacto sobre o decorrer das operações e o apoio no tratamento de imagens, analisando as imagens provenientes de satélite, aviação ou sistema qualquer, para obter a máxima informação e qualidade sobre as mesmas.

O *Ejército de Tierra* (2019) define que as Brigadas, possuem uma *Unidad de Inteligencia* que tem como missão a obtenção e exploração de Informações e enviar a mesma para o Comando da Brigada, ao Quartel-General e às restantes das Unidades.

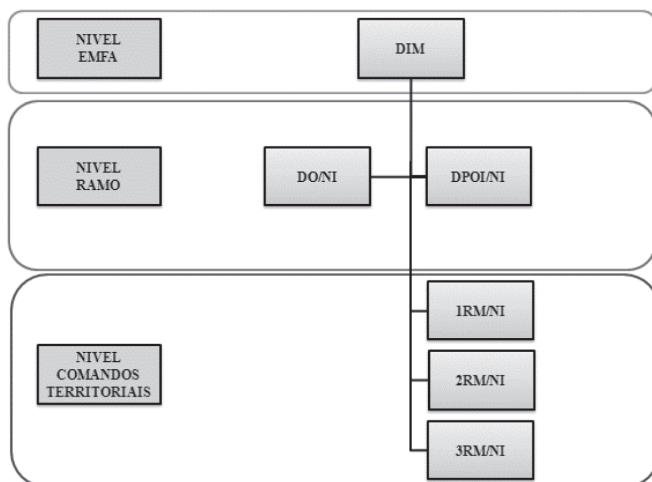
3.4.1.2. Sistema de Informações Militar de Cabo Verde

As FFAA dispõem de órgãos destinados à produção de Informações para garantir a Segurança Militar (SM) e o cumprimento das missões que lhes estão cometidas, na dependência do MD, através do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA) (Lei n.º 70/VI/2005). Os SI das FFAA tratam exclusivamente de IM, no âmbito das missões que lhes são atribuídas e a fiscalização normal é da competência do CEMFA (Lei n.º 89/VI/2006).

Ao nível do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) existe a Direção de Informação Militar (DIM), que é o órgão que tem por missão ao nível das Informações:

- Prestar apoio de Estado-Maior no âmbito das Informações e SM;
- Coordenar e executar as atividades de Informações;
- Coordenação e controlo das atividades de IM nas FFAA;
- Produção de Informações necessárias à avaliação permanente das ameaças à SM;
- Definição de doutrina no seu âmbito.

A DIM tem na sua dependência técnica os serviços de IM dos comandos e de outros órgãos das FFAA (Decreto Regulamentar n.º 6/2009), conforme ilustra a Figura 6.



LEGENDA

— Dependência Funcional

Figura 6 – Organograma SIM de Cabo Verde

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Lei n.º 89/VI/2006 (2006).

Relativamente aos Ramos, na Direção de Operações do Comando da Guarda Costeira existe um Núcleo de Informações (NI) responsável pela produção e condução das Informações necessárias às operações da Guarda Costeira (Decreto Regulamentar N.º 5/2009).

A Direção de Planeamento, Operações e Informações do Comando da Guarda Nacional dispõe de um NI (Decreto Regulamentar n.º 21/2012).

Nos Comandos Territoriais, os Órgãos de Operações também dispõem de NI com a missão e atribuição de assessorar os Comandantes das Regiões em todos os assuntos relacionados com Informações (CEMFA, Despacho n.º 120, e n.º 121, 2018).

3.4.1.3. Síntese conclusiva

Do estudo realizado, pode-se inferir que os dois países possuem dimensões distintas e com diferentes necessidades de Informações, tendo em consideração o respetivo nível de ameaça.

Em Cabo Verde, não se pode falar num SI, mas sim numa estrutura criada à sua dimensão e especificidade das FFAA, sendo as suas missões centradas para atuações internas, apesar do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional definir que as FFAA devem possuir

capacidades para participarem em missões de apoio à paz e humanitárias. Em termos gerais o SI responde às necessidades, embora com algumas limitações, carecendo, de adaptação e atualização da sua estrutura e procedimentos.

A Espanha com vários tipos de ameaças, dispõem de um SI bastante evoluído. Todas as partes do sistema estão bem definidas, pois considera-se vital assumir a prevenção das ameaças internas e externas, por intermédio das Informações (Bonilla, 2005).

O facto de existir uma ameaça latente, faz com que Espanha possua um SI, muito desenvolvido, sobressaindo ao nível das IM o CIFAS, que dispõe de controlo funcional sobre os *Intelligence Centers* da Marinha, Exército e Força Aérea. Este encontra-se hierarquicamente na dependência do MD. Por sua vez, o principal órgão de Informações o CNI, também está na direta dependência do MD, tendo como principal objetivo a coordenação com o CIFAS. Desta forma, verifica-se que a Comunidade de *Inteligencia* trabalha no sentido de desenvolver os princípios de coordenação, colaboração e cooperação, a fim de evitar disfuncionalidades, duplicação de esforços melhorando desta forma a eficácia e a eficiência (Tamara, 2019, p.17).

Por outro lado, assiste-se a uma aposta na formação e especialização na área das Informações, com a existência de uma especialização aquando a frequência do Curso de Estado-Maior (A. Menezes, entrevista presencial, 29 de maio de 2019).

Neste contexto, sintetiza-se o conjunto de dados observados no Quadro 7, de acordo com os indicadores do SIM.

Quadro 7 – Síntese dos Indicadores do SIM Espanha e Cabo Verde

INDICADORES	SIM ESPANHA	SIM CABO VERDE
Enquadramento Legal	Real Decreto 872/2014 Orden 1265/2015 Instrucción 7/2016	Lei 70/VI/2005 Lei 89/VI/2006 Decreto regulamentar 6/2009 Decreto regulamentar 31/2012
Doutrina	PD3-308 Inteligencia	Não existe publicações doutrinárias
Coordenação entre os Órgãos	CIFAS com Controlo Funcional sobre os Ramos	DIM com canal técnico sobre os Ramos
Formação Apropriada	Existem 02 cursos realizados no Departamento de Informações na Escola de Guerra em Madrid: <ul style="list-style-type: none"> • Curso Avançado de Informações (Cap, Ten, SAj e 1Sarg) duração de 6 meses; • Curso Superior de Informações (Maj) duração de 7 meses (RC3,2014); 	Não existe no país, necessidade de recorrer aos países amigos
Permanência nas Funções	Segundo A. Menezes, (op. cit) existe carreira nas informações	Verifica-se uma permanência nas funções superior a 6 anos
Plataformas de acesso à Informação	BICES ²³	Não existe plataformas seguras
Mecanismos Partilha de Informação	BICES	Não existe uma rede segura

Considera-se desta forma que foi possível obter a resposta a QD1 - *Qual a organização dos SIM de Espanha e Cabo Verde?*, na medida em que foi possível descrever a organização dos SIM dos países referidos, permitindo obter um conhecimento mais alargado da organização dum SIM de um país membro da NATO e outro não-membro. Encontram-se reunidas as condições para uma análise ao SIME.

3.4.2. O Sistema de Informações Militares do Exército Português

3.4.2.1. Enquadramento legal do Sistema de Informações do Exército

No âmbito Nacional, o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) constitui-se como o organismo público onde incide a responsabilidade de prestar apoio ao decisor político, na medida em que este depende direta e hierarquicamente do Primeiro-Ministro.

A Figura 7 tem como objetivo materializar as ligações entre o SIRP e as IM.

²³ Battlefield Information, Collection, & Exploitation System.

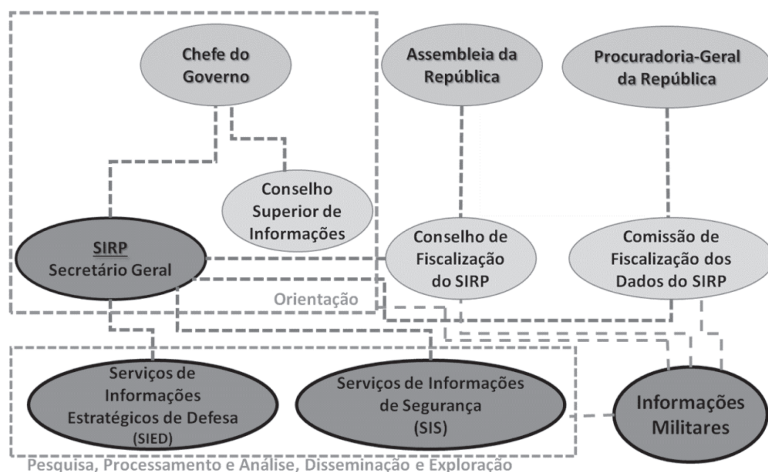


Figura 7 – Organograma SIRD

Fonte: Adaptado a partir J. Martins (2019).

Segundo o art.º 2.º da Lei Orgânica (LO) que aprova a Lei-Quadro do SIRD, aos SI (incluindo o das FFAA) incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de Informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, da independência, dos interesses nacionais e da unidade e integridade do Estado.

De acordo com a alínea a) do art.º 16.º da LO do Secretário-Geral do SIRD (SG SIRD) SIED e SIS, compete ao Conselho Consultivo do SIRD (CC SIRD), “garantir a articulação entre o SIRD e as FFAA, Órgão de Informações Militares (OIM), órgãos responsáveis pela política de defesa, política externa e forças de segurança”.

Para melhor compreender a ligação entre SIRD e as IM, importa referir que na LO de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), no seu art.º 11.º, é atribuído ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) a “responsabilidade de planear, dirigir e controlar a execução da estratégia da defesa militar, superiormente aprovada, assegurando a articulação entre os níveis político-estratégico e estratégico-operacional” (LO 1-A/2009, p. 4343(4)). Segundo a alínea e) do art.º 18.º da Lei-Quadro do SIRD, o Conselho Superior de Informações é presidido pelo Primeiro-Ministro e composto pelo CEMGFA. Desta forma, pode-se verificar que o CEMGFA serve como elo de ligação entre o SIRD e as IM, sendo o elemento responsável por garantir as Informações Estratégicas de interesse militar no apoio à decisão política.

De acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 32.º da LO do EMGFA cabe ao CISMIL “produzir as Informações de nível estratégico militar para apoio à decisão do CEMGFA”, sendo o CISMIL, de acordo com o n.º 6 do art.º 9.º da LOBOFA responsável pela produção de Informações necessárias ao cumprimento das missões das FFAA e à garantia da SM.

A Figura 8, identifica a forma como o EMGFA se liga com os Ramos.

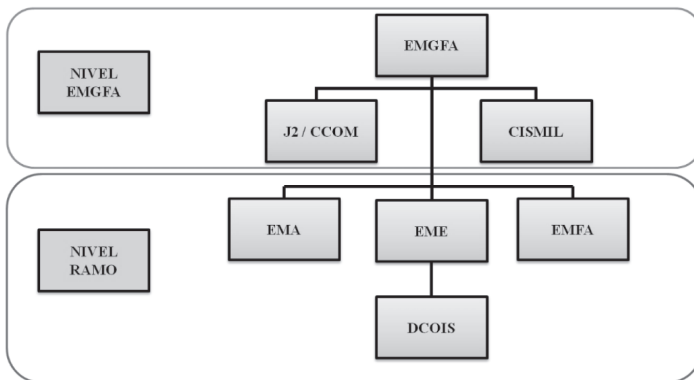


Figura 8 – Organograma de relação do EMGFA com os Ramos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da LO do EMGFA (2014).

Importa ainda referir que, de acordo com a LO do EMGFA (2014, p. 6391), cabe ao CISMIL: (i) produzir as Informações de nível estratégico-militar para apoio à decisão do CEMGFA; (ii) difundir as Informações produzidas, de forma pontual e sistemática; (iii) assegurar e participar na representação Nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito das IM, contrainformação, SM e informação geoespacial.

Assim, considera-se como topo do estudo das Informações o nível do EMGFA, sendo o CISMIL o órgão de Informações que se encontra hierarquicamente acima do ramo Exército, conforme Figura 9, cabendo à DCOIS a coordenação com o CISMIL e com os outros órgãos congéneres, no âmbito da SM, da Contrainformação e das Informações (Decreto Regulamentar 11/2015, p. 5241).

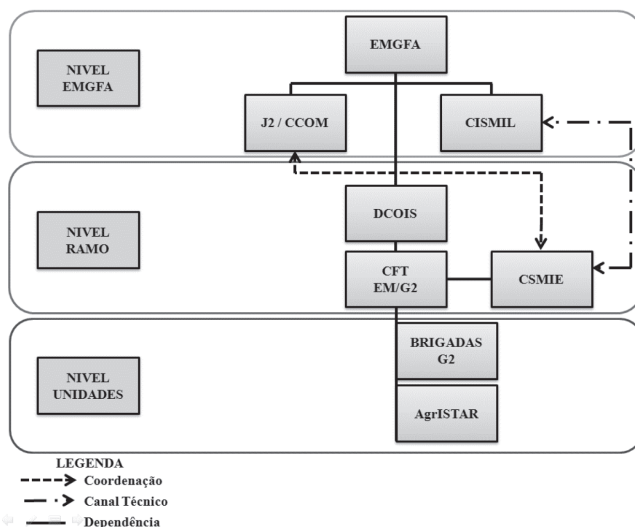


Figura 9 – Organograma de Relação do EMGFA com o Exército Português

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Decreto Regulamentar 11/2015 (2015).

3.4.2.2. Caracterização da organização das Informações Militares no Exército

Segundo Jones (2010, p. 7), as organizações “são uma ferramenta que as pessoas usam para coordenar suas ações e obter alguma coisa que desejam ou valorizam”. Por outro lado, Silva (2013, p. 43) considera que as organizações são identificadas como possuindo quatro elementos constituintes principais: “pessoas, divisão de trabalho, limites de atuação e objetivos”.

Ainda segundo o mesmo autor (2013, p. 24) “as Informações como organização, dizem respeito às estruturas funcionais que têm como missão primordial a obtenção de Informações e produção de conhecimento”.

Por sua vez Menezes (2012, p. 20) considera que “os SIN, enquanto organização, são o resultado de processos específicos de criação de soluções para os desafios na área do interesse nacional”.

No âmbito das IME, assume-se a DCOIS como a organização das Informações responsável por orientar o esforço de pesquisa e a atividade dos órgãos de IME (Decreto Regulamentar 11/2015, p. 5240) sendo esta organizada conforme a Figura 10.

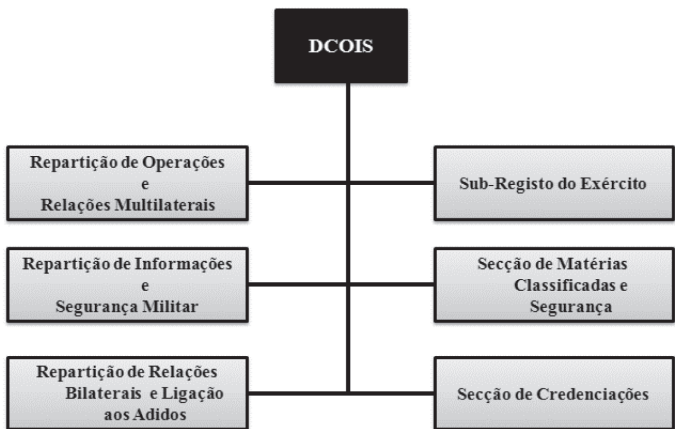


Figura 10 – Organograma DCOIS

Fonte: Adaptado de QO 2.2.1 EME (2018).

O Estado-Maior Coordenador, à qual pertence a DCOIS, é o principal elemento de apoio à decisão do CEME (Decreto Regulamentar 11/2015, p. 5240).

O mesmo documento define ainda as missões e responsabilidades da DCOIS, das quais importa referir, as previstas no art.º 18.º: (i) estudar, planear, coordenar e supervisionar as atividades no âmbito da geração de forças, da SM, das Informações, das relações bilaterais e multilaterais e da cooperação militar, com exceção da cooperação técnico-militar; (ii) Realizar estudos e elaborar propostas sobre as orientações gerais relativas à SM, à contrainformação e às Informações, orientando o esforço de pesquisa e a atividade dos OIM do Exército; (iii) Realizar estudos e apoiar a elaboração de propostas relativas à edificação de capacidades em SM, contrainformação e Informações no Exército; (iv) Coordenar as relações dos adidos de defesa e militares com o Exército.

O Comando das Forças Terrestres (CFT), na dependência do Comando do Exército, dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito das operações terrestres, IM, contrainformação e SM, conforme estabelecido no Despacho nº156/CEME/2015. Este possui apenas uma “célula” de Informações para estabelecer ligação entre as Brigadas/Unidades e a DCOIS.

Relativamente ao CSMIE, identificam-se as seguintes responsabilidades: (i) definir normas e procedimentos nas áreas das IM, contrainformação e SM do Exército; (ii) processar as notícias recebidas das UEO da componente fixa e elaborar relatórios periódicos e não periódicos, seguindo o princípio da necessidade de conhecer; (iii) elaborar relatórios

periódicos e não periódicos de IM, no âmbito do CPI, e difundir a informação relevante às várias UEO do Exército, de acordo com o princípio da necessidade de conhecer; (iv) constituir -se como polo de formação no âmbito do sistema de formação do Exército; (v) estabelecer um canal técnico, no âmbito das IM, com o CISMIL (Decreto Regulamentar 11/2015, p. 5254). Importa ainda referir que para J. Leal (entrevista presencial, 24 de maio de 2019) o CSMIE, segundo o Sistema de Forças, é um órgão de Aprontamento de Forças.

No que respeita à organização, Figura 11, o CSMIE executa e coordena as atividades de Informações e SM do Exército, destacando-se o facto de que dentro da Secção de Informações existem analistas de Informações (QO 07.02.04, 2015).

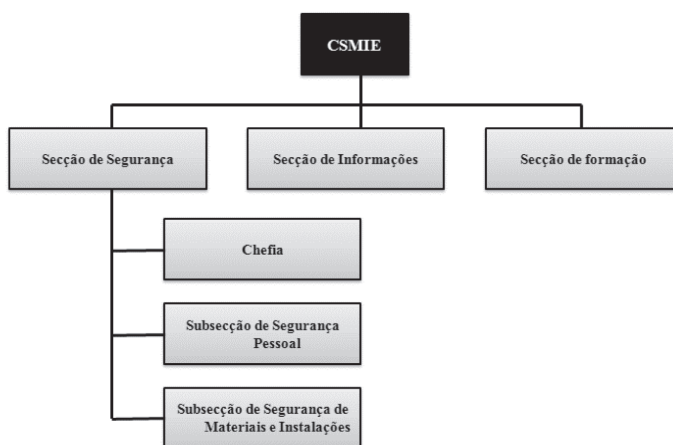


Figura 11 – Organograma CSMIE

Fonte: Adaptado de QO 07.02.04 CSMIE (2015).

Prosseguindo a cadeia de Comando, ao nível das Informações, destacam-se os G2 das Brigadas, possuindo estes apenas uma célula de Informações, que recebe os *inputs* das suas subunidades. Paralelamente, nesta linha de comando existe o AgrISTAR, com capacidade de integrar e sincronizar o planeamento e a operação de sensores, equipamentos e sistemas de processamento, exploração, *targeting* e disseminação, em apoio direto a uma Brigada em operações. Tem ainda, capacidade de recolha de Informações para a atualização da base de dados dos SI, Nacionais ou Internacionais, quando inserido numa Força Internacional (QO 09.02.06, 2015).

A Figura 12, pretende relacionar as disciplinas das Informações com aquilo que é a organização do QO do AgrISTAR e onde cada uma das disciplinas é trabalhada. De acordo com H. Ferreira (entrevista por email, 25 de junho de 2019), neste momento apenas se encontra capacitada a disciplina HUMINT.

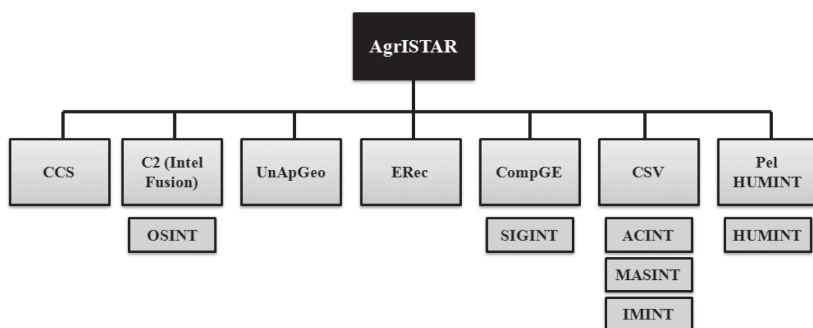


Figura 12 – Organograma AgrISTAR

Fonte: Adaptado a partir J. Martins (2019).

Ao longo do presente estudo, foram abordadas as definições de Sistema, Sistema de Informações e de IM, quer no âmbito civil, quer militar, no entanto e como identificado no enquadramento teórico e conceptual, sobre a reflexão do conceito de Sistema, constata-se que após uma análise à sua organização, o Exército não dispõe de um SIM, dispondo apenas de um conjunto de entidades/órgãos que trabalham esta área.

Esta ideia foi reforçada e enfatizada nas entrevistas, onde todos os entrevistados responsáveis pelos órgãos de IME, foram unânimes em afirmar que não existe um verdadeiro SIME.

Segundo A. Menezes, (*op. cit.*) em Portugal existe apenas um sistema que é o SIRP e apenas o CISMIL entra neste sistema como um OIM, de acordo com a Lei-Quadro do SIRP, dispondo de órgãos de fiscalização, previstos legalmente (CF SIRP e CFD SIRP), que efetuam a fiscalização aos serviços do SG SIRD, nomeadamente SIED, SIS e de igual modo também fiscalizam o CISMIL. Deste modo, identifica-se um procedimento idêntico na forma como a fiscalização é realizada ao OIM e aos demais serviços do SIRP.

Apesar de não existir um SIME, no sentido lato, para efeito do presente trabalho continuar-se-á a abordar a terminologia SIME, no entanto, sempre com a perspetiva de um conjunto de entidades que trabalham as IM.

3.4.2.3. Perspetiva de emprego das Informações Militares

No que diz respeito aos níveis de Informações, como anteriormente referido, podem-se enquadrar em três níveis distintos e hierarquizados, conforme esquematizado na Figura 13.



Figura 13– Níveis das Informações

Fonte: Adaptado a partir J. Martins (2019).

De acordo com J. Leal (*op cit.*), as Informações Estratégicas de interesse militar são da responsabilidade do CISMIL, enquanto que as operacionais cabem ao CCOM e as táticas ao CSMIE. Por sua vez A. Menezes (*op. cit.*), confirma que as Informações Estratégicas de interesse militar são tratadas no CISMIL.

J. Martins (entrevista presencial, 05 de junho de 2019) refere que a DCOIS e o CSMIE deveriam tratar as Informações necessárias ao apoio do desenvolvimento de capacidades efetuado pela Divisão de Planeamento de Forças. Afirma ainda que ao nível das Informações Operacionais, o CFT e o CSMIE não dispõem de capacidade para as produzir, referindo que o nível tático da produção de Informações cabe às Unidades, para condução das suas operações, cabendo ao AgrISTAR produzir as Informações Táticas em apoio a uma Brigada em operações.

Assim, cabe ao Exército o tratamento das Informações ao nível tático, essencialmente no que diz respeito ao planeamento e execução de operações militares.

Para tal, no que diz respeito ao CPI para apoio às operações J. Leal (*op. cit.*), afirma que existe a capacidade de cumprir o CPI, no entanto, refere que seria uma mais valia dispor de uma estrutura dedicada ao OSINT, para que o analista não perca tempo na pesquisa, focando-se apenas no essencial, que

é a analisar a informação recolhida com potencial valor em fontes abertas.

Da mesma forma, J. Martins (*op. cit*) concorda que existe capacidade de cumprir o CPI, assim a Figura 14, apresenta o CPI e as entidades que contribuem para a prossecução do mesmo.



Figura 14 – CPI no Exército

Fonte: Adaptado a partir J. Martins (2019).

No que diz respeito à fase de pesquisa, mais propriamente à existência dum plano de pesquisa, A. Menezes (*op. cit*) refere que “sim, através da Comunidade de Interesses das Informações, são estabelecidas e coordenadas as atividades”. Em complemento J. Leal (*op.cit*) afirma que há um plano de pesquisa, no entanto, mais no âmbito dos apontamentos.

Segundo o Sistema de Forças, o CSMIE é o órgão responsável pelas IM de apoio ao apontamento das forças, sendo que, após o término do apontamento as forças são “entregues” ao EMGFA, passando a responsabilidade das Informações para essa entidade, em coordenação com o J2 CCOM, J. Leal, (*op.cit*). Durante toda a projeção o “cordão umbilical” entre a força e o país é o CCOM, no entanto de forma a internamente se manter a base para o apontamento de forças, no que às Informações diz respeito, é efetuado pelo CSMIE, um acompanhamento diário, via relatórios enviados pela força para o CCOM, com conhecimento ao CFT que posteriormente os faz chegar ao CSMIE.

Com base neste subcapítulo, verifica-se que em termos de perspetiva de emprego das IM, o CSMIE é um órgão central no que diz respeito às Informações Táticas tratadas e produzidas pelo Exército. Este

constitui-se uma base de apoio à tomada de decisão, especialmente no que diz respeito à forma como se deve centrar o foco das Informações nos apontamentos para as Forças Nacionais Destacadas (FND) e Elementos Nacionais Destacados.

Não obstante, constata-se como uma lacuna a limitada capacidade de aquisição de informação nos TO, pelo facto da força deixar de depender do Exército. Salienta-se que quanto maior for o conhecimento da ameaça e das suas Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) mais adequado será a treino a efetuar durante o apontamento. Assim, conforme refere J. Leal (*op.cit*), tem que existir um trabalho adicional em termos de TTP ao nível da ameaça, sendo para isso importante fazer um trabalho no final de cada missão com o Comandante da força e o oficial de Informações.

Em síntese, apresenta-se o Quadro 8 com a análise aos indicadores do SIM do Exército Português.

Quadro 8 – Síntese dos Indicadores do SIM do Exército Português

Indicadores	SIM Portugal
Enquadramento Legal	LOBOFA Lei Orgânica do EMGFA Decreto Regulamentar 11/2015 Existe documentação a legislar as competências, atividades e responsabilidades dos diversos órgãos de Informações.
Doutrina	PDE 02-00 Informações (que apresenta lacunas, nomeadamente nas definições de Informações e na discordância entre disciplinas e execução operacional).
Coordenação entre os Órgãos	CISMIL dispõem apenas de canal técnico sobre os Ramos; Comunidade de Interesse de Informação, mas nem todos os órgãos de IME fazem parte;
Formação Apropriada	Ao nível do CISMIL: Curso de Analistas Ao nível do Exército: Curso HUMINT – CSMIE Curso OSINT – EA Curso IMINT – CiGeoE A formação existente aborda matérias ligadas essencialmente à recolha e análise de Informações. Existe um esforço na participação em exercícios NATO de modo a atualizar o conhecimento em ambiente multinacional.
Permanência nas Funções	Não se verifica segundo os entrevistados
Plataformas de acesso à Informação	Não existe (Apenas o CISMIL - BICES)
Mecanismos Partilha de Informação	Não existe (Apenas o CISMIL - BICES)

Considera-se desta forma que foi possível obter a resposta a QD2 - *Como está organizado o SIM do Exército Português, e qual a sua perspetiva de emprego?* Pelo que se encontram reunidas as condições para uma avaliação ao produto do SIM do Exército Português.

3.5. O PRODUTO DAS INFORMAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

3.5.1. A qualidade do produto das Informações Militares

A avaliação da qualidade ou a gestão da qualidade associada aos produtos e serviços, obteve um grande desenvolvimento metodológico e conceptual nos últimos anos, sendo reconhecido e consensual por diversos atores, como uma importante ferramenta para melhorar o desempenho de uma organização, assim como para aumentar e melhorar a sua eficiência e eficácia (Vicent & Joel, 2004).

Quando se aborda conceptualmente o conceito de qualidade, no âmbito da análise do produto, é necessário ter em consideração a complexidade do mesmo, desde logo porque não existe uma definição consensual, no entanto o produto e o cliente constituem-se como elementos chaves nas diferentes definições (Vicent & Joel, 2004).

Para Kostogryzov, Nistratov, & Nistratov (2012) um modelo de análise de qualidade do produto está diretamente relacionado com a satisfação dos clientes e com encontro das suas necessidades. Na mesma linha de pensamento, Feigenbaum (1991. p.7) refere que a qualidade do produto é “uma determinação do cliente (...) baseia-se na experiência actual do cliente com o produto ou serviço, medida relativamente aos seus requisitos”.

Para Silva & Ribeiro (2018, p.31) “constata-se que o CPI, traduz o resultado do processo de produção de conhecimento, tendo como cliente, o decisor em diferentes níveis”, concluindo a sua linha de pensamento em que o passo 4 - *dissimular* do CPI “materializa a entrega do produto final a um cliente que as tenha requerido, ou a quem haja necessidade de dar conhecimento.” (Silva & Ribeiro, 2018, p. Apd C-2).

Tendo em consideração que, o CSMIE é o principal órgão das IME J. Martins (*op. cit*), este produz Informações do nível tático J. Leal (*op. cit*), sendo as IM táticas para o planeamento e execução de operações militares ao nível tático (DCOIS, 2019), conclui-se então que as FND são o principal cliente das IM.

Enquadrados conceptualmente os principais vectores da avaliação da qualidade do produto das IM, procurou-se efetuar uma avaliação da qualidade do produto das IME, através da percepção dos entrevistados e da sua reflexão crítica.

Uma avaliação pode ser entendida como “um processo sistemático de análise de uma atividade, factos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões, com vista a estimular o seu aperfeiçoamento” (Belloni, 2000, p. 15).

Para efeitos de avaliação, procurou-se correlacionar as dimensões dos SIM, nomeadamente os aspetos do enquadramento legal, organização, atividades e conhecimento, com os indicadores do produto das IM, de forma a permitir deduzir medidas que permitam aperfeiçoar ou melhorar a qualidade do produto das IME.

Na sequência das entrevistas realizadas, foi possível obter uma percepção da avaliação da qualidade do produto das IM, através da utilização de uma escala de *Likert*, sendo estas escalas úteis quando se pretende obter um grau de concordância sobre determinada afirmação (Coutinho, 2014).

A Figura 15, ostenta a percepção da qualidade do produto das IME, pelos órgãos responsáveis pelas IME.

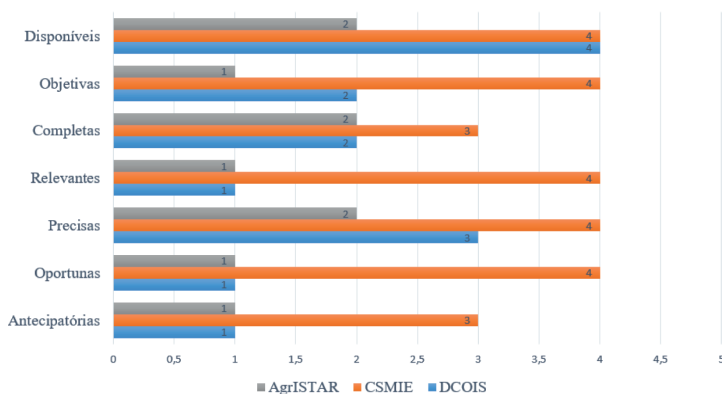


Figura 15 – Percepção da Qualidade - Órgãos Responsáveis pela IME

Da Figura anterior, conclui-se que não existe um consenso entre os diferentes órgãos responsáveis pela IME acerca da qualidade do produto das IM, facto comprovado estatisticamente pela diferença acentuada na relação da *média* (2,38) e do desvio padrão (1,21).

Importa no entanto realçar, que os dados estatísticos apresentados, são consistentes com as diferentes abordagens dos entrevistados sobre o nível de ambição do SIME. De acordo com J. Leal (*op. cit*) o sistema é eficiente, responde às necessidades e não existe a necessidade de adicionar novas capacidades ao nível das disciplinas das Informações. Já J. Martins (*op. cit*) considera necessário um novo nível de ambição para as IME, nomeadamente com a introdução de novas capacidades.

Considerando que uma avaliação da qualidade de um produto é sempre uma determinação dos seus clientes (Feigenbaum, 1991), a Figura 16 correlaciona a perceção entre os órgãos responsáveis pelas IME e a perceção dos Oficiais de Informações do TO da RCA, utilizando para o efeito a função estatística da *média*.

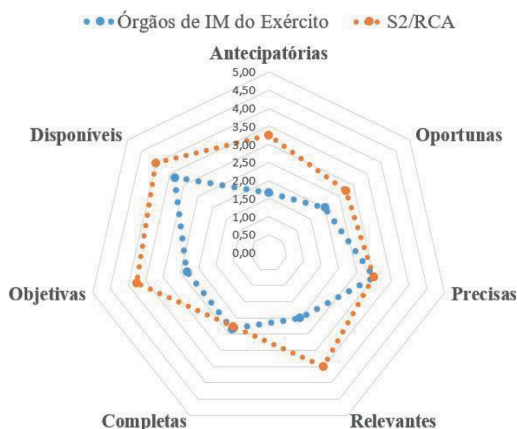


Figura 16 – Perceção da Qualidade - Órgãos de IM e os beneficiários das IM da RCA

Como se constata na Figura, a perceção média dos beneficiários das IM do TO da RCA é em todos os indicadores igual ou superior a perceção média dos órgãos responsáveis pelas IME, sendo este um indicador que o produto das IME satisfazem as necessidades, com as devidas limitações.

Eficiência e Eficácia. De acordo com Viana (2010), o conceito de eficiência está associado ao conceito de eficácia, relacionando os resultados alcançados, com os objetivos que estavam previamente definidos, sendo que a grande diferença é na relação entre os recursos consumidos e os resultados que se pretendem alcançar. Para o autor, eficiência tem em vista a otimização

dos meios em função dos fins, já eficácia com o resultado alcançado.

Na mesma linha de pensamento, Bilhim (2008, p. 399), afirma que eficiência é diferente de eficácia, mas ambos os conceitos estão relacionados, “A eficiência preocupa-se com os meios, os procedimentos e os métodos utilizados, que precisam de ser planejados e organizados a fim de concorrerem para a otimização dos recursos disponíveis, não sendo dada relevância aos fins”.

Não obstante aos conceitos referidos, Chiavenato (2014, p. 161) acrescenta ainda que “cada organização deve ser analisada sob uma perspectiva de eficácia e eficiência”. Para Peter Drucker (2007) não se pode falar de eficiência sem abordar a questão da eficácia, reforçando que não há análise da eficiência sem a análise da eficácia.

Conclui-se que a eficiência está diretamente relacionada com a eficácia, sendo que a eficácia relaciona o *output* obtido, com determinado nível de *inputs*, com os meios e com os objetivos finais a serem atingidos.

No âmbito da eficácia, tendo em consideração que a eficácia se constitui como a capacidade de atingir os resultados (Chiavenato, 2014), no contexto das IM, importa numa primeira fase determinar quais os objetivos e os resultados a alcançar, ou seja os *outputs*.

Os SI, de acordo com Fonseca (2014, p. 101), desempenham um papel essencial “para fornecerem aos órgãos de decisão avaliações coerentes com a realidade, originadas na interpretação não contaminada do acervo incomensurável de informação que lhes é sujeito, e que objetiva um contributo insubstituível para as decisões concretas face a assuntos determinados”. Assim, pode-se concluir que um SI é eficaz se conseguir garantir aos decisores a vantagem da informação (Silva & Ribeiro, 2018).

No âmbito do nosso estudo, enquadra-se na fase de disseminação do CPI como o produto final, pelo que um SIM é eficaz se conseguir produzir IM de acordo com o que lhes é legal e superiormente exigido, ou seja, se de acordo com os objetivos definidos, o sistema concretiza aquilo que estava programado.

Neste âmbito, de acordo com as entrevistas realizadas a todos os intervenientes responsáveis pelas IME, o atual SI é eficaz, considerando que é capaz de responder aos objetivos definidos nos normativos e regulamentos enquadrantes, assim como com as orientações emanadas superiormente.

Menezes (2012), no âmbito do estudo sobre a eficácia dos SI, amplia o conceito de eficácia referindo que os SI só serão eficazes se conseguirem influenciar ou alterar o pensamento e o rumo do processo de tomada de decisão.

Tendo em consideração o âmbito de atuação dos SIME, desenvolvido

no subcapítulo 3.4.2. da presente investigação, não sendo responsabilidade do CSMIE o apoio às operações na fase de sustentação, de que forma o CSMIE pode contribuir para o conceito de eficácia definido por Menezes?

De acordo com J. Martins (*op. cit*) o SIME deve ser capaz de desenvolver capacidades, nomeadamente analisar tudo o que é Técnica Táticas e Procedimentos (TTP) da ameaça, de forma a influenciar adaptações ao treino e formação da próxima força, tendo em conta aquilo que vai encontrar no terreno.

Desta forma o sistema é eficaz se, através do produto das IM, conseguir adequar o treino da fase de aprontamento do próximo contingente à realidade do que se passa na área de operações, conforme ilustra a Figura 17.

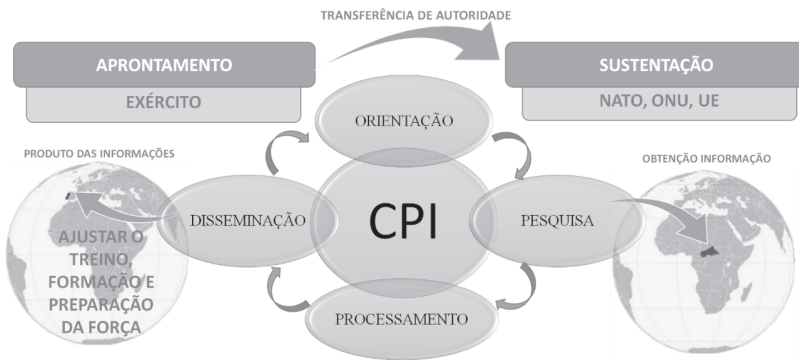


Figura 17 – Contributo para a Eficácia das IM

Numa lógica diferente, o conceito de eficiência, é um termo económico, uma vez que mede os *outputs*, em termos quantitativos e qualitativos, em relação aos *inputs*, e neste sentido a *Organisation for Economic Co-operation and Development* define eficiência como:

“Efficiency measures the outputs – qualitative and quantitative – in relation to the inputs. It is an economic term which is used to assess the extent to which aid uses the least costly resources possible in order to achieve the desired re-sults. This generally requires comparing alternative approaches to achieving the same outputs, to see whether the most efficient process has been adopted”²⁴. (Zintl, 2011, p.7)

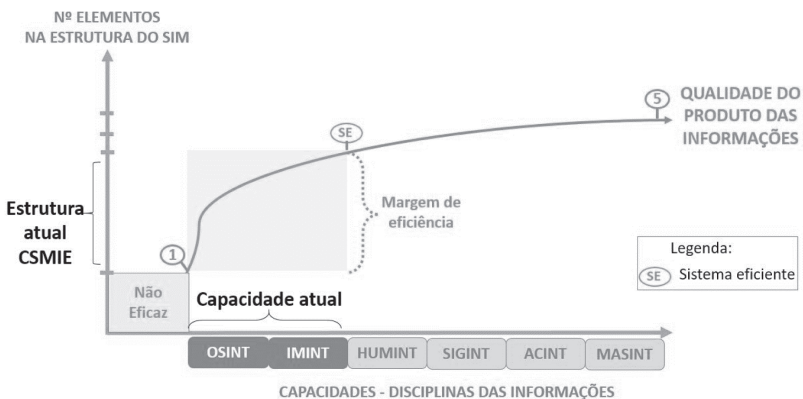
²⁴ Tradução do autor: “A eficiência mede os *outputs* - qualitativos e quantitativos - em relação aos *inputs*. É um termo económico que é usado para avaliar até que ponto se usa os recursos menos onerosos possíveis para alcançar os resultados desejados. Isso geralmente requer a comparação de abordagens alternativas para alcançar os mesmos resultados, para ver se o processo mais eficiente foi adotado.

Na mesma linha de pensamento, outros autores, nomeadamente Chiavenato (2014) e Drucker (2007) referem que a eficiência diz respeito à inteligência e à forma como realizamos as coisas corretas, podendo ser definido matematicamente, e uma organização será mais eficiente quando consegue produzir produtos com melhor qualidade em relação às matérias-primas necessárias para a sua consecução.

Neste contexto, a avaliação do desempenho organizacional pode ser efetuada através de uma análise da eficiência e da eficácia, assim como na análise da qualidade do produto, que neste âmbito, de acordo com o documento *Tools and Methods for Evaluating the Efficiency of Development Interventions da Organisation for Economic Co-operation and Development* existem 15 metodologias para análise da eficiência, sendo o método qualitativo baseado em juízos de valor de peritos/avaliadores, utilizado quando se pretende obter uma reflexão crítica sobre determinados dados (Zintl, 2011).

Na mesma linha de pensamento, Chiavenato (2014) reforça que a eficiência pode ser alcançável pela otimização dos meios ou pela obtenção de melhores resultados utilizando os mesmos meios, sendo este último o conceito de eficiência adotado neste estudo.

Para efeitos da presente investigação, o modelo de avaliação de eficiência é traduzido na Figura 18, em que, com base no referencial teórico e nas entrevistas, foi possível identificar a relação entre as duas variáveis que concorrem para o aumento da qualidade do produto das Informações.



Na Figura 18, representa-se a qualidade do produto das Informações numa escala de *Likert*, em que “1” representa muito fraca qualidade, “5” muito boa qualidade e “SE” - Sistema eficiente, que representa a qualidade máxima possível do produto das IM sem alteração dos *inputs* (estrutura e capacidades). Considera-se deste modo, a *margem de eficiência*, a margem onde é possível atuar de forma a tornar o sistema eficiente.

Assim, observa-se a relação da qualidade do produto das Informações através da relação das capacidades existentes ao nível das disciplinas das Informações e da estrutura afeta ao SIM (N.º de Elementos), ou seja, de que maneira é possível aumentar a qualidade do produto das Informações sem alterar os meios, melhorando desta forma a eficiência?

Importa realçar que de acordo com IC21: *The Intelligence Community in the 21st Century* (1996), quanto maior for a capacidade de fusão de diferentes disciplinas de Informações, maior é a qualidade do produto das Informações, sustentando assim o conceito do aumento da qualidade do produto das IM, presente na Figura 18.

Com base na recolha de dados das entrevistas e para efeitos dos contributos para a melhoria da eficiência, foi contabilizada a frequência dos vários contributos, dos quais sem alteração da atual estrutura e nem das capacidades das disciplinas de Informações existentes, conforme a Figura 19, em que as dimensões das frases representam as frequências contabilizadas.

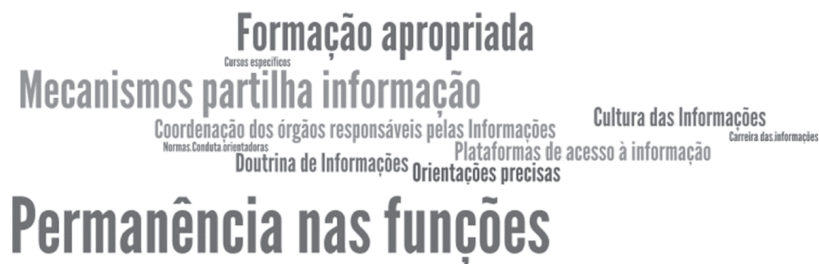


Figura 19 – Frequência de Contributos para a Eficiência

Da análise aos entrevistados, importa salientar que de forma consensual, a formação apropriada, os mecanismos de partilha informação e a permanência nas funções são os principais contributos para a melhoria da eficiência, sem que exista uma alteração das variáveis identificadas.

Em suma, concorda-se com J. Leal (*op. cit*) quando considera que a estrutura e as capacidades ao nível das disciplinas de Informações

devem ser adequadas às necessidades das Informações. Por outro lado, pretendeu-se nas propostas de recomendações respeitar a exequibilidade e a adequabilidade de implementação, visando a melhoria da eficiência sem alterações das estruturas e capacidades existentes no Exército. Considera-se assim respondida a QD3 - *De que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM?*

3.5.2. Síntese conclusiva

O presente capítulo teve como objetivo a compreensão das diferentes dimensões da investigação, partido do geral para o particular, procurando-se numa primeira fase dominar o conceito do SIM através da resposta à QD1 - *Qual a organização dos SIM de Espanha e de Cabo Verde?*, analisando diferentes abordagens, NATO e não NATO, onde foi possível sintetizar um conjunto de contributos ao nível dos indicadores do SIM.

Posteriormente, após o conhecimento obtido referido no ponto anterior, procurou-se responder a QD2 - *Como está organizado o SIM do Exército Português, e qual a sua perspectiva de emprego?*, correlacionando de que forma a organização dos SIM e as suas atividades contribuem para o conhecimento. Foi ainda definido o âmbito de atuação do SIME e o modo como podem ser empregues. Neste âmbito foi possível identificar um conjunto de lacunas ao nível dos indicadores do SIM.

Com a QD3 - *De que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM?*, foi definido o conceito de qualidade do produto das IM para efeitos da presente investigação, efetuada uma avaliação à sua atual perceção, culminando com uma relação dos indicadores da perceção da qualidade do produto das IM com os indicadores que compõem o SIM, pelo que foram garantidas as condições para a apresentação de um conjunto de medidas para melhorar a eficiência do SIM e, conseqüentemente, a respetiva qualidade do produto das IM.

O presente trabalho pretendeu analisar a atualidade do produto do SIME, pelo que, face ao contexto e ao contributo de todas as QD, consideramos que se encontram reunidas as condições essenciais para a resposta à QC, *“De que modo pode o Sistema de Informações Militares do Exército constituir-se como uma ferramenta eficiente de apoio ao emprego militar?”*.

Foi possível através do estudo realizado, deduzir que o SIME pode contribuir para um conceito de eficácia mais abrangente, concluindo que será efetivamente eficaz se conseguir contribuir de forma significativa

para o treino da força na fase de aprontamento. Já no âmbito da eficiência, procurou-se dentro das capacidades e meios existentes inferir um conjunto de medidas que permitiram melhorar a eficiência do SIM.

Por último, face à organização, à perspetiva de emprego e de acordo com a avaliação à perceção da qualidade do produto das IM, conclui-se que a qualidade do produto das IM do SIME satisfaz o “cliente”, existindo, contudo, margem onde é possível atuar na eficiência, garantido assim níveis diferenciados de qualidade.

3.6. CONCLUSÕES

De forma a garantir a coerência e a sistematização das conclusões, resultantes da análise e reflexão crítica do presente trabalho, torna-se imprescindível revisitar o percurso metodológico efetuado e os objetivos do mesmo.

Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo as IM, onde se pretendeu analisar a atualidade do produto do SIM, sendo o OG avaliar o SIME, identificando eventuais lacunas e propor possíveis recomendações, materializado através da formulação da seguinte QC: *“De que modo pode o Sistema de Informações Militares do Exército constituir-se como uma ferramenta eficiente de apoio ao emprego militar?”*.

Para atingir este desiderato, foram efetuadas três QD, com a finalidade de enquadrar o foco da investigação e evitar a dispersão, procurando-se responder às mesmas ao longo do trabalho de investigação. Neste contexto, a metodologia de investigação foi edificada com base num raciocínio indutivo, assente numa estratégia qualitativa, consubstanciada num desenho de pesquisa estudo de caso, através de uma análise documental e de conteúdo, com recurso a entrevistas a especialistas.

Ainda no âmbito metodológico, o esforço inicial incidiu na interpretação de dados recolhidos através da técnica de análise e recolha documental, com o intuito de edificar uma base concetual sólida para o desenvolvimento de todo o trabalho. Posteriormente, de forma a complementar e validar a análise documental obtida, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas, a um conjunto de elementos especialistas, as quais incidiram em todos os órgãos responsáveis pelas IME e aos S2 de todos os contingentes da RCA, o que nos permitiu consolidar e orientar o estudo da temática.

Ao longo do segundo capítulo, foi desenvolvido o enquadramento teórico e conceptual dos principais conceitos transversais a todos os

capítulos, que permitiu normalizar os termos utilizados ao longo do estudo, nomeadamente, o conceito de Informações, IM, o CPI e o SIM. Posteriormente, no terceiro capítulo, foi aprofundada e sistematizada a metodologia de investigação para a consecução dos objetivos traçados.

O quarto capítulo encontra-se estruturado de acordo com as QD em que o subcapítulo 3.4.1., *A Organização das Informações Militares de Espanha e Cabo Verde*, orientado para responder a QD1 - *Qual a organização dos SIM de Espanha e Cabo Verde?*, foi efetuada uma análise ao SIM de Espanha e de Cabo Verde, focando essencialmente nas entidades que trabalham esta aérea e de que forma estas se interligam com vista a visualizar diferentes abordagens aos SIM de diferentes dimensões e ambições. Desta análise, foi possível verificar-se que a *Comunidade de Inteligencia* Espanhola trabalha no sentido de desenvolver os princípios de coordenação, colaboração e cooperação, a fim de evitar disfuncionalidades, duplicação de esforços melhorando desta forma a eficácia e a eficiência do SIM, com a participação ativa dos Ramos. O CIFAS, dispõe de um controlo funcional sobre os *intelligence centers* da Marinha, Exército e Força Aérea e encontra-se hierarquicamente na dependência do MD, à semelhança do CNI, evitando desta forma disfunções e duplicações. Num sentido oposto, em Cabo Verde não se pode falar num SI, mas sim de uma estrutura que foi criada e estruturada de acordo com as dimensões e especificidades das FFAA do país e do facto do foco das suas missões estarem centradas para atuações internas.

Com o subcapítulo 3.4.2., *O Sistema de Informações Militares do Exército Português*, centrado na QD2 - *Como está organizado o SIM do Exército Português, e qual a sua perspetiva de emprego?*, focaram-se nas dimensões e indicadores do SIM, nomeadamente no enquadramento legal do SIM, bem como a forma como este está organizado e nas suas atividades na prossecução do conhecimento. Constatou-se neste capítulo que após uma análise à sua organização, que o Exército não dispõe de um SI, na verdadeira aceção da palavra, dispondo apenas de um conjunto de entidades/órgãos que trabalham esta área. Por outro lado, foi possível apurar as responsabilidades de cada órgão do Exército ao nível do CPI, assim como, que o CSMIE é o órgão central no que diz respeito as IM e que lhe compete produzir IM do nível tático para o planeamento e execução de operações militares.

Através do subcapítulo 3.5., *O Produto das Informações Militares do Exército Português*, pretendeu-se obter resposta à QD3 - *De que modo a eficiência do SIM contribui para a qualidade do produto das IM?*, Procurou-se

verificar, tendo em conta a atual organização, de que modo é possível torná-las mais eficientes e eficazes, e se ao mesmo tempo satisfazem os “clientes” que delas necessitam, através de uma análise à qualidade do produto das IME. Efetuou-se uma avaliação à qualidade do produto das IM, relacionando a perceção dos responsáveis pelas IME com os principais beneficiários das IM, através dos indicadores de referência para o produto das IM, de forma a identificar eventuais lacunas. Desta avaliação, foi possível concluir que ao nível dos órgãos responsáveis pelas IME não existe um consenso sobre o nível de ambição das IM, contudo o produto das IM satisfaz as necessidades dos beneficiários das IM. Ao nível da eficácia, considera-se o SIME eficaz se, através do produto das IM, conseguir adequar o treino da fase de aprontamento do próximo contingente, garantindo desta forma níveis de preparação mais adequados e ajustados à realidade do TO. Posteriormente, pretendeu-se respeitar a exequibilidade e a adequabilidade de implementação de medidas que garantam uma melhor eficiência do SIM, mantendo as atuais capacidades das disciplinas das Informações e a atual estrutura do SIM, concluindo que de forma consensual, que os indicadores do SIM formação apropriada, os mecanismos de partilha informação e a permanência nas funções são os principais contributos para a melhoria da eficiência do SIM.

Face ao exposto, conclui-se que a qualidade do produto das IM satisfazem, na medida do possível, as necessidades, existindo margem para a implementação de medidas para a melhoria da sua eficiência. Neste contexto, fundindo o trabalho desenvolvido ao longo dos diversos capítulos, considerando a investigação realizada e tendo por base a premissa expressa no início do trabalho de contribuir para possíveis recomendações de melhoria, importa, pois, materializar esse objetivo face às lacunas identificadas e desta forma responder à QC.

Nesta conformidade, para efeitos de melhoria da qualidade do produto das IM, foi solicitado a todos os entrevistados uma reflexão crítica sobre quais as lacunas e as medidas que podiam ser implementadas para o melhoramento da qualidade das IME, e neste contexto foram identificadas as seguintes lacunas:

- Rever a coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos responsáveis pelas IM;
- Promover as capacidades do AgrISTAR em proveito das IM do Exército;
- Rever a política de colocação de pessoal e a permanência das mesmas;

- Ajustar as tarefas do G2/CFT;
- Encontra-se omissa a responsabilidade pelas Informações Operacionais;
- Promover a formação na área das IM;
- Necessidade de especialização nestas áreas;
- Reforçar estruturas das Informações nas FND com Elementos do AgrISTAR/CSMIE;
- Melhorar os Planos de Pesquisa;
- Necessidade de promover a cultura das Informações;
- Implementar uma rede de comunicações segura;
- Implementar meios seguros de pesquisas;
- Estabelecimento de canais de comunicação entre os órgãos;
- Incrementar o trabalho de análise das TTP da ameaça.

Tendo em referência o supramencionado e tendo por base os indicadores do SIM, recomenda-se:

- Doutrina: Adaptar o treino da força à realidade do TO (TTP da Ameaça), sendo fundamental que as IM sejam antecipatórias e completas. Para tal é necessário melhorar os mecanismos de partilha de informações (BICES), realizar workshops, palestras, fóruns de Lessons Learned e emanar orientações precisas à força que se encontra na fase de aprontamento;

- Formação apropriada/cultura das Informações: A integração de elementos do AgrISTAR/CSMIE nas “células” de informações em missões no estrangeiro, com responsabilidades, missões e hierarquias funcionais bem definidas. Permite-se deste modo, enquadrar e educar militares aquando da sua projeção e assim, poderem ser ativos colaboradores na recolha de informação em prol do CSMIE;

- Coordenação entre os órgãos: Equacionar a possibilidade de alteração do canal técnico na coordenação com o CISMIL para uma relação funcional, à semelhança de Espanha. Dinamização da Comunidade de Interesse de Informações através da realização de reunião de peritos;

- Formação apropriada: Criação de cursos equiparados a Espanha no âmbito das IM, ou seja, Curso de Especialização em Informações (Equiparado ao curso CEMC);

- Permanência nas funções: No âmbito das normas associadas às colocações de pessoal, definir por despacho do CEME, períodos mínimos de cinco anos de colocação de pessoal no CSMIE, de forma a assegurar a formação, a consolidação e a transmissão de experiência adquirida;

- Doutrina: No âmbito nacional necessidade de incluir a disciplina de Informações OSINT nas publicações doutrinárias do Exército;
- Implementação de mecanismos de partilha de Informação: Neste contexto o BICES é um elemento obrigatório proporcionando acesso à informação e partilha da mesma de forma célere.

Considera-se o facto de não termos obtido resposta às entrevistas por parte das entidades responsáveis do SIM do Exército de Espanha, assim como do Exército de Cabo Verde e G2 do CFT como limitação ao presente estudo, na medida em que, por um lado, não foi possível garantir uma maior fiabilidade à análise documental efetuada, além do que limitou a abrangência da análise que se pretendia alcançar, nomeadamente na relação das diferentes capacidades das disciplinas de Informações existentes face ao nível de ambição das IM dos países referidos, assim como não foi possível obter respostas de todos os órgãos com responsabilidade nas IME.

As limitações referidas, constituem-se também como recomendações para a realização de trabalhos futuros, paralelamente, o conceito de eficiência do presente trabalho de investigação teve como premissa base a manutenção da estrutura e das capacidades existentes do Exército, pelo que abre um conjunto de opções de investigação, num conceito mais abrangente de eficiência, sem limitações de estrutura e/ou capacidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andriole, S. J. (1984). *Methods for intelligence analysis, production and presentation*. Virginia: Internatinal Information Systems.
- Ballesteros, M. (2003). Los Servicios de Inteligencia en las Operaciones de Paz. *Revista Española de Defensa. Revista Española de Defensa* 190, 28-29.
- Bilhim, J. (2008). *Teoria Organizacional: Estruturas e pessoas*. Lisboa: ISCSP.
- Belloni, I. (2000). *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Bonilla, D. N. (2005). El papel de la inteligencia ante los retos de la seguridad y la defensa internacional. *Cuadernos de Estrategia* 130, pp. 15. Retirado de <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/cuadernos/CE-130.pdf>
- CEDN. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: s.n.
- Chiavenato, I. (2000). *Introdução à Teoria Geral da Administração* (6ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Chiavenato, I. (2014). *Introdução à Teoria Geral da Administração* (9ª ed.). São Paulo: Manole.

- Costa, A. (2019, junho). *DMC 09 Informações no âmbito da NATO*. IUM, Lisboa.
- Decreto Lei n.º 184/2014 de 29 de dezembro (2014). *Aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas*. Diário da República, 1ª Série, 250, 6391. Lisboa. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica do Exército*. Diário da República, 1ª Série, 148, 5240-5254. Lisboa. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 5/2009, de 26 de janeiro (2009). *Estabelece as atribuições, Competências e Organização do Comando da Guarda Costeira*. Boletim Oficial, 1.ª Série, 4, 74. Praia: Assembleia nacional da República de Cabo Verde.
- Decreto-Regulamentar n.º 6/2009, de 26 de janeiro (2009). *Estabelece as atribuições, Competências e Organização do Gabinete do CEMFA e do Estado Maior das Forças Armadas*. Boletim Oficial, 1.ª Série, 4, 80. Praia: Assembleia Nacional da República de Cabo Verde.
- Decreto-Regulamentar n.º 21/2012, de 7 de dezembro (2012). *Aprova a organização da Guarda Nacional*. Boletim Oficial, 1.ª Série, 66, 1377. Praia: Conselho de Ministros.
- Despacho n.º 120/18, de 20 de fevereiro (2018). *Aprova os quadros orgânicos de pessoal dos Comandos da Primeira e Segunda Regiões Militares e das unidades deles dependentes*. Forças Armadas de Cabo Verde.
- Despacho n.º 121/18, de 20 de fevereiro (2018). *Aprova os quadros orgânicos de pessoal dos Comandos da Terceira Região Militar e das unidades deles dependentes*. Forças Armadas de Cabo Verde.
- Despacho n.º 156/2015, de 21 de dezembro (2015). *Cadeia de Comando do Exército*. Lisboa. General Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Dicionário Universal, Língua Portuguesa, p. 1366* (5ª Edição ed.). (1999). Texto Editora.
- Drucker, P. (2007). *O Gestor Eficaz*. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Científicos Editora.
- Ejército de Tierra. [Acedido em 29 de abril 2019]. Retirado de <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/rinte1/Organizacion/uint.html>
- Ejército de Tierra. [Acedido em 29 de abril 2019]. Retirado de http://www.ejercito.mde.es/unidades/Badajoz/bri_extremadura_xi/Organizacion/BONCG_XI/BONCGXI.html
- EME. (1954). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

- EME. (2009). *Informações, Contra-Informações e Segurança*. Lisboa.
- Escorrega, L. C. (Agosto/setembro de 2009). A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Prespetivas Várias. *Revista Militar* n.º 2491/2492, 1030.
- EUA. (2013). *Joint Intelligence, Joint Publication 2-0*. Washington: Joint Chiefs of Staff.
- Feigenbaum, V. (1991). *Total Quality Control*. New York: McGraw-Hill.
- Fonseca, D. (2014). *A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa*. Évora: Universidade de Évora.
- Gonzá, A. (2018, 7 de março). *Condiciones de viabilidad para establecer un Sistema Integrado de Inteligencia Europeo*. [Página online]. Retirado de <http://www.seguridadinternacional.es/?q=es/print/1343>
- Instrucción 7/2016 de 19 de janeiro (2016). *Organización del Ejército de Tierra*. Boletín Oficial del Ministerio de Defensa, Sec I, 13, 1413. Madrid: Jefe de Estado Mayor del Ejército de Tierra.
- IUM. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- Jones, G. R. (2010). *Teoria das Organizações*. São Paulo: Pearson.
- Kostogryzov, A., Nistratov, G., & Nistratov, A. (2012). *Total Quality Management and Six Sigma*. USA: Intech.
- Lei n.º 9/2007 de 19 de fevereiro (2007). *Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS)*. Diário da República, 1ª Série, 35, 1241. Lisboa. Assembleia da República.
- Lei n.º 70/VI/2005, de 27 de junho (2005). *Define o Sistema de Informação da República*. Boletim Oficial, 1.ª Série, 26, 771. Praia: Assembleia nacional da República de Cabo Verde.
- Lei n.º 89/VI/2006, de 9 de janeiro (2006). *Define o Regime Geral das FFAA*. Boletim Oficial, 1.ª Série, 2, 51. Praia: Assembleia nacional da República de Cabo Verde.
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 07 de julho (2009). *Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Diário da República, 1ª Série, 129, 4344(3)-4344(4). Lisboa. Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 4/2014 de 13 de agosto (2014). *Aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações*. Diário da República, 1ª Série, 250, 4194-4201. Lisboa. Assembleia da República.

- Lucas, A., Pedron, C., Naves, F., Silva, F. P., Camacho, J., & Henriques, L. V. (2008/2009, 09 de junho). *Conceitos fundamentais de sistemas e tecnologias de informação e de gestão do conhecimento*. [Página online]. Retirado de <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=8003&method=getFile>
- Menezes, A. (2012). *Sistemas de Informações Nacionais Contributos para a percepção da eficácia*. Lisboa: ISCTE, IUL.
- Muller-Wille, M. B. (2004). For our eyes only? Shaping an intelligence community within the EU. *Occasional Papers* 50, pp. 07. Retirado de <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/occ50.pdf>
- NATO. (2016). *AJP 2.0- Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security ed s.l.* NATO Standardization Agency.
- NATO. (2018). *AAP-06 - Nato Glossary of Terms and*. NATO Standardization Agency.
- Navarro, M. E. (2003). Necesidad, Funcionamiento y misión de un Servicio de Inteligencia para la Seguridad y la Defensa. *Cuadernos de Estrategia* 127, pp. 69. Retirado de <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/cuadernos/CE-127.pdf>
- Orden DEF/1265/2015 de 29 de junho (2015). *Organización básica del Ejército de Tierra*. Boletín Oficial del Ministerio de Defensa, Sec I, 127, 15320. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Pinto, M. R. (2001). As Informações na Idade da Informação. *Revista Militar*, 291-316.
- Quadro Orgânico 02.01.01, de 03 de janeiro (2018). *Estado-Maior do Exército (EME)*. Lisboa. Estado-Maior do Exército.
- Quadro Orgânico 07.02.04, de 13 de maio (2015). *Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE)*. Lisboa. Estado-Maior do Exército.
- Quadro Orgânico 09.02.06, de 13 de maio (2015). *Agrupamento de Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento (AgrISTAR)*. Lisboa. Estado-Maior do Exército.
- Rascão, J. (2004). *Sistemas de Informação para as organizações - A Informação Chave para a Tomada de Decisão* (2ª Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- RC3. (2014). *Relatório da missão a Valência no âmbito do AgrISTAR*. Estremoz: RC3.
- Real Decreto n.º 872/2014 de 01 de outubro (2014). *Organización básica de las Fuerzas Armadas*. Boletín Oficial del Estado, Sec I, 252, 84094. Madrid: Ministerio de Defensa.

- Real Decreto n.º 1551/2004 de 25 de junho (2004). *Estructura Orgánica básica del Ministerio de Defensa*. Boletín Oficial del Estado, Sec I, 154, 23481. Madrid: Ministerio de Administraciones Públicas.
- Serra, P. (2002). *Sistema de Informações Militares. Contributos para a sua reestruturação e operacionalidade*. Lisboa: IESM.
- Stephanou, M. (2005) *Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos no Brasil*, Civitas – Porto Alegre, v.5, nº 1: 127-160.
- Silva, C. (2018). *As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: IUM.
- Silva, C., & Ribeiro, F. (2018). *As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional. Revista de Ciências Militares Vol. VI, N.º2, 31.*
- Silva, R. (2013). *Teorias da administração*. 3ª Edição, São Paulo: Pearson
- Tamara, Á. (2019, 4 de abril). *Introducción a la actividad de inteligencia*. [Página online]. Retirado de <https://www.acoes.es/congreso-xvii/wp-content/uploads/sites/3/2019/04/Introducci%C3%B3n-a-la-actividad-de-inteligencia.pdf>
- The Intelligence Community in the 21st Century*. (1996). Obtido em 02 de Julho de 2019, de hsd.org: <https://www.hsd.org/?view&did=439040>
- Turban, E., McLean, E., & Wetherbe, J. (1999). *Information Technology for Management – Making Connections for Strategic Advantage*. New York: John Wiley.
- Tzu, S. (1974). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura.
- Viana, C. (2010). *O Princípio da eficiência: A eficiente eficácia da administração Pública*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, VII*, 301-311.
- Vicent, K., & Joel, R. (2004). *Principles of Total Quality*. Washington D.C: CRC Press.
- Zintl, M. (2011). *Tools and Methods for Evaluating the Efficiency of Development Interventions*. Alemanha: Federal Ministry for Economic Cooperation and Development.

4.

DESAFIOS ATUAIS À ANÁLISE DE INFORMAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NA ERA DIGITAL

José Pedro Gonçalves Venâncio

Capitão de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Subchefe do CSMIE

venancio.jpg@mail.exercito.pt

RESUMO

Num mundo crescentemente digital, assiste-se de forma frequente ao debate sobre se a Internet e, particularmente, as redes sociais não se estão a tornar verdadeiras câmaras de ressonância dos nossos gostos e hábitos de pesquisa, acabando os internautas por ficarem tendencialmente mais isolados da informação que não se enquadre no seu padrão. Do ponto de vista do raciocínio lógico e dos vieses que com ele podem interferir, a valorização da informação que corrobora o nosso quadro mental de referência e a desvalorização ou rejeição de informação que seja contraditória designa-se de viés de confirmação. O objetivo deste trabalho é, pois, refletir sobre a influência que o viés de confirmação pode desempenhar na Análise de Informações na atualidade. Para o atingir, foi seguida uma estratégia de investigação qualitativa baseada no raciocínio dedutivo e com recurso à análise documental. Foi possível concluir que existe uma possibilidade teórica de amplificação do viés de confirmação na Análise de Informações. Contudo, os Serviços de Informações dispõem já de diversas soluções que permitem a sua mitigação e que poderão utilizar de forma reforçada.

Palavras-chave: Filtro-bolha, Viés de confirmação, Análise de Informações, Serviços de Informações.

ABSTRACT

In an increasingly digital world, there is often a debate about whether the Internet, and particularly social networks, are not becoming real echo chambers for our research tastes and habits. From the point of view of logical reasoning and the biases that can interfere with it, the valuation of information that corroborates our mental frame of reference and the underevaluation or rejection of information that is contradictory is called a confirmation bias. The objective of this work is, therefore, to discuss the influence that the confirmation bias may have on the Intelligence Analysis nowadays. In order to achieve it, a qualitative research strategy founded on deductive reasoning was followed and based on documental analysis. It is concluded that there is a theoretical possibility of amplification of the confirmation bias in the Intelligence Analysis. However, the Intelligence Services already have several tools to cope with it and that can be reinforced.

Keywords: *Filter Bubble, Confirmation Bias, Intelligence Analysis, Intelligence Services.*

4.1. INTRODUÇÃO

“Whatever information Google was tracking about me was incredibly effective. What I mean is that, oftentimes I would find exactly what I was looking for without even having to try. This is great in most cases, however it really means that Google is biased towards things that I look at often, and sites related to them.” (Steward, 2018)

A geração que frequenta e conclui hoje os seus estudos superiores em Portugal é uma geração nascida na segunda metade da década de 90, feita essencialmente de nativos digitais que nasceu e cresceu com a Internet, a Google, o Instagram e o Wi-Fi. Foram designados de Geração Z, sucedânea dos *Millennials* e são estes os jovens que estão agora entrar no mercado de trabalho (Porto, 2017).

De acordo o relatório “Digital 2019”, em Portugal, a Internet é utilizada por cerca de 78% da população que despendem uma média de seis horas e 42 minutos por dia *on-line* (Kemp, 2019). À escala global, o sítio “google.com” continua no topo, sem esquecer ainda os outros alojamentos

da Google, como o “google.com.br”, em 24º lugar, ou o “google.de”, em 30º lugar (SimilarWeb, 2019a). No caso concreto de Portugal, o endereço “google.com” encontra-se igualmente em primeiro lugar e o “google.pt” em quarto lugar (SimilarWeb, 2019b).

A citação inicial patente nesta Introdução corresponde a um testemunho que cita o exemplo da *Google*, no entanto, atualmente, esta *marca* já não é apenas um motor de pesquisa nem é apenas a *Google* que faz o rastreamento da atividade dos seus utilizadores. Efetivamente, os indivíduos que hoje interagem com a Internet estão particularmente sujeitos a esta realidade e, como vimos anteriormente, a maioria dos cidadãos nacionais fazem-no de forma substancial.

Em diversos fora, é recorrente ouvir que muitos sítios da Internet podem-se tornar facilmente em câmaras de ressonância dos nossos gostos e hábitos, com particular destaque para as redes sociais. Sobre esta realidade, Pariser já havia refletido no virar da primeira década deste século e consumado as suas ideias na obra de 2011 intitulada “*The Filter Bubble*” e na qual conceptualiza sobre as características e as consequências de que se revestem os filtros-bolha. Nessa lógica, a atual fase da revolução digital parece não estar a contribuir para uma base de conhecimento mais ampla dos indivíduos, mas antes para uma constante orientação na mesma direção.

Estaremos nós enquanto cidadãos cada vez mais expostos a uma tendência de visualizarmos apenas aquilo que confirma aquilo que nós já pensamos e gostamos? Poderemos estar a reforçar aquela que é uma tendência do raciocínio humano e que se designa de viés de confirmação? E quais as possíveis consequências para um Serviço de Informações, particularmente para a área da Análise de Informações?

As questões acima redigidas traduzem algumas das dúvidas iniciais e que levaram a considerar a temática como pertinente e interessante de desenvolver neste trabalho, subordinado ao tema “Desafios atuais à Análise de Informações: uma reflexão sobre o viés de confirmação na era digital”. Cumpre ainda salientar que o presente texto resulta de uma adaptação do trabalho desenvolvido no contexto da Unidade Curricular Serviços de Informações em Portugal, no âmbito da Pós-Graduação em Gestão de Informações e Segurança da Universidade Nova de Lisboa.

Assim sendo, o Objetivo Geral deste trabalho é refletir sobre a influência que o viés de confirmação pode desempenhar na Análise de Informações na atualidade. Para tal, importa estruturar os seguintes Objetivos Específicos:

- Objetivo Específico 1: Caracterizar os raciocínios lógicos e os vieses;
- Objetivo Específico 2: Refletir sobre as possibilidades de reforço do viés de confirmação e sobre a influência na Análise de Informações.

Para concretizar o Objetivo Geral, a Pergunta de Partida formulada foi: “De que modo pode o viés de confirmação, na atualidade, influenciar a Análise de Informações?”. Da Pergunta de Partida resultam as Perguntas Derivadas abaixo elencadas:

- Pergunta Derivada 1: Quais os principais raciocínios lógicos utilizados na Análise de Informações e os vieses?

- Pergunta Derivada 2: Quais são as possibilidades de reforço do viés de confirmação e de que modo podem influenciar a Análise de Informações?

Para cumprir os objetivos delineados e após a elaboração das Perguntas Derivadas, estruturou-se o estudo em dois capítulos que se encontram antecidos pela Introdução e que culminam nas Conclusões.

Desta forma, no primeiro capítulo aborda-se o enquadramento conceitual associado ao raciocínio lógico e aos vieses cognitivos com uma abordagem orientada para a Análise de Informações.

No segundo capítulo, é efetuado o enquadramento ao conceito de filtro-bolha de Pariser, abordando-se posteriormente as possibilidades de existir uma influência crescente do viés de confirmação na Análise de Informações e apontam-se ainda algumas soluções para que este possa ser seja mitigado.

A premissa de que a Análise de Informações pode ser influenciada pelo viés de confirmação constituiu assim o ponto de partida para, seguindo uma estratégia de investigação qualitativa e conduzindo um raciocínio dedutivo, se refletir sobre os atuais contornos e modos de influência desse viés na Análise de Informações e de que forma essa influência pode ser reduzida. A recolha de dados para a realização deste estudo foi feita com recurso à análise documental e que permitiu enquadrar do ponto de vista conceptual e doutrinário a temática abordada.

4.2. ANÁLISE DE INFORMAÇÕES E LÓGICA: RACIOCÍNIOS E VIESES

“Major intelligence failures are usually caused by failures of analysis, not failures of collection.” (Heuer Jr., 1999, p. 65)

A capacidade de raciocinar é o que possibilita aos Seres Humanos processar informação e formular explicações, bem como atribuir significado

a ações observadas. Existem vários tipos de raciocínios de acordo com o quadro conceptual da Lógica e, no caso da Análise de Informações, todos têm o seu lugar. No contexto deste trabalho serão apenas mencionados aqueles que são mais frequentemente considerados: raciocínio indutivo, dedutivo e abdutivo.

4.2.1. Raciocínio Indutivo

O raciocínio indutivo corresponde a um processo cognitivo em que, através da observação de factos particulares se vai elaborar uma conclusão na qual se exprime uma relação universal e necessária entre os diversos factos particulares observados (*Department of the Army, 2014*).

Pode-se dizer que no caso do raciocínio indutivo a conclusão é maior que as premissas e, conseqüentemente, este é um tipo de raciocínio que expande a base de conhecimento existente. Por outro lado, é precisamente pela inferência que é feita para a elaboração das conclusões que este tipo de raciocínio lógico é mais passível de ser afetada por diversos tipos de vieses (*Department of the Army, 2014*).

De acordo com este raciocínio lógico, não existe certeza sobre a verdade da conclusão, mas sim graus de probabilidade associados. Dito de outra forma, se os factos contidos nas premissas são verdadeiros é provável que a conclusão lógica seja verdadeira.

O raciocínio indutivo é aquele que com mais frequência é utilizado na Análise de Informações, pois ele é particularmente útil em situações de incerteza e em que há conhecimento limitado sobre um dado assunto (Exército Brasileiro, 2019). No entanto, a sua utilização requer objetividade e a capacidade de eliminar os vieses que tenham condicionado a argumentação lógica (*Department of the Army, 2014*).

4.2.2. Raciocínio dedutivo

O raciocínio dedutivo corresponde a um processo cognitivo em que se aplica uma lei geral ao conjunto de factos observados para alcançar as conclusões (*Department of the Army, 2014*). O raciocínio dedutivo é assim aquele em que se parte do geral para o particular e no qual as conclusões são obtidas a partir das premissas e, assim que encontradas, são incontestáveis.

Numa outra perspetiva, se as premissas forem verdadeiras e se o raciocínio lógico for válido, então as conclusões serão igualmente

verdadeiras (Santos & Lima, 2019). Por oposição, se as premissas forem falsas ou imprecisas então as conclusões serão falsas, mesmo que o raciocínio seja formalmente correto (Exército Brasileiro, 2019).

4.2.3. Raciocínio abduativo

O raciocínio abduativo corresponde a um processo cognitivo que se liga à percepção e a intuição, em que através do conhecimento da regra geral e da conclusão, se procura determinar a premissa. Dito de outra forma, a “abdução é a inferência a favor da melhor explicação” (Mautner cit. por Fidalgo, 2013, p. 85). Na Análise de Informações, os analistas recorrem a este tipo de raciocínio especialmente em situações de alteração das dinâmicas anteriores, nas quais o analista irá desenvolver e testar novas hipóteses que permitam justificar essa alteração (*Department of the Army*, 2014).

4.2.4. Os vieses na Análise de Informações

Qualquer analista pode ver o seu processo mental de interpretação e de elaboração de conclusões sobre situações voláteis e complexas sujeito a diversos tipos de influências que moldam e influenciam o seu raciocínio (*Department of the Army*, 2014). Estas influências são designadas de erros ou “armadilhas” analíticas e são, especialmente, de duas ordens: falácias e vieses. Neste trabalho iremos apenas caracterizar e detalhar os vieses.

Os vieses correspondem a uma noção pré-concebida sobre alguém ou algo e que leva a desvios sistemáticos no raciocínio lógico. Eles “(...) constituem padrões de desvio no julgamento que ocorrem em situações específicas nas quais as conclusões são baseadas em fatores cognitivos em detrimento dos fatos” (Rêgo, 2013, p. 224).

Do ponto de vista de um Serviço de Informações, os vieses devem ser eliminados ou minimizados na sua máxima extensão pois a objetividade e a imparcialidade são princípios orientadores da produção analítica. Existem diversos tipos de vieses, designadamente os vieses cognitivos, culturais, organizacionais ou pessoais (*Department of the Army*, 2014).

Ao longo dos anos os Serviços de Informações têm vindo a abordar este assunto de forma crescente. Se em meados do Século XX Sherman Kent procurava ainda relevar o papel da aplicação de técnicas de carácter científico que permitissem uma análise imparcial de situações complexas, no final do Século XX havia já um corpo teórico e uma aplicação prática

muito mais desenvolvida e concreta, como é exemplo paradigmático a técnica da Análise de Hipóteses em Competição. Esta técnica corresponde ao mais afamado contributo de Heuer, Jr. para a Análise de Informações, tendo sido desenvolvida na década de 1980 com o objetivo de permitir aos Analistas superarem algumas das limitações cognitivas inerentes a todos os Seres Humanos e que também afetam a produção analítica no Serviço de Informações (Heuer Jr., 1999).

4.2.4.1. Vieses cognitivos

Os vieses cognitivos correspondem a erros mentais, consistentes e previsíveis, que resultam de estratégias de processamento da informação simplificadas (Heuer Jr., 1999). Tal como salientou Richards Heuer Jr. (1999), os vieses cognitivos distinguem-se dos demais porque não existe uma predisposição emocional ou intelectual do indivíduo os realizar, mas antes eles resultam de processos mentais inconscientes que podem ser de certa forma comparáveis às ilusões óticas.

A lista de vieses cognitivos é muito extensa, tendo eles sido ainda categorizados por Helena Rêgo nas seguintes categorias (2013):

- Vieses de tomada de decisão e comportamentais;
- Vieses de probabilidade e de crença;
- Vieses sociais.

Pela sua natureza, podemos assim considerar que eles não resultam de um comportamento aprendido, mas antes de uma predisposição inata para que eles sucedam.

4.2.4.2. Vieses organizacionais

Os vieses organizacionais correspondem a uma tendência persistente de enviesamento do processamento da informação por parte dos elementos de uma organização devido à política interna, liderança ou ideias preconcebidas que grassem no seio de uma dada organização (Downsett, 2018).

Num dado Serviço de Informações, pode-se considerar que estes tipos de vieses são os mais recentes a afetar os diversos indivíduos que o integram, na justa medida em que eles resultam do ambiente interno da própria organização e que não têm que ver com o passado do analista.

4.2.4.3. Vieses culturais

Os vieses culturais correspondem enviesamento do processamento da informação por parte dos elementos de uma organização devido a uma tendência persistente para interpretar os factos observados à luz dos padrões vigentes na sua própria cultura (valores, códigos, etc ...) (*Department of the Army*, 2014).

Pela sua natureza e pelo facto de resultarem de comportamento aprendido por cada indivíduo desde tenra idade no seio do seu núcleo familiar, consideram-se estes vieses difíceis de evitar por completo. Ainda assim, eles podem ser mitigados através da sensibilização para diversos aspetos relacionados com a diversidade cultural, por exemplo.

4.2.4.4. Vieses pessoais

Os vieses pessoais estão relacionados com uma tendência para que as crenças pessoais toldem o raciocínio, levando a que argumentos sólidos possam ser rejeitados por uma crença pessoal que pode ser de natureza diversa (*Department of the Army*, 2014).

4.2.4.5. Viés de Confirmação

Este viés é um dos mais conhecidos e retratados ao longo da História, pois já Tucídides na sua “História da Guerra do Peloponeso” mencionava que “é hábito da humanidade confiar à esperança descuidada o que desejam, e usar a razão soberana para afastar o que não lhe agrada”²⁵ (Tucídides cit. por Farnham Street, 2017).

Este viés caracteriza-se por um dado indivíduo tender a valorizar mais a informação que confirma aquela que ele já possuía anteriormente ou que se encaixa melhor no seu quadro mental de referência. Por oposição, esse mesmo indivíduo tenderá a desvalorizar ou a ignorar informação que seja contraditória com a informação que ele já possui, ou com os julgamentos e conclusões que ele também já produziu (*Department of the Army*, 2014).

Foi com os estudos no âmbito da disciplina da Psicologia que, na década de 60 do Século XX, se caracterizou melhor este viés, evidenciando que a avaliação permanente da informação processada exige grande dispêndio de energia mental, pelo que o Ser Humano tem uma tendência

²⁵ Tradução do autor de “*For it is a habit of humanity to entrust to careless hope what they long for, and to use sovereign reason to thrust aside what they do not fancy.*”

inata para aceitar mais facilmente a informação que confirme aquela que ele já possuía anteriormente (Farnham Street, 2017). Assim, o nosso cérebro procura em permanência poupar energia para momentos mais críticos do ponto de vista da sobrevivência, como é o caso dos momentos de tomada da decisão. Por esta natureza de “atalho mental”, corresponde de certa forma a um processo cognitivo irracional também designado de heurística, ele é considerado por vários autores como um viés cognitivo (Farnham Street, 2017; Johnston, 2005; Rêgo, 2013).

Por outro lado, há quem o considere como um tipo de viés pessoal, como é o caso do Exército americano (*Department of the Army*, 2014). Nesta perspetiva, é considerada e valorizada a forma mais consciente com que o analista pode estar a rejeitar a informação que contraria as suas crenças pessoais.

4.3. O RASTREAMENTO NA *INTERNET*, O VIÉS DE CONFIRMAÇÃO E A ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

“When psychological experiments reveal the existence of a bias, this does not mean that every judgment by every individual will be biased. It means that in any group of people, the bias will exist to a greater or lesser degree in most judgments made by most of the group.” (Heuer Jr., 1999, p. 112)

As Informações, enquanto atividade geradora de conhecimento, coloca grandes desafios individuais e coletivos no seio das organizações que a realizam. Todo o conjunto de raciocínios lógicos e vieses abordados na primeira parte deste trabalho aplicam-se especialmente à Análise de Informações. No entanto, e de uma forma mais abrangente, podemos olhar para um dado Serviço de Informações enquanto organização e considerar que a afetam de forma transversal.

Assim, os vieses abordados podem toldar o raciocínio lógico de rigorosamente todos os elementos na cadeia, pois elas são transversais a todos os Seres Humanos. No entanto, o foco do nosso trabalho e que está consubstanciado neste capítulo é refletir de que forma é que a Análise de Informações, em particular, pode ser influenciada pelo viés de confirmação no presente e num mundo cada vez mais *on-line*.

4.3.1. A Internet e o filtro-bolha

O filtro-bolha²⁶ foi um conceito desenvolvido pelo ativista da Internet Pariser em 2011, no qual ele pretendeu retratar o conjunto de algoritmos utilizados por uma panóplia de sítios da Internet e que personalizam aquilo que um dado indivíduo visualiza ou deixa de visualizar. Nas suas próprias palavras, “*like a lens, the filter bubble invisibly transforms the world we experience by controlling what we see and don’t see*” (Pariser, 2011, p. 67).

O exemplo utilizado no seu livro é já um clássico da realidade digital: duas mulheres de características sociais semelhantes pesquisam no Google sobre a expressão “BP” após o célebre e trágico incidente ocorrido em 2010 na plataforma petrolífera *Deepwater Horizon* no Golfo do México. Enquanto a uma delas foram devolvidos 180 milhões de resultados, à outra foram devolvidos 130 milhões. Para uma, o topo dos resultados das pesquisas estava pleno de ligações a notícias contendo informação sobre investimentos na BP, para a outra surgiram notícias contendo informação sobre o incidente na *Deepwater Horizon* (Pariser, 2011).

Assim, esta realidade na interação com o mundo digital assenta em três características base:

- Cada indivíduo está sozinho no interior da bolha, na medida em que o nível de personalização de conteúdos dos algoritmos permite que cada perfil seja único. Por conseguinte, cada bolha é única;
- O filtro é invisível, sendo praticamente impossível para um dado indivíduo aperceber-se do quão enviesados são os resultados de pesquisa que lhe são mostrados ou ainda quais os critérios que foram utilizados na personalização;

Ninguém escolhe entrar na bolha, na justa medida em que a personalização de conteúdos é feita de forma ativa pelos algoritmos e na qual um indivíduo não tem um papel ativo na escolha dos filtros através dos quais vai gradualmente passando a olhar o mundo (virtual) que o rodeia (Pariser, 2011).

A personalização de conteúdos surgiu assim na Internet essencialmente por razões comerciais. Para a promoção de anúncios, caracterização de perfis de possíveis consumidores, venda de dados a terceiros e outras razões

²⁶ Também traduzido para Português do Brasil como filtro invisível, sendo esta a expressão utilizada na tradução feita pela publicação da Editora Zahar. No entanto, no contexto deste trabalho optou-se pela tradução mais literal de filtro-bolha pois parece ser aquele que sintetiza o duplo caráter do conceito: os algoritmos enquanto filtros personalizados da realidade que colocam cada indivíduo de forma numa bolha singular daquilo que vê ou não vê no mundo virtual.

mais. De acordo com uma investigação dos jornalistas Angwin e McGinty publicada no periódico *The Wall Street Journal*, os 50 sítios da Internet mais visitados nos Estados Unidos da América instalavam uma média de 64 *cookies* nos computadores de um dado internauta após o primeiro acesso (Angwin & McGinty, 2010).

O objetivo é simples: rastrear a atividade do utilizador dessa máquina de forma a criar bases de dados sobre consumidores e perfis de consumo que podem mais tarde ser vendidos ou utilizados para conceção de novos produtos ou de novos negócios.

Voltemos ao incidente da BP. Vimos que, para além dos resultados serem qualitativamente diferentes, havia um diferencial de 50 milhões de resultados entre as duas pesquisas. Se em termos teóricos essa diferença parece colossal, na prática ela não é assim tão significativa.

Diferentes estudos apontam que a maioria dos utilizadores da Google – entre 75% a 90% - não consulta a segunda página dos resultados de pesquisa. Mais: estima-se que uma média de 32,5 % dos utilizadores consulta o primeiro resultado e que apenas 17,6 % consulte o segundo resultado (GoingClear Interactive, 2018).

Pretende-se assim afirmar que a diferença qualitativa prevalece sobre a diferença quantitativa. Mais do que o número de resultados que surgem, são aqueles resultados que surgem no topo da primeira página que têm uma relevância tremenda para definir a informação que é processada.

4.3.2. Os filtros, o viés de confirmação e a Análise de Informações: que influência?

A observação do mundo segundo um conjunto de “lentes distorcidas” não é uma temática nova. O próprio Pariser salienta que não há nada de novo no facto dos Seres Humanos filtrarem a realidade com a qual interagem. O filtro-bolha constitui-se como novidade pela forma como o faz e que já foi anteriormente descrita (Pariser, 2011).

Mas foi na obra de Heuer, Jr. que foi possível encontrar uma forte conceptualização acerca do conceito das “lentes distorcidas”. Por conseguinte, em Informações há que ter noção que os factos que são dados a observar a um analista chegam-lhe já em “segunda mão”. Se não foram já distorcidos por outra pessoa, pelo menos pela sua própria mente já o foram, através da passagem por um ou mais dos diversos filtros possíveis: modelos mentais, *mind-sets* ou vieses. Como é salientado, por vezes as observações

diretas da realidade por parte dos analistas podem ser tão enganadoras quando os factos relatados por outrem (Heuer Jr., 1999).

Assim sendo e acima de tudo, o analista deve estar consciente sobre o seu raciocínio, devendo refletir mais no processo de como chegou a uma dada conclusão no que na conclusão alcançada em sentido estrito (Heuer Jr., 1999).

O viés de confirmação é justamente mais um dos filtros na cognição individual e coletiva e que está presente no processo analítico do Ciclo de Produção de Informações. A resposta à questão sobre a influência do viés de confirmação na Análise de Informações foi já formulada por alguns estudos nesta área e é claramente positiva.

Johnston, havia já considerado que o viés de confirmação era mesmo o viés que foi mais frequentemente identificado no decurso das entrevistas e observações realizadas a um conjunto de analistas da Comunidade de Informações dos Estados Unidos da América (Johnston, 2005).

No trabalho realizado por Trent, Peterson e Woods, foi por estes identificado que um dos maiores desafios à cognição na Análise de Informações residiu naquilo a que por estes foi designado como “fixação”. A “fixação” corresponde no fundo a um viés de confirmação, permitindo por um lado ao Analista lidar de forma mais eficaz com situações de excesso de dados ou de falta de tempo, mas que por outro lado conduz a conclusões pouco precisas (2007).

O fator tempo foi igualmente identificado como um elemento relevante quando se analisa a influência dos vieses, tendo ele concluído que as restrições de tempo para a realização da Análise de Informações contribuem para o surgimento de vieses ou aprofundam a ocorrência dos mesmos (Johnston, 2005).

Johnston alargou um pouco mais o conceito de viés de confirmação, abordando-o como parte de algo mais abrangente que designado de comportamento de confirmação. Nele incluiu também vieses organizacionais (como por exemplo o *groupthink*) que contribuem, no final, para um incremento da propensão de um dado analista para o viés de confirmação (2005).

4.3.3. Viés de confirmação: uma influência crescente?

Importa agora debruçar sobre qual a perceção existente sobre a evolução da influência do viés de confirmação. Que seja do nosso conhecimento, não existem ainda estudos no âmbito das ciências sociais ou tampouco específicos

para a Análise de Informações que permitam afirmar que existe uma maior predisposição das diferentes gerações para o viés de confirmação.

De forma abstrata mas categórica, Pariser considera que sim.

The filter bubble tends to dramatically amplify confirmation bias – in a way, it’s designed to. Consuming information that conforms to our ideas of the world is easy and pleasurable; consuming information that challenges us to think in new ways or question our assumptions is frustrating and difficult. (Pariser, 2011, p. 70)

Contudo, a resposta poderá não ser assim tão categórica quanto isso. Um estudo realizado por Boxell, Gentzkow e Shapiro teve como objetivo analisar que forma a Internet e as redes sociais poderiam estar a contribuir para um aumento da polarização política na sociedade americana (2017). O conceito associado à polarização segue na mesma linha conceptual do filtro-bolha. As Internet e as Redes Sociais surgiram como uma derradeira oportunidade de quebrar barreiras e conectar diferentes pessoas mas, ao invés, acabam por deixar cada um na sua câmara de ressonância, onde se interage apenas com pessoas e conteúdos com os quais se concorda, contribuindo assim para uma tendência de polarização crescente (Boxell et al., 2017).

Em primeiro lugar, concluíram que efetivamente a polarização política aumentou em todas as faixas etárias. Por outro lado, concluíram então que a polarização política aumentou mais nas faixas etárias mais idosas, logo naquelas que menos acedem à Internet. O estudo refutou assim a hipótese de que seriam as faixas etárias mais jovens aquelas em que a polarização política teria crescido mais na justa medida em que é nestas faixas que existe maior utilização da Internet e das Redes Sociais (Boxell et al., 2017).

Logicamente que o estudo supramencionado não responde diretamente à interrogação colocada no título do presente subcapítulo. No entanto, pode-se interpretar os resultados obtidos neste estudo como um indicador que a resposta à questão não será assim tão categórica como foi formulada por Pariser.

Assim, considera-se que, num plano meramente teórico, é possível que haja uma tendência crescente para a presença do viés de confirmação na Análise de Informações, e que esta tendência tem que ver não só com a Internet, o rastreamento *on-line* e os filtros-bolha. Ele tem muito que ver com o fator tempo.

Poderemos dizer que hoje o mundo gira mais rápido que nunca. Como salientado anteriormente, a fase analítica do Ciclo de Produção de

Informações tem geralmente menos tempo disponível hoje do que no passado. O ritmo da produção de Informações acelerou (Johnston, 2005). Face a um menor tempo disponível, reduzem-se as possibilidades de emprego das Técnicas Analíticas Estruturadas, que são bastante eficazes na eliminação ou na mitigação dos diferentes tipos de vieses, mas que necessitam de tempo para serem executadas (Artner, Richard & Bruce, 2016).

Assim, considera-se que uma maior predisposição para o viés de confirmação, conjugada com ciclos de análise mais curtos e com uma vastidão de dados e notícias disponíveis para um dado analista processar contribuirão para que haja um incremento da influência do viés de confirmação. Verificar o peso que poderão desempenhar cada uma das dimensões acima mencionadas e possíveis oscilações e variações afigura-se como algo deveras interessante de investigar, mas que não constitui objetivo deste trabalho.

4.3.4. Contrariar o viés de confirmação

Como foi identificado anteriormente, o viés de confirmação não é algo de novo na Humanidade nem para os Serviços de Informações, pelo que as soluções para que este e outros vieses sejam mitigados estão já descritas e implementadas em muitos casos.

Heuer, Jr. sustentava que a maioria da formação em Análise de Informações deveria estar orientada para o pensamento e para o raciocínio, mais do que para procedimentos organizacionais ou técnicas de escrita. Defende que é perfeitamente possível “seguir um processo analítico defeituoso e escrever um argumento claro e persuasivo que suporta um julgamento erróneo²⁷” (Heuer Jr., 1999, p. 178).

Assim, a aposta na formação dos Analistas de Informações deverá continuar a ser um vetor essencial para que os Serviços de Informações possuam pessoal qualificado com métodos e técnicas que permitem minimizar o enviesamento do raciocínio. Consequentemente, o reforço da formação em Pensamento Crítico e em Técnicas Analíticas Estruturadas continuará a ser uma tendência dos Serviços de Informações e que permite ter pessoas mais conscientes dos raciocínios empregues na produção analítica e da falibilidade da mente humana na utilização dos mesmos (Artner et al., 2016).

²⁷ Tradução do autor de “*Yet it is quite possible to follow a faulty analytical process and write a clear and persuasive argumente in support of an erroneous judgement*”.

Os Serviços de Informações deverão olhar para a criação de novo conhecimento académico e científico no domínio das ciências sociais e comportamentais como uma importante fonte de aumento da eficácia dos métodos empregues ou dos conceitos basilares. Grande parte das obras que constituem a bibliografia deste trabalho tiveram na sua origem os estudos e a experimentação feita nas décadas de 60 e 70, e que posteriormente foram extrapolados para a área das Informações.

Considera-se que, num futuro crescentemente técnico e tecnológico, a investigação científica feita nos domínios das Ciências Matemáticas e da Informação bem como em Tecnologias da Informação e Comunicação tenderá a ser uma importante fonte de soluções para as Informações, fornecendo pistas para a melhoria da eficácia da Análise de Informações.

O recrutamento de pessoas oriundas de diversos quadrantes, com diferentes qualificações e perspetivas deverá ser uma tendência a reforçar pelos Serviços de Informações. Diferentes perspetivas potenciam na prática a observação de uma dada realidade através de diversos “filtros distorcidos” que, no entanto, permitem iluminá-la de múltiplos ângulos e potenciar assim ter uma maior diversidade de ideias (National Research Council, 2011). Além disso, e falando concretamente da Análise de Informações, elas criam as condições teóricas para uma maior eficácia das técnicas analíticas estruturadas que são realizadas de forma coletiva.

O valor da experiência de um analista de Informações é outro ponto em que não existe verdadeiramente consenso. Diversos estudos apontam para o valor do incremento da experiência de um analista no que diz respeito ao emprego das diversas técnicas analíticas estruturadas aprendidas ou mesmo no uso da intuição (Johnston, 2005; National Research Council, 2011).

Por outro lado, e sustentando-se na obra de 2005 de Tetlock (*“Expert political judgement: How good is it? How can we know?”*), Pariser vai na direção oposta: afirma que quanto maior é o grau de especialização maior será a sua propensão ao viés de confirmação. A razão invocada prende-se com o facto de, por se ser um especialista, tende-se a ter um quadro explicativo de uma dada realidade muito sólido e robusto e que, por conseguinte, resiste mais a novos factos que não estejam em conformidade (Pariser, 2011). Releva-se ainda que a própria experiência de um dado analista tende a ser sobreavaliada pela chefia, conforme foi retratado no estudo *“Challenges for Cognition in Intelligence Analysis”* (Trent et al., 2007).

Para além de tudo o mencionado anteriormente, encerra-se o presente capítulo com aquela que é a resposta aparentemente mais óbvia.

Existem logicamente muitas pequenas ações que podem ser feitas por todo e qualquer indivíduo para evitar a criação e a permanência no seu “filtro-bolha”. As soluções técnicas são diversas (como por exemplo utilizar motores de pesquisa que não fazem rastreamento, limitar a instalação de *cookies* de rastreamento, eliminação frequente de históricos) e existem outras soluções funcionais que podem ser adotadas (por exemplo, subscrever *newsletters* que provêm de instituições com diferentes perspectivas ou pesquisa ativa de informação proveniente de diferentes fontes).

4.4. CONCLUSÕES

“Sim, a Internet pode ser uma ferramenta extraordinária para descobrir ideias. Posso ler qualquer jornal do mundo, algo impossível há 20 anos. Mas, faça isso? Não. As possibilidades são diferentes da realidade.”

(Pariser, 2017)

O presente trabalho teve como objeto de estudo a Análise de Informações e durante o mesmo procurou-se refletir sobre a influência que o viés de confirmação poderia desempenhar na Análise de Informações na atualidade, consubstanciada na seguinte Pergunta de Partida: “De que modo pode o viés de confirmação, na atualidade, influenciar a Análise de Informações?”

No primeiro capítulo do trabalho abordou-se o enquadramento concetual associado ao raciocínio lógico e aos vieses cognitivos. Foi possível identificar que o raciocínio indutivo é aquele que mais frequentemente é utilizado em Análise de Informações, pois permite expandir a base de conhecimento existente. Contudo, a natureza das inferências que são necessárias realizar torna este raciocínio mais suscetível de vieses que podem ser de diferentes tipos: organizacionais, pessoais, culturais e cognitivos. O viés de confirmação é um viés cognitivo já muito reconhecido por diferentes trabalhos no âmbito da Análise de Informações, sendo também frequentemente caracterizado como um viés pessoal.

No segundo capítulo do trabalho refletiu-se sobre as possibilidades de reforço do viés de confirmação e o modo como podem influenciar a Análise de Informações. Tirando partido da conceptualização de Pariser em torno dos filtros-bolha, foi possível constatar como nos dias de hoje existe uma miríade de sítios na Internet que filtram a realidade com a qual cada um interage, efetuando uma constante personalização dos conteúdos que são visualizados. Foi possível identificar ainda que a presença do viés da

confirmação no seio da Análise de Informações não constitui nenhuma novidade, muito pelo contrário. Os diversos estudos caracterizados relevaram a presença deste viés como um dos principais, se não mesmo aquele que mais ocorre. Foi identificado ainda que para a sua ocorrência contribuem ainda fatores como a sobrecarga de dados ou notícias para lidar e, mais relevante, as restrições temporais para a elaboração da fase analítica em Informações. Foi possível verificar que não existem ainda estudos que afirmem que existe uma maior predisposição na atualidade das diferentes gerações para o viés de confirmação, pese embora existam autores como Pariser que o afirmam categoricamente.

No entanto, considera-se que, num plano meramente teórico, é possível que haja uma tendência crescente para a presença do viés de confirmação na Análise de Informações, e que esta tendência tem muito que ver com o facto do ciclo analítico na produção de informações ocorrer a um ritmo mais intenso nos dias de hoje.

Se o viés de confirmação não constitui novidade *per si*, os Serviços de Informações há muito que adotaram diferentes soluções para mitigarem a presença destes e de outros vieses de forma a produzirem conhecimento objetivo e o mais imparcial possível. Assim, identificam-se três domínios principais no qual os Serviços de Informações poderão trabalhar para procurar mitigar a sua influência.

Em primeiro lugar, o recrutamento. O recrutamento de pessoas oriundas de diversos quadrantes, com diferentes qualificações e perspetivas deverá ser uma tendência a reforçar pelos Serviços de Informações, potenciando assim a coexistência de diferentes perspetivas e sensibilidades no seu seio.

Em segundo lugar, a formação, seja formação inicial ou a formação contínua dos seus quadros. O reforço da formação em Pensamento Crítico e em Técnicas Analíticas Estruturadas deverá ser continuará a ser uma tendência dos Serviços de Informações de forma a aumentar as competências dos seus quadros na área da Análise de Informações, com recursos humanos mais conscientes dos raciocínios que empregam na produção analítica e de quais os erros analíticos em que podem incorrer.

Por último, a observação e ligação ao mundo académico e à investigação científica. Durante muitos anos, os Serviços de Informações fizeram uso daquilo que foram as experimentações e os estudos realizados no âmbito das ciências sociais e comportamentais, incorporando-os naquilo que eram as suas técnicas, procedimentos ou práticas, sempre

com a intenção de ter uma organização mais eficiente. Hoje em dia, muito provavelmente, este salto qualitativo terá que ser feito com um apoio reforçado da investigação nos domínios das Ciências Matemáticas e da Informação bem como em Tecnologias da Informação e Comunicação que são as que permitem a compreensão daquilo que são evoluções tecnológicas nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angwin, J. & McGinty, T. (2010). Sites feed personal details to new tracking industry. *The Wall Street Journal* [Página online]. Retirado de <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703977004575393173432219064>
- Artner, S., Richard, G. & Bruce, J. (2016). *Assessing the value of Structured Analytic Techniques in the U.S. Intelligence Community* [versão PDF]. Retirado de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1400/RR1408/RAND_RR1408.pdf
- Boxell, L., Gentzkow, M. & Shapiro, J. (2017). *Is the Internet causing political polarizations? Evidence from demographics* [versão PDF]. Retirado de <https://www.nber.org/papers/w23258.pdf>
- Department of the Army (2014). *ATP 2-33.4 Intelligence Analysis* [versão PDF]. Retirado de <https://info.publicintelligence.net/USArmy-IntelAnalysis.pdf>
- Downsett, C. (2018). *It's time to talk about organizational bias in data use* [Página online]. Retirado de <https://towardsdatascience.com/lets-talk-about-organizational-bias-in-data-use-92ba83bb2c59>
- Exército Brasileiro (2019). *Manual Técnico - Produção do Conhecimento de Inteligência* [versão PDF]. Retirado de <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3270/1/EB70MT10401.pdf>
- Farnham Street (2017). *Confirmation bias and the power of disconfirming evidence* [Página online]. Retirado de <https://fs.blog/2017/05/confirmation-bias/>
- Fidalgo, P. (2013). *Sintomatologia do Desalinhamento e Desajustamento de Sistemas de Informação*. Tese de Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação. Universidade do Minho. Retirado de https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27638/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Pedro%20Fidalgo_2013.pdf

- GoingClear Interactive (2018). *Google's first page: by the numbers* [Página online]. Retirado de <https://goingclear.com/googles-first-page-by-the-numbers/>
- Heuer Jr., R. (1999) *Psychology of Intelligence Analysis* [versão PDF]. Retirado de <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/psychology-of-intelligence-analysis/PsychofIntelNew.pdf>
- Johnston, R., 2005. *Analytic culture in the U.S. Intelligence community: An ethnographic study* [versão PDF]. Retirado de: https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/analytic-culture-in-the-u-s-intelligence-community/analytic_culture_report.pdf
- Kemp, S. (2019). *Digital 2019* [Página online]. Retirado de <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>
- National Research Council (2011). *Intelligence Analysis for Tomorrow: Advances from the Behavioral and Social Sciences*. [versão PDF]. Retirado de: <https://research.unl.edu/events/docs/Intelligence%20Analysis%20for%20Tomorrow%20NRC%202011.pdf>
- Pariser, E. (2011). *Filter Bubble. What the Internet is hiding from you*. Nova Iorque: The Penguin Press.
- Pariser, E. (2017, 20 de junho). Entrevistado por David Alandete [Página online]. *El País*. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/19/cultura/1497900552_320878.html
- Porto, R. (2017). Geração Z, os jovens que nasceram na era da internet, da crise e do terrorismo [online]. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/especiais/geracao-z-os-jovens-que-nasceram-na-era-da-internet-da-crise-e-do-terrorismo/>
- Rêgo, H. (2013). *A Inteligência dos Estados: a perspectiva do analista de informações*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Relações Internacionais. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7147/1/Tese%202014.pdf>
- Santos, L, & Lima, J. (Coord.) (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- SimilarWeb (2019a). *Top sites ranking for all categories in Portugal* [Página online]. Retirado de <https://www.similarweb.com/top-websites/portugal>

- SimilarWeb (2019b). *Top sites ranking for all categories in the world* [Página *online*]. Retirado de <https://www.similarweb.com/top-websites>
- Steward, C., 2018. *I Stopped using Google as my search Engine, Here's Why...* [Página *online*]. Retirado de <https://medium.com/digiprivacy/i-stopped-using-google-as-my-search-engine-heres-why-7a3a1b4fef81>
- Trent, S., Patterson, E. & Woods, D. (2007). Challenges for Cognition in Intelligence Analysis [Versão *PDF*]. *Journal of Cognitive Engineering and Decision Making*, 1(1), pp. 75-97. Retirado de <https://pdfs.semanticscholar.org/5695/6f28555152c0b7dfc5de7ff263680ff85190.pdf>

5.

SEGURANÇA E CONTRAINFORMAÇÃO – INSTRUMENTOS CONTRIBUINTES PARA A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES MILITARES

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva

Major de Infantaria do Exército Português

Mestre em Ciências Militares

Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército (IUM)

Investigador Integrado do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

silva.cmcrm@ium.pt

RESUMO

Numa sociedade globalizada e marcada por uma ameaça volátil, incerta, difusa e multifacetada, impera a necessidade de criar mecanismos de mitigação da mesma, numa Instituição Militar carente de processos eficientes associados à segurança militar e à contrainformação.

Neste sentido, a compreensão, concetual e operacional destes dois vetores, assume especial preponderância, tendo em conta que a contrainformação e a segurança militar são duas áreas distintas, mas interdependentes. A ação conjunta destes dois vetores devidamente alinhados e com os apoios subjacentes necessários para a profícua atividade, cria as condições para impedir ou mitigar qualquer ação hostil que vise comprometer a salvaguarda do pessoal, material, instalações e informação classificada. A proposta de recomendações direcionadas para a eficiência de processos concorre diretamente para uma cultura de segurança institucional que se pretende sustentada.

Para atingir este desiderato, efetuou-se uma investigação com base num raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa, através de uma

análise documental e de conteúdo, com recurso a entrevistas a especialistas com experiência operacional.

Do estudo, foi possível concluir que uma mudança cultural de educação dos militares, a par de uma consciencialização por parte dos comandantes e decisores, catalisa o desenvolvimento de ações ao nível organizacional, estrutural, de processos e procedimentos, que contribuirão para a eficiência e contributo das atividades de segurança militar e da contrainformação em prol do cumprimento das missões militares.

Palavras-chave: Segurança Militar, Contrainformação, Eficiência, Ambiente Operacional

ABSTRACT

In a globalized society marked by a volatile, uncertain, diffuse and multifaceted threat, there is a need to create mechanisms to mitigate it, in a military institution lacking efficient processes associated with military security and counterintelligence.

Therefore, the conceptual and operational understanding of these two vectors is especially important, given that counterintelligence and military security are two distinct but interdependent activities. The joint action of these two vectors, properly aligned and with the underlying supports necessary for the fruitful activity, creates the conditions to prevent or mitigate any hostile action aimed at compromising the safeguarding of personnel, material, facilities and classified information. The proposal of recommendations directed to the process efficiency contributes directly to a sustained institutional security culture.

To achieve this goal, an investigation based on deductive reasoning, embodied on a qualitative strategy, was carried out through a documentary and content analysis, using interviews made to experts with operational experience.

From the study, it was possible to conclude that a cultural change in military education, together with an awareness on the part of commanders and decision makers, catalyzes the development of actions at the organizational, structural, processes and procedures level, which will contribute to the efficiency and contribution of military security activities and counterintelligence, to the fulfillment of military missions.

Keywords: Military Security, Counterintelligence, Efficiency, Operational Environment

5.1. INTRODUÇÃO

“Todos têm direito à liberdade e à segurança”

Constituição da República Portuguesa

A reflexão que se pretende efetuar com este ensaio, procura contribuir de forma complementar, para o incremento da sensibilidade e atenção que as instituições militares e civis por vezes carecem, nomeadamente no que respeita à cultura institucional de uma mentalidade efetiva de Segurança, através não só, dos procedimentos, mas também dos processos e princípios associados a este estado ou percepção de sentimento.

Ao falarmos de percepção ou sentimento, assume-se primordial a correlação existente com a definição de Segurança Nacional (SN), assumida pelo Instituto de Defesa Nacional, como sendo:

[...] “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”. (IDN, 2015, p. 5)

Não obstante, segundo Carvalho (2009, p.1) trata-se de uma definição “abrangente que, porém, não enfatiza as ameaças”.

No mesmo sentido, Nogueira (2005, pp. 77-78) considera que o conceito de Segurança a um plano de emprego de nível estratégico, poderá ser melhor definido como “um acontecer-fazer em que se garante a dialética de liberdades de ação, de vontades e de forças de uma dada sociedade, enquanto racionalidade social estratégica, face a um outro hostil (ameaça), ou aos riscos que o ambiente estratégico configure”.

O nível de análise concetual, porém, é fator catalisador de discórdia e divergência, no que respeita ao sentimento que advém da Segurança e das atividades desenvolvidas tendo em vista o alcançar deste estado percetivo. A discordância concetual entre Segurança e Defesa, de acordo com Ribeiro (2011, p. 14), tende a “dificultar a cooperação entre os diversos produtores estatais de segurança, e promove a competição por recursos e protagonismo, com potencial prejuízo para a ação estratégica de combate às ameaças, particularmente às transnacionais”.

Por conseguinte, importa considerar o conceito de Defesa, como sendo “uma atividade de dimensão externa e interna, de natureza civil e militar, estatal e não-estatal, coletiva e individual, que tem por objetivo garantir a SN” (Vieira, 2014, p. 275). Daqui se pode inferir que as atividades militares desenvolvidas no âmbito da segurança militar e da contrainformação concorrem no âmbito das suas missões e possibilidades para este sentimento de Segurança Nacional.

A reflexão aprofundada sobre o papel que a segurança militar e a contrainformação no seio das Forças Armadas assume maior preponderância, quando se identifica no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que os respetivos sistemas com responsabilidade de produzir informações, são incontornáveis “instrumentos de identificação e avaliação das ameaças e oportunidades, em cenários voláteis e complexos” (CEDN, 2013, pp. 2-8).

O mesmo documento salienta que “o novo ambiente de segurança, as novas condições financeiras e as exigências das alianças externas obrigam a uma capacidade de resposta diferente das Forças Armadas...” e que “assume grande relevância a definição de uma estratégia integrada civil e militar, indispensável para fazer face às ameaças e riscos atuais” (CEDN, 2013, p. 13).

A evolução social e das sociedades, no que respeita à globalização, expansão tecnológica, o ciberespaço, os acordos securitários, as alterações climáticas e os próprios fluxos migratórios, trouxeram no âmbito da segurança e defesa, um conjunto de desafios associados à mitigação de uma ameaça (Herman, 1996, pp. 9-16). Nesta conformidade, verifica-se que a tipologia das ameaças transnacionais, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, o crime organizado, a cibercriminalidade, os riscos ambientais e a espionagem, faz com que se exija respostas e estratégias multissetoriais integradas (GRESI, 2015, p.13).

É salientado no documento enquadrante de políticas de Segurança e Defesa nacional, que para garantir os objetivos permanentes do Estado - defesa dos valores constitucionais, a garantia da soberania, da independência nacional e da integridade territorial, a segurança dos cidadãos e a sua liberdade individual e política – deve:

- “Ser assegurada uma capacidade dissuasora, reforçada pelo quadro de alianças, suficiente para desencorajar as agressões ou para restabelecer a paz, em condições adequadas para o interesse nacional;

- Consolidar uma estrutura militar como meio essencial de demonstração da capacidade de defesa do Estado e da determinação

coletiva no exercício da soberania nacional;

– Articular de forma eficiente meios civis e militares, de forma a garantir uma capacidade de resposta integrada a agressões ou ameaças à Segurança Nacional.” (CEDN, 2013, pp. 2-8)

Neste sentido, pode-se, pois, inferir que as Informações Militares, *in lato sensu*, são atividades de coprodução contributiva para a Segurança Nacional. De certa maneira, os Estados foram obrigados a repensar e adequar os conceitos de Segurança e Defesa, numa perspectiva de mitigar riscos e garantir a paz, e às Forças Armadas, passaram a exigir-se novas capacidades, novas estruturas, maior flexibilidade, de modo a garantir um maior e mais direto empenhamento em missões de segurança interna (GRESI, 2015, p. 31).

A atualidade e relevância deste assunto recrudescer ainda mais, num momento em que se constata uma deslocalização física global do espaço utilizado por uma ameaça, que deixa de atuar em campos abertos e em desertos, para se enraizar na população imiscuindo-se no seio dos diversos quadrantes sociais da nossa sociedade. Inevitavelmente, tem que se compreender, que deste fator advém consequências e desafios que devem ser contemplados nos processos e procedimentos de segurança militar, pois o emprego de forças militares, será cada vez mais efetuado em ambientes operacionais de cariz urbano, assumindo, deste modo uma necessidade de adaptação e compreensão da situação ao “terreno humano” onde as operações decorrem (Baker, 2007).

Assim, de entre as missões das Forças Armadas está induzida a participação na segurança interna em missões de luta contra o terrorismo transnacional e tráfico de estupefacientes, coordenando-se a sua ação com as Forças e Serviços de Segurança (GRESI, 2015, p.31).

Face à amplitude do conceito de ameaça em si, procura-se neste estudo convergir a análise da ameaça para um contexto militar, onde o contributo e alcance dos meios, capacidades e missões militares possam efetivamente influenciar. Assim, e mantendo as orientações políticas como princípio base de identificação das ameaças, será efetuado um exercício de restabelecimento e ajuste à realidade e desafios que se colocam no seio das Forças Armadas.

Face à pertinência e atualidades destas matérias de segurança, na sociedade em geral, e na Instituição Militar em particular, considera-se relevante a reflexão prática destes dois conceitos intrinsecamente ligados e de impossível dissociação: *Segurança Militar e Contrainformação*.

Neste sentido, por ser um tema atual e de pertinente reflexão é Objetivo Geral (OG) deste artigo: *Propor contributos para a eficiência do emprego e dos produtos associados às vertentes da Segurança Militar e Contrainformação, enquanto vetores contribuintes para as missões das Forças Armadas e consequentemente para a Segurança e Defesa Nacional.*

Para cumprir o OG e para facilitar a sua abordagem, formularam-se três Objetivos Específicos (OE), de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Objetivos específicos

OE	Descrição
1	Caracterizar o ambiente operacional associado à atividade militar.
2	Compreender o emprego concetual e operacional da Segurança Militar e da Contrainformação nas organizações militares.
3	Avaliar o impacto e contributo real da Segurança Militar e da Contrainformação no desenvolvimento das atividades militares.

Por forma a colmatar o desiderato originado pelo OG e orientar o presente estudo, foi definida a seguinte Questão Central (QC): *Quais os contributos para a eficiência do emprego da Segurança Militar e da Contrainformação nas organizações militares?*

Para criar as condições para atingir uma resposta objetiva à QC, identificam-se as seguintes Questões derivadas (QD):

Tabela 2 – Questões Derivadas

QD	Descrição
1	Como se caracteriza o ambiente operacional associado à atividade militar?
2	Qual o enquadramento concetual e operacional da Segurança Militar e da Contrainformação nas organizações militares?
3	De que modo se avalia o contributo da Segurança Militar e da Contra informação nas organizações militares?

Assim, propõe-se inicialmente compreender e caracterizar o ambiente operacional envolvente onde se desenvolvem as atividades de contrainformação e segurança militar. Pretende-se, com este capítulo, identificar as características do meio que poderão impactar ou condicionar o emprego do instrumento militar, através de um especial enfoque na ameaça.

Após a caracterização dos fatores influenciadores da conduta operacional dos processos de segurança militar e de contrainformação, importa compreender, numa vertente concetual de que modo estas duas áreas se correlacionam tendo em vista os seus objetivos e papel individual.

A concetualização e caracterização organizacional nas Forças Armadas assume nesta fase um relevante enfoque. Feita a consolidação dos princípios concetuais e dos colocados em prática na organização, será feita uma análise consubstanciada pelas entrevistas realizadas.

Após a reflexão sobre os dados apresentados, estão reunidas as condições para deduzir as conclusões, onde se faz uma análise de toda a investigação, nomeadamente até que ponto o objetivo geral foi atingido. São também, com base nas reflexões conclusivas, apresentadas algumas perspetivas de possíveis atividades a desenvolver no âmbito prático da segurança militar e da contrainformação.

5.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL

Este capítulo, dedicado à revisão da literatura, propõe apresentar o estado da arte relativamente ao tema em estudo e qual o modelo de análise proposto.

5.2.1. Revisão da literatura

5.2.1.1. Concetualização do Ambiente Operacional

“O ambiente de segurança é complexo pelo processo de globalização, pelos atores envolvidos, pela tipologia das ameaças e pelo ambiente de governance da própria segurança.”

(GRESI, 2015, p.36)

De acordo com a doutrina nacional, o ambiente operacional é o conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do comandante. Por conseguinte, para além de todos os sistemas inimigos, adversários, amigos e neutrais dentro do espectro do conflito, inclui também o entendimento do ambiente físico, da governação, da tecnologia, dos recursos locais e da cultura da população local (EME, 2012, p. 1-1).

O aprofundamento da Política Comum de Segurança e Defesa no quadro da União Europeia (UE), nomeadamente através da geração de capacidades militares próprias, almeja responder à necessidade do empenhamento europeu em assumir um papel ativo na segurança internacional (MDN, 2014, p.5).

Os efeitos e as ações locais passaram a extravasar as fronteiras dos Estados, passando a produzir efeitos externos e vice-versa. Os processos

de globalização tornaram os Estados mais dependentes da ação de certas organizações regionais de segurança e defesa. O diagnóstico atual da segurança interna dos Estados revela-se preocupante, pelas ameaças desterritorializadas, de natureza ambígua e difusa, pelos agentes do crime “sem rosto”, pela criminalidade organizada, que sem dúvida, aumentam quer o risco real, quer a sua respetiva perceção social (GRESI, 2015, p.27-28).

O recrudescimento de ameaças de tipo convencional passível de alterar os anteriores equilíbrios junto às fronteiras europeias obriga a que se melhore a capacidade de dissuasão, de previsão e de antecipação de comportamentos que possam indiciar a materialização de ameaças à segurança das fronteiras europeias. Apenas será possível atingir este desiderato, através da partilha de informação e da unidade de esforço ao nível da vigilância, controlo e intervenção nos espaços de interesse, onde se inclui o espaço da Aliança Atlântica (MDN, 2014, p.5).

A profunda crise económica e financeira mundial que, afetando sobretudo os EUA e o espaço da UE, colocou o *ocidente* perante o dilema de terem, por um lado, de promover um maior esforço no sentido do reforço e da consolidação dos mecanismos de segurança cooperativa, e por outro, reduzir os respetivos orçamentos de defesa, com a conseqüente criação de vulnerabilidades coletivas. Neste sentido, procuram-se desenvolver mecanismos para a criação de parcerias multinacionais bem como para a adoção de uma abordagem holística nas respostas a crises, articulando de forma gradual meios civis e militares, que permitam obter sinergias, através da partilha de capacidades (MDN, 2014, p.5).

O novo ambiente estratégico, ao mesmo tempo que renova as preocupações com as ameaças tradicionais clássicas de cariz militar às fronteiras de segurança, como a europeia, fez surgir fatores de instabilidade traduzidos em novos perigos e potenciais ameaças, de que as ações de terrorismo transnacional são um trágico exemplo. Esta realidade, incidindo, potencialmente, sobre infraestruturas críticas, é passível de causar perturbações ao fornecimento de bens de primeira necessidade, gerar insegurança e provocar a perda de confiança nas instituições, afetando o normal funcionamento da sociedade e do Estado de Direito (MDN, 2014, p.9).

A articulação da componente militar da defesa nacional com outros organismos do Estado, em reforço e complemento, revela-se fundamental para a geração de alertas e para a interseção dos vetores de ação. Neste âmbito, destacam-se as capacidades que se centram na edificação de

conhecimento situacional, no aviso antecipado, na proteção e na atuação em profundidade, bem como o apoio militar (MDN, 2014, p.13).

A tipologia dos novos conflitos tornou-se, por isso, mais complexa, e a própria natureza do emprego de forças militares encontra-se em transformação, visando adequar-se aos desafios dos novos cenários e à evolução tecnológica, tendo em conta o seu impacto na doutrina militar. Para tal, releva o facto de que qualquer ameaça só pode ser eficazmente combatida se mantida à distância e sob vigilância, o que requer uma abordagem conceptual visando desencorajar (dissuadir), detetar, condicionar, controlar e neutralizar (MDN, 2014, p.16).

Estudos e cenarização do futuro ambiente operacional revelam que este será caracterizado por ser complexo, ambíguo e com um largo espectro de ação, muito potenciado pelo aumento da urbanização, da globalização e interligação materializada pela multidimensionalidade da internet. Referem ainda que a evolução difusa do futuro ambiente operacional, torna a análise da ameaça, um desafio à imaginação, na medida em que o seu espectro de ação e de meios disponíveis tende a aumentar de forma significativa. Neste sentido, assume-se que para fazer face a estes desafios deverão ser encetados esforços para criar mecanismos que garantam flexibilidade, adaptabilidade e resiliência (MoD UK, 2015, p. 1–5).

5.2.1.2. Ameaça

O conceito de ameaça, ao contrário dos de Informações e Segurança, carece de um aprofundamento académico. Tal como foi possível compreender anteriormente, o CEDN salienta que no âmbito da defesa do território e da segurança dos cidadãos, para neutralizar as ameaças e riscos transnacionais, deve ser consolidada uma estrutura militar como meio essencial de demonstração de capacidade de defesa (...) e articulada de forma eficiente meios civis e militares, que permitam garantir uma capacidade de resposta integrada a agressões ou ameaças à segurança nacional (CEDN, 2013, p. 43).

Neste seguimento, e de acordo com Cardoso (2004, p. 265) a política de defesa nacional tem por finalidade a segurança nacional, que se traduz na preservação da sobrevivência e da independência da nação contra todas as formas de ameaça. Nesta conformidade, importa compreender que ameaça é qualquer acontecimento ou ação, de natureza variada e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objetivo e que, por norma, é causador de danos materiais ou morais (Couto, 1988).

Por outro lado, é identificada como sendo um perigo específico que pode ser medido com alguma precisão, a partir de uma análise da capacidade de um adversário concretizar um ato hostil e da vontade que mostra em a utilizar (Rodrigues, 2013). Numa definição formal, por ameaça entende-se como sendo um perigo iminente que pode causar danos graves, mas que ainda não o concretizou (vocabulary, 2019). Face à relevância concetual sobre este conceito de ameaça, importa necessariamente aprofundar a reflexão sobre o mesmo. Das definições apresentadas, encontra-se consensualidade na existência inequívoca de uma necessária intenção e capacidade para a executar, ou seja, traduzindo este conceito de forma matemática, seria a seguinte equação:

Ameaça = Intenção + Capacidade

No entanto, face à evolução do próprio ambiente operacional, esta equação, em prol de uma maior capacidade de abrangência e mitigação da ameaça, identifica em aditamento o vetor oportunidade (Thaddeus, 2017), como se representa na Figura 1.

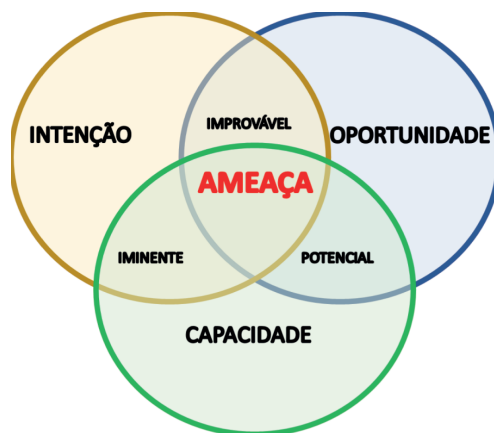


Figura 1 – Enquadramento da Ameaça

Assim, constituindo-se a ameaça como objeto de estudo quer para a segurança miliar quer para a contrainformação, pode-se deduzir que uma ameaça perante a análise conjugada destes três vetores, poderá permitir efetuar uma avaliação mais ajustada do modo e da relevância com que esta deve ser mitigada. Será, pois, o vetor da *oportunidade* aquele que a

segurança militar se irá focar, ao invés da contrainformação que incidirá o seu esforço nos remanescentes.

Importa assim, e de acordo com a doutrina nacional, particularizar a possível gênese de onde pode originar a ameaça (EME, 2009, p. 1-4):

- (i) Serviços de Informações Hostis;
- (ii) Organizações, grupos ou indivíduos subversivos;
- (iii) Organizações, grupos ou indivíduos terroristas;
- (iv) Unidades Especializadas do inimigo, tais como Forças Especiais;
- (v) Vigilância e reconhecimento aéreo, marítimo e terrestre, através de imagens e dispositivos de recolha de informações, incluindo satélites;
- (vi) Organizações e grupos criminosos;
- (vii) Indivíduos sem intenções claramente definidas.

A ameaça manifesta-se nas seguintes áreas: Terrorismo, Espionagem e/ou outras atividades de informação, Subversão e outras formas de neutralização do pessoal, Sabotagem do material e instalações, Crime Organizado e Agitação Social (TESSCO+AS) (EME, 2013, , p. 1-4). Por outro lado, o SEGMIL 1 (EMGFA, 1986), considera apenas as atividades de Terrorismo, espionagem, Subversão e Sabotagem, como os vetores de exploração da ameaça. Para efeitos deste estudo e tendo em consideração o ambiente operacional contemporâneo, julga-se adequado e ajustado incluir a estas as matérias associadas ao Crime Organizado.

Iremos de seguida aprofundar estes mesmos aspetos, através da desconstrução concetual dos mesmos. Assim sendo:

(i) Terrorismo

Segundo Cardoso (2004), é o emprego, ou ameaça do emprego, da violência com fins políticos ou outros. Não obstante, na doutrina atual das Forças Armadas consiste no “uso ou ameaça de uso ilegal de força ou violência contra indivíduos ou propriedade numa tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades com a finalidade de alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos” (EMGFA, 1986). No mesmo sentido, constata-se que o terrorismo, apesar de ser efetivamente uma extensão da subversão, globalizou-se de tal modo, que deve ser analisado como uma ameaça por si só (EME, 2009, p. 1-7).

(ii) Espionagem

A espionagem pode ser descrita como um método utilizado pelos serviços de informações hostis, para obter informação que compromete a segurança nacional (EME, 2013, p. 1-4). De igual modo, e numa perspetiva mais holística, é definido como uma atividade de pesquisa de notícias,

por meios clandestinos ou encobertos em território adversário ou potencialmente hostil, desenvolvido por serviços de informações privados, partidários ou de Estado (...) ou por movimentos de âmbito internacional (Cardoso, 2004, p. 267). Numa perspetiva mais redutora do conceito, pode ser vista como a atividade que visa a recolha de notícias ou informações, por métodos clandestinos.

(iii) Sabotagem

É qualquer ação ou omissão deliberada realizada com intenção de destruir, danificar ou interferir com instalações, material, registo de notícias, recursos humanos ou naturais, a fim de enfraquecer o potencial político, económico ou militar de uma nação ou aliança de nações potencialmente hostis ou qualquer organização subversiva hostil (Cardoso, 2004, p. 267). No mesmo sentido, pode ser também considerado como a destruição, ruína ou avaria intencional de material classificado, instalações militares ou destruição intencional de informação classificada, por elementos com fins hostis (EME, 2013, p. B-5). Considera-se ainda como sendo a destruição de pontos importantes ou materiais, nas operações conduzidas por Forças Especiais ou grupos de apoio local (EME, 2009, p. 1-2).

(iv) Subversão

É uma ação destinada a desviar a lealdade do pessoal, com o objetivo de o tornar indiferente, desafeto, ou mesmo, de o levar a cooperar com um elemento hostil. Um ataque à lealdade de um indivíduo ou grupo, é uma ação perturbadora, difícil de detetar ou contrariar. As ações de subversão conduzidas por elementos hostis internos ou externos, atuais ou potenciais, procuram minar o moral do pessoal que serve nas fileiras do Exército, criar a desordem e fomentar a hostilidade, a deserção, a traição, a espionagem e a sabotagem (EME, 2013, p. B-6). No mesmo sentido, Cardoso (2004, p.267) refere que é a ação destinada a minar o moral, a lealdade ou a confiança dos cidadãos de uma Nação com o intuito objetivo de enfraquecer o seu potencial político, económico ou militar.

(v) Crime Organizado

Consiste nas ações desenvolvidas por organizações de natureza criminosa, estruturadas em rede, possuindo um ou mais líderes e várias unidades ou subsistemas subordinados, espalhados num vasto território. O objetivo desta atividade é obter ilegalmente, alguma forma de poder ou capacidade persuasiva, através de influências ou dinheiro, desrespeitando as leis democráticas instituídas. Estas organizações podem ainda desenvolver atividades de contrabando, tráfico de drogas e de pessoas, numa escala que

pode pôr em perigo a segurança nacional e militar de um país (EME, 2009, p. 1-2; EME, 2013, p. 1-7).

5.2.1.3. Contrainformação

De acordo com a doutrina em vigor nas Forças Armadas, a contrainformação define-se como sendo as atividades destinadas a identificar e neutralizar as ameaças à segurança realizadas por serviços de informações hostis e organizações ou indivíduos envolvidos em ações de espionagem, sabotagem, subversão e terrorismo (EMGFA, 1986).

No mesmo sentido, Cardoso (2004, p.265) designa este conceito como o conjunto de atividades que visam neutralizar ou destruir a eficiência dos serviços de informações hostis, através de medidas ativas e passivas²⁸.

Não obstante ao anteriormente referido, constata-se que de acordo com Menezes (2012, p. 47) a contrainformação é a função da *intelligence* (Informações) que tem como principal racional, a proteção das capacidades de obtenção e produção de informações contra as atividades desenvolvidas por serviços de informações hostis. Realça ainda, o facto do seu objetivo se materializar pela degradação das capacidades de pesquisa e análise de informações do adversário, primeiramente, através da negação do acesso do adversário a determinada informação – via medidas de segurança e de contraespionagem – e em segundo, através das operações de decepção, que introduzem inputs falsos ou informação deliberadamente enganadora para que os sistemas adversários cheguem a conclusões incorretas acerca das capacidades, intenções e ações em relação ao seu alvo” (Menezes, 2012, p.47-49).

A doutrina militar nacional em convergência com a da OTAN, define contrainformação como o conjunto de atividades relacionadas com a identificação e neutralização da ameaça à segurança, constituída por serviços de informações e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo. Enquanto o comandante necessita das melhores informações possíveis sobre as capacidades e intenções do inimigo tentará, também, negar ao inimigo a oportunidade de obter notícias e informações sobre as capacidades, dispositivos e intenções

²⁸ Entre as medidas defensivas incluem-se a segurança das operações, do pessoal, do material e instalações, a camuflagem, entre outros. Já no que respeita às medidas ofensivas, abrangem as atividades de contra reconhecimento, contraespionagem, contra sabotagem, contrassubversão e programas de decepção, entre outros (Cardoso, 2014, p. 265)

das forças amigas, bem como das suas ações prováveis e vulnerabilidades (EME, 2009, p.1-1; NATO, 2016, p. 8-1).

Daqui se pode inferir, que a contrainformação incide a sua atividade no que respeita às medidas ativas, nos serviços de informações hostis, procurando afetar a sua capacidade de obtenção de informações, isto é, reduzindo as possibilidades de obtenção de uma vantagem. De igual modo se pode deduzir, que no âmbito das medidas passivas, o foco é direcionado para os processos associados à salvaguarda das condições essenciais e necessárias para o cumprimento das missões, tal como se esquematiza na Figura 2.

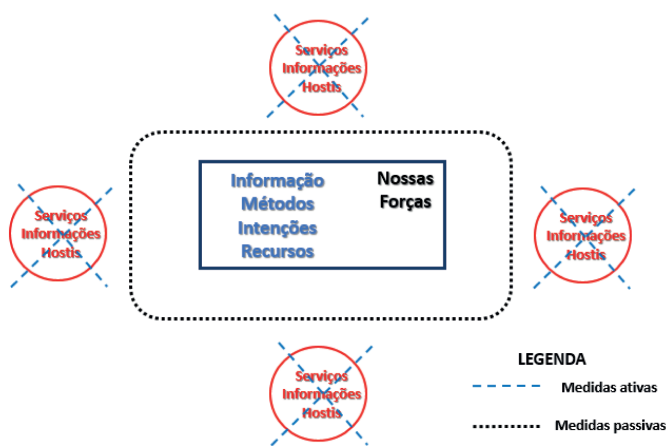


Figura 2 – Esquema interpretativo dos diferentes focos associados às tipologias de medidas de Contrainformação

Fonte: Adaptado de Menezes (2019).

Face ao exposto, consegue-se estabelecer uma interdependência muito próxima entre o que se entende por atividades de contrainformação e de segurança militar, ou seja, o racional subjacente ao emprego de medidas de segurança prevê uma compreensão situacional no que respeita à ameaça.

Nesta conformidade, deduz-se que assume a contrainformação esta necessidade através da identificação e neutralização da ameaça constituída por elementos do ISTAR inimigo. De igual modo, deve negar, a informação ao inimigo e apoiar a preservação e proteção das forças aliadas. O processo associado à contrainformação, identificará as vulnerabilidades das forças amigas à obtenção de notícias e informações por parte do inimigo e, assim, poderá apoiar as operações de segurança, a contra vigilância e o Plano de Deceção (EME, 2009, p. 1-2).

Na Figura 3, identifica-se o Ciclo de contrainformação, onde os passos *identificação*, *penetração* e *exploração* encetam o esforço na neutralização agressiva das tentativas hostis focadas por um lado, no conhecimento das nossas atividades, possibilidades e intenções, e por outro, ao possível desencadeamento de ações de subversão do pessoal ou de sabotagem.

No que respeita aos passos interdição e divulgação, são as fases onde após clarificação da ameaça, se procura resguardar as nossas atividades, possibilidades e intenções das atividades de informações hostis, assegurando medidas que protejam o pessoal, o material e as instalações.



Figura 3 – Ciclo da Contrainformação

Fonte: Adaptado de Hulnick (2006) & Menezes (2019).

Não sendo consensual os passos associados ao processo da atividade de contrainformação, considera-se o modelo da Figura 4, onde claramente se identifica um conjunto de fases associadas às medidas ativas e outro às medidas passivas ou de segurança, como um racional exemplificativo à complementaridade e interdependência que se deve ter em conta na análise deste estudo.

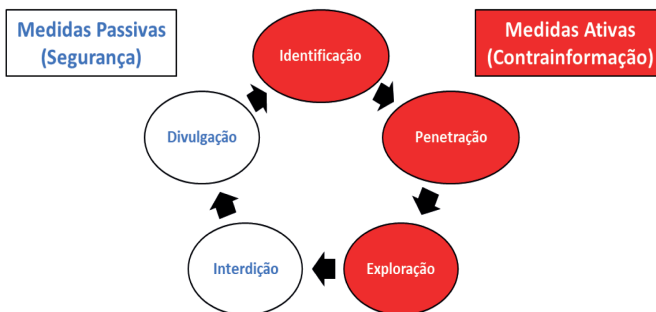


Figura 4 – Medidas ativas e passivas associadas ao Ciclo da Contrainformação

Fonte: Adaptado de Hulnick (2006) & Menezes (2019)

Ao analisar a Figura 4 pode-se identificar que os passos da *identificação*, *penetração* e *exploração*, como as fases que incidem ou se focalizam sobre a ameaça. Por outro lado, as fases *interdição* e *divulgação*, o foco recai sobre os procedimentos a desenvolver na organização tendo em conta a dissuasão, deteção e detenção de uma intenção hostil. Estas três ações constituem de certa forma, os três desígnios a almejar pela segurança militar, cujo aprofundamento concetual se fará no ponto seguinte.

5.2.1.4. Segurança Militar

A palavra “segurança” tem origem no latim, língua na qual significa “sem preocupações”, e cuja etimologia sugere o sentido “ocupar-se de si mesmo” (*se+cura*) (Matos, 2005, p.1). Não obstante, o facto de a etimologia permitir um aceitável contexto de ação política, não permite a sua objetivação num contexto militar. Assim, procurando convergir numa aplicabilidade militar, importa lembrar um conceito de Aquilino, no século XIII onde relacionava a segurança como “um mal a evitar”. Por conseguinte, podemos inferir que segurança é a ausência de risco, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro, em que risco é qualquer fator que diminui a previsibilidade e a certeza quanto ao futuro (Matos, 2005, p.1).

A segurança é a procura da libertação relativamente à ameaça (Garcia, 2006, p. 341). Com a globalização, as fronteiras territoriais tornaram-se permeáveis às novas ameaças, pelo que o antigo conceito de segurança, baseado na defesa territorial e nas respetivas fronteiras, deixou de ser ajustado. O carácter global e transnacional das novas ameaças deu origem a um ambiente estratégico mais complexo. O novo conceito de segurança teve necessariamente que evoluir, alargando-se a outras dimensões, e tornando-se, por conseguinte, mais abrangente. Neste novo conceito a defesa desterritorializa-se, sendo necessário atuar além-fronteiras, onde as ameaças se criam e desenvolvem (Roboredo, 2011, p.6).

O desenvolvimento de novas perspetivas do conceito de segurança não impediu que a abordagem tradicional se adaptasse ao recente contexto do sistema internacional, decorrente do surgimento de novas ameaças de natureza transnacional, e a conseqüente emergência da cooperação internacional. No entanto, o Estado ainda é o principal detentor da segurança num sentido mais tradicional, pelo uso legítimo da força, com fim a impedir o desenvolvimento de uma ameaça (Buzan et al., 1998 cit. Silva et al., 2009).

Assim,

[..]” constata-se que o processo de securitização se encontra mais institucionalizado no setor militar. Com a institucionalização do monopólio da força pelo Estado moderno, as elites militares tornaram-se porta-vozes legais das ameaças à segurança nacional. Na área militar, o Estado será, portanto, o principal objeto de referência no campo da segurança, e as elites militares conformarão os principais atores securitizadores”. (Wæver et al., 1998 cit. Silva et al., 2009)

Num contexto militar, a Segurança, porquanto denominada de Segurança Militar assenta numa base conceitual focada num emprego tático dos próprios meios e processos. Neste sentido e em *stricto sensu*, pode ser definida como sendo o conjunto de medidas ativas e passivas, implementadas numa Unidade, Estabelecimento ou Órgão militar com a finalidade de prevenir, detetar e neutralizar qualquer atividade que possa colocar em causa a salvaguarda do pessoal, material, instalações e tratamento de informações (EME, 2013, p. B-6). No mesmo sentido, a norma reguladora de segurança militar nas Forças Armadas, o SEGMIL 1, define como o conjunto de medidas ativas e passivas, implementadas numa U/E/O com a finalidade de prevenir, detetar e neutralizar qualquer atividade que possa colocar em causa a proteção e salvaguarda do pessoal, material, instalações e da informação classificada. Neste particular, importa destringir que as medidas ativas e passivas identificadas nesta definição, em nada se confundem com as referidas anteriormente no âmbito da contrainformação, mas sim, tendo em conta a tipologia de ação direta ou indireta. Assim, as medidas ativas devem ser tidas como o conjunto de procedimentos que visam dissuadir, detetar e deter qualquer ação hostil que possam comprometer a Segurança Militar (e.g. Sentinelas, vedações, etc). Por outro lado, medidas passivas são o conjunto de processos, procedimentos e meios que visam prevenir de modo indireto, qualquer ação hostil (e.g. normas reguladoras de procedimentos, planos de segurança, etc) (EME, 2013, p. 1-2).

Face aos desafios associados ao ambiente operacional e social onde as forças militares se inserem, importa adequar, e atualizar de forma permanente, os processos, doutrina, recursos, estruturas entre outros a esta realidade difusa e volátil. Por toda a conjuntura associada à condição e atividade militar assume especial relevância a consciencialização e compreensão dos procedimentos para fazer face à ameaça.

O emprego da correta implementação de medidas de segurança pode impactar com todos os vetores de atuação militar, ou seja, a transversalidade da Segurança vinca a relevância da mesma, na medida em que abrange e influencia o normal funcionamento das atividades relacionadas com

matérias do Pessoal, Logística, Informações, entre outras, decorrentes e convergentes para o sucesso da missão.

A solidez da formação base militar, assenta num conjunto de valores, nos quais para este efeito, destaca-se a disciplina. A disciplina na postura e no cumprimento de procedimentos decorrentes do próprio ser e estar na instituição militar assume relevância e distinção quando comparada com qualquer outra organização. Neste sentido, e tendo em conta, que o vetor humano é central no que respeita à segurança militar, importa neste estudo compreender que tal como foi referido anteriormente, a ameaça pode assumir-se, através de diversos tipos de atores e cujas repercussões no âmbito da segurança militar podem ser enquadradas da seguinte maneira (Leblanc, 2019):

(i) *Violação de Segurança* são ações ou omissões relevantes que violam as regras de segurança ou requisitos definidos;

(ii) *Quebra de segurança* são ações ou omissões que violam as regras de segurança ou requisitos definidos e que tenham colocado em perigo ou comprometido informação classificada;

(iii) *Comprometimento* é o conhecimento parcial ou total de informação classificada por um sujeito sem a adequada credenciação ou acesso autorizado, incluindo informação extraviada.

Para mitigar estas situações a segurança militar rege-se pelos princípios enquadrantes na Figura 5:



Figura 5 – Princípios da Segurança Militar

Fonte: Adaptado de Silva (2013).

Ao atendermos a estes princípios poderá estruturar-se num encadeamento lógico todos os procedimentos necessários para planear, tendo em conta que:

(i) A existência de um *controle centralizado* permite por um lado, melhor aproveitamento dos meios e acompanhamento permanente da situação e por outro, a coerência e uniformização necessária na definição de regras e requisitos;

(ii) *Objetividade* necessária para fazer face às capacidades, possibilidades e intenções hostis priorizando de acordo com o risco identificado;

(iii) As medidas a adotar deverão procurar cobrir o maior espectro possível de ação hostil, assumindo um racional de *estaqueidade* assente em garantir os objetivos mais sensíveis no centro do dispositivo de segurança;

(iv) Assegurar a *oportunidade* nas medidas a implementar, de modo a possuir capacidade de resposta à volatilidade característica da ameaça contemporânea;

(v) Ajustar os planos e medidas previstas, aos recursos, materiais e humanos da *atualidade*;

(vi) Garantir *interoperabilidade* entre os meios adstritos à segurança, nomeadamente no que respeita aos meios supletivos eletrónicos em apoio ao recurso humano.

Não obstante, aos princípios intrínsecos à própria conduta da segurança militar, identificam-se um conjunto de ações complementares que devem ser desenvolvidas em consonância com a contrainformação, como premissas basilares:

(i) *Avaliação da ameaça* – estudo elaborado no sentido da identificação de intenções e capacidades hostis que permitam mitigar vulnerabilidades e/ou comprometimentos à Segurança Militar em todas as suas vertentes;

(ii) *Necessidade de conhecer* – princípio regulador do acesso a informação classificada sob a premissa do seu conhecimento ser decorrente e necessário para o cumprimento das suas tarefas ou missões;

(iii) *Instrução* – definição de um conjunto de instruções a um indivíduo sobre normas e procedimentos a adotar no âmbito da segurança militar, essenciais para a construção de uma “mentalidade de segurança” institucional;

(iv) *Supervisão* – processo de acompanhamento e avaliação da implementação de medidas de segurança.

Neste desiderato, e revisitando o conceito de segurança militar, importa compreender e uma vez mais salientar que esta, deve ser vista como o conjunto de medidas que visam a salvaguarda da organização, dos processos e das atividades, necessárias para o cumprimento da missão, ou seja, visam a proteção de pessoal, material, instalações e da informação classificada.

As ameaças à Segurança Militar, referidas anteriormente, constituem os princípios orientadores para a implementação de medidas ativas e passivas, a desenvolver em permanência nas organizações militares. Estas medidas, que no seu todo constituem a segurança militar, dividem-se de acordo com a doutrina nacional (que se encontra em sintonia com a OTAN) em quatro grupos distintos, nomeadamente:

(i) *Segurança da informação* – consiste na aplicação de medidas gerais de proteção e de procedimentos, tendo em vista a prevenção, deteção e recuperação da perda ou comprometimento da informação (EME, 2013, p.6-1);

(ii) *Segurança do pessoal* – conjunto de medidas destinadas a evitar que o inimigo interno ou externo, atual ou potencial, consiga subverter o nosso pessoal, desviando a sua lealdade com a finalidade de o tornar indiferente, desafeto ou, até, de obter a sua colaboração (EME, 2013, p. B-6);

(iii) *Segurança física* - conjunto de medidas que por um lado, englobam um aspeto individual, respeitante à proteção de cada um, em serviço ou não, dentro ou fora das instalações militares, e um aspeto coletivo, referente, especialmente, à segurança das instalações em que os militares trabalham (EME, 2013, p. B-6);

(iv) *Segurança dos Sistemas de Informação e Comunicações (SIC)* - consiste na aplicação de medidas de segurança e procedimentos, com o objetivo de proteger a informação processada, guardada ou transmitida em meios de Comunicações e Sistemas de Informação, contra a perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação por causas acidentais ou deliberadas, assim como da integridade e disponibilidade dos próprios sistemas (EME, 2013, pp. B-3, B-4).

Na realidade, é impossível compartimentar as medidas de segurança, visto que a maioria delas se interliga de tal forma que torna irrealizável uma esquematização formal. Por exemplo: as medidas de segurança adotadas numa instalação militar na proteção e defesa contra ações de sabotagem, não serão limitadas a ações de âmbito físico. Neste sentido, verifica-se que a proteção contra a sabotagem também é conseguida, salvaguardando com medidas de segurança de informação, a documentação que possa comprometer a segurança da mesma (e.g. Plano de Defesa de uma instalação). Da mesma maneira, reduz-se o risco de sabotagem quando se levam a efeito medidas de segurança do pessoal, ao selecionar criteriosamente os militares com acesso autorizado à instalação em causa.

Se efetivamente forem implementadas as medidas anteriormente referidas, podemos, pois, inferir que as condições para o cumprimento

da missão no que respeita à mitigação da ameaça estão asseguradas. Não obstante, apenas consegue-se definir as medidas necessárias, se houver uma capacidade antecipatória e preventiva de identificação e neutralização da ameaça. É neste espectro de intervenção que se alinha a Contrainformação. Neste seguimento, pode-se deduzir que os princípios fundamentais da Centralização e Oportunidade assumem neste desiderato de mitigação da ameaça, fundamental relevância.

5.2.1.5. Perspetiva concetual de Eficiência

A palavra eficiência tem origem no termo latim *efficientia* e refere-se à capacidade de dispor de alguém ou de algo para conseguir um determinado efeito. Por outras palavras, a eficiência é o uso racional dos meios dos quais se dispõe para alcançar um objetivo previamente determinado. Trata-se da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas com o mínimo de recursos disponíveis e tempo, conseguindo desta forma a sua otimização. (Conceitos, 2019). No mesmo sentido, Diniz (2009) salienta o facto de eficiência ser o uso parcimonioso e racional dos recursos, em prol da integração num processo produtivo de um qualquer serviço.

Para Chiavenato (2014, p. 161), “cada organização deve ser analisada sob uma perspetiva de eficácia e eficiência”. Segundo Viana (2010, p. 301) a eficiência revela a relação entre os recursos consumidos e os resultados que se pretendem alcançar com vista à otimização dos meios em função dos fins. Salienta ainda que, o conceito de eficiência está associado ao conceito de eficácia, relacionando os fins ou resultados alcançados com os objetivos previamente definidos.

Nesta conformidade, pode-se, pois, referir que a eficiência se focaliza com o fazer as coisas de modo correto, enquanto a eficácia se preocupa com o fazer as coisas certas para satisfazer as carências quer da organização ou serviço, quer do meio envolvente (Bilhim, 2008, p. 399).

Por conseguinte, face a este enquadramento concetual, e tendo em conta a finalidade deste estudo, considera-se que, no âmbito da avaliação dos produtos da segurança militar e da contrainformação, por eficácia, entende-se como a capacidade de atingir os objetivos com os recursos disponíveis, enquanto que, por eficiência, será o alcançar dos objetivos definidos, otimizando o emprego dos recursos existentes.

Face ao exposto, pode-se considerar a eficácia das atividades colaborativas da contrainformação e da segurança militar, como a capacidade de impedir a vantagem de decisão de um ator hostil através da

afetação e influência da sua atividade de informações e da salvaguarda e proteção das nossas capacidades e meios.

No caso do presente estudo, a análise à eficiência será assente nas seguintes dimensões: (i) *Organização* enquanto estrutura facilitadora do produto; (ii) *Produto* enquanto ferramenta necessária à tomada de decisão; (iii) *Atividades* enquanto processo integrado na atividade própria dos Estados; (iv) *Legalidade* enquanto normas reguladoras para a execução das atividades (Silva & Ribeiro, 2018).

5.2.2. Modelo de Análise

A presente investigação é desenvolvida em conformidade com o modelo de análise presente no Quadro 1, correlacionando os objetivos traçados com os conceitos, as dimensões e indicadores que se pretende analisar.

Quadro 1 – Modelo de Análise

MODELO DE ANÁLISE							
TEMA		SEGURANÇA E CONTRAINFORMAÇÃO – INSTRUMENTOS CONTRIBUINTES PARA A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES MILITARES					
OBJETIVO GERAL		Propor contributos para a eficiência do emprego e dos produtos associados às vertentes da Segurança Militar e Contrainformação, enquanto vetores contribuintes para as missões das Forças Armadas e consequentemente para a Segurança e Defesa Nacional.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		Questão Central		<i>Quais os contribuintes para a eficiência do emprego da Segurança Militar e da Contrainformação nas Forças Armadas?</i>			
		Questões Derivadas		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha
OE1	Caracterizar o ambiente operacional associado à atividade militar.	QD1	Como se caracteriza o ambiente operacional associado à atividade militar?	Ambiente Operacional Ameaça	Tipologia de Ameaças Enquadramento Legal Recursos	Terrorismo Espionagem Subversão Sabotagem Crime Organizado Recursos	Recolha de dados Revisão bibliográfica Entrevistas semiestruturadas
OE2	Compreender o emprego concetual e operacional da Segurança Militar e da Contrainformação nas Organizações militares.	QD2	Qual o enquadramento concetual e operacional da Segurança Militar e da Contrainformação nas Organizações militares?	Segurança Militar Contrainformação	Atividades Organização	Pessoas Coordenação Cooperação Complementaridade Prevenção Resiliência	
OE3	Avaliar o impacto e contributo real da Segurança Militar e da Contrainformação no desenvolvimento das atividades militares.	QD3	De que modo se avalia o contributo da Segurança Militar e da Contrainformação nas Formças Armadas?	Eficiência	Legalidade Produto	Formação Experiência Doutrina Processos Inspeção Estruturas	

No âmbito do estudo sobre a Segurança Militar e a Contrainformação, esta investigação foi focalizada nos domínios - organização, atividades, produtos e legalidade - que se constituem como os vetores enquadrantes da análise (Silva & Ribeiro, 2018).

Já relativamente ao conceito de eficiência, os indicadores têm por base, os princípios orientadores da política de segurança interna – *peçoas, coordenação, cooperação, complementaridade, prevenção e resiliência* (GRESI, 2015, pp. 31-32).

5.3. METODOLOGIA E MÉTODO

5.3.1. Metodologia

A presente investigação insere-se no domínio de investigação das ciências militares, no âmbito dos elementos nucleares, na área de investigação das operações militares, tendo sido elaborado com base num raciocínio dedutivo, onde a particularização será feita a partir da observação de factos gerais.

A metodologia de investigação a seguir na elaboração deste trabalho assume uma estratégia qualitativa, na medida em que o seu objeto de estudo passa pela compreensão, através da exploração do comportamento, das perspetivas e das experiências dos entrevistados, complementado com uma análise documental (IUM, 2016).

O percurso metodológico é ilustrado na Figura 6, sendo a fase exploratória, construída com base na legislação nacional, artigos e estudos sobre a temática, constituindo-se o alicerce para a fase analítica e conclusiva, procurando expor, discutir as teorias de referência que estruturam o modelo de análise da investigação.

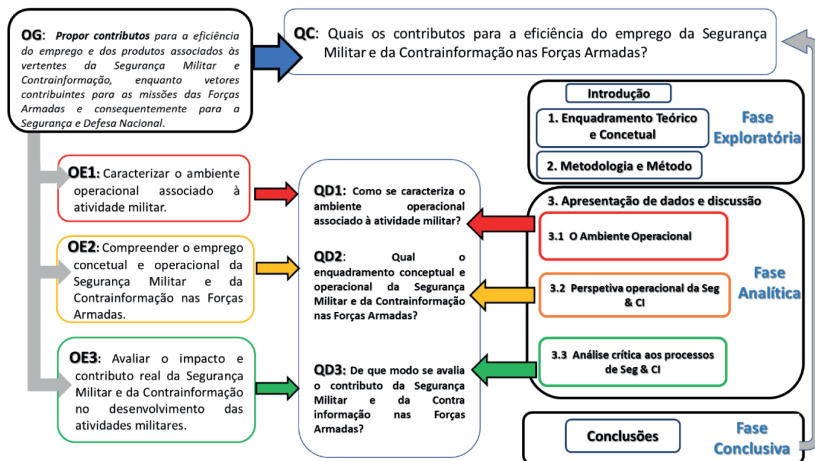


Figura 6 – Percurso Metodológico

5.3.2. Método

Este subcapítulo destina-se a listar as entidades que participaram na investigação, o procedimento instituído, assim como os instrumentos de recolha e tratamento de dados e respetivas técnicas.

5.3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Durante a fase analítica, efetuaram-se 10 entrevistas semiestruturadas a entidades com relevância teórica e prática, para a construção do modelo de avaliação da eficiência do produto da Segurança e Contrainformação, designadamente entidades responsáveis por esta atividade nas Forças Armadas (Quadro 2).

Quadro 2 – Entrevistas órgãos com responsabilidades nas matérias de Segurança e Contrainformação

ENTIDADES	Designação
CISMIL/EMGFA	Centro de Informações e Segurança Militares
DCOIS/EME	Divisão de Cooperação Operações Informações e Segurança do Estado-Maior do Exército
Sub-Reg EXE	Sub-Registo do Exército
CSMIE/EXE	Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército
N2/MAR	Divisão de Informações do Estado Maior da Marinha
GCSM/FA	Gabinete Coordenador de Segurança Militar da Força Aérea
DCSI/EMFA	Divisão de Comunicações e Sistema de Informação do Estado-Maior da Força Aérea
Sub-Reg FA	Sub-registo da Força Aérea
DI/GNR	Divisão de Informações da Guarda Nacional Republicana

Procedimento. A aplicação do instrumento foi realizada pelos autores, de forma não presencial, aos órgãos anteriormente identificados por email, no período de 10 de outubro a 01 de novembro de 2019.

5.3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados foram selecionados de acordo com a abordagem qualitativa da presente investigação (IUM, 2016), sendo que nas diferentes fases da investigação, foi utilizada a análise documental, nomeadamente legislação aplicável, artigos de publicações da temática, conferências, palestras, outros trabalhos académicos e normativos internos das Forças Armadas, devidamente complementados com os questionários submetidos.

5.3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

Para efeitos da fase analítica, efetuou-se uma análise de conteúdo recorrendo à codificação de segmentos de resposta que permitiu deduzir a análise que é apresentada ao longo dos capítulos, sendo as entrevistas avaliadas com os princípios orientadores das dimensões e indicadores de investigação.

5.4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.4.1. O ambiente operacional

Tal como foi apresentado na fase de análise concetual deste estudo, pode-se, de um modo geral compreender que a situação da sociedade mundial é complexa, influenciada por atores diversos e por um número considerável de potencialidades de conflitualidade, que necessariamente enformam o facto das forças militares terem de atuar num ambiente operacional globalizado, dinâmico, multidimensional, incerto, ambíguo e volátil.

Concomitantemente, a permanente mudança das características da guerra, catalisadas pelas constantes alterações da natureza dos conflitos, obriga à permanente adaptação das operações de informações às diferentes ameaças e conseqüentemente à situação de segurança. Este fator restringe a que todo o pessoal adstrito à segurança adquira, mantenha ou incremente rapidamente o seu contributo individual em prol de uma cultura de segurança institucional.

Apesar dos processos de globalização, por tantos autores salientados, indiciarem uma *transnacionalidade* e globalidade de atuação da ameaça, deve-se ter em conta que numa análise específica ao contexto militar, ajustes e restabelecimentos devem ser considerados. É inegável o impacto que a sociedade, num sentido lato, tem no seio da instituição militar, nomeadamente no que respeita aos condicionamentos políticos, sociais e principalmente económicos.

Para efeitos deste estudo e tal como definido na metodologia de apoio à análise, de modo a objetivar o raciocínio em resposta à QD 1, apresenta-se os seguintes dados, onde se procura enquadrar e relacionar as dimensões *enquadramento legal*, *tipologias de ameaça* e por último os *recursos*, com os respetivos indicadores.

No que respeita ao *enquadramento legal*, numa abordagem holística, importa salientar que, o facto de Portugal assumir um conjunto de responsabilidades de segurança enquadrados por acordos políticos internacionais, criou à instituição militar enquanto ator interventivo, um conjunto de desafios de âmbito securitário, nomeadamente através dos conceitos de defesa coletiva e de segurança cooperativa, amplamente salientados no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Ainda assim, seria incompreensível não deduzir, que com a inexistência de controlo de fronteiras, a livre circulação de bens e pessoas no espaço europeu e o recrudescimento das tipologias de manifestação da ameaça, que o perigo à segurança nacional e conseqüentemente à segurança militar, não fosse posta em causa. Por conseguinte, a presença militar nacional quer em fora como a OTAN e a UE, provocam por um lado, interesse hostil na informação cujo acesso lhe é restrito, e por outro, promovem uma hostilidade factual, em virtude da participação militar através de forças nacionais destacadas enquadradas por organizações internacionais em zonas de conflito.

Ainda nesta dimensão, importa compreender e salientar as conjunturas sociopolíticas reguladoras e enformadoras da atividade militar, nomeadamente no que respeita à documentação técnica uniformizadora de processos de segurança militar. O facto de a documentação atual reguladora da atividade de segurança militar, datar de 1986 (apesar da revisão em curso) e estar obviamente desajustada à situação atual, e paralelamente não possuir qualquer força de lei, condiciona de algum modo a formalização e responsabilização das diversas entidades com assento na matéria. Por outro lado, no que

respeita à vertente da contrainformação, a situação assume outras proporções, pois, apesar da existência legalmente estabelecidas pelas respetivas leis orgânicas, verifica-se que ao nível dos processos de doutrina e de procedimentos existem fragilidades, impactando de sobremaneira na eficácia da sua missão e conseqüentemente, no contributo para a segurança, em sentido holístico.

No que respeita à dimensão *recursos*, importa salientar que tal como os diversos quadrantes sociais, verifica-se que desde a crise económica que se iniciou em 2008 no Estados Unidos da América e que se espalhou também ela a um nível global, têm surgido diversas políticas estruturais de contenção de ordem económica e financeira. O vetor militar, tem sido um dos setores que mais tem sentido este fator, não só ao nível do desinvestimento em material e equipamento como ao nível de recursos humanos.

Numa sociedade em que os jovens “*millennials*” ou “geração Y” procuram outros desafios e valores que não os militares, ou talvez pela falta de incentivos económico-profissionais, não assumem este compromisso com a Nação. Este fator tem vindo a causar um significativo decréscimo de efetivos, cujo impacto no cumprimento das missões e possibilidades das Forças Armadas, não tardará a ser refletido na incapacidade para o mesmo. No âmbito concreto da segurança militar, a falta de efetivos poderá assumir proporções ainda maiores, caso não haja uma compensação de investimento em meios supletivos eletrónicos que permitam mitigar a ausência de uma presença física adstrita à segurança. De igual modo a debilidade financeiro-social, em particular dos militares, poderá incrementar as vulnerabilidades e subseqüentemente, a suscetibilidade e exposição a possíveis aliciamentos por parte de elementos hostis.

No âmbito da dimensão *tipologias da ameaça* em contexto militar, apresentam-se de forma objetiva no Quadro 3:

Quadro 3 – Análise crítica ao ambiente operacional face às tipologias de ameaça num contexto militar

TIPOLOGIA DE AMEAÇA	ANÁLISE CRÍTICA
TERRORISMO	Esta tipologia deixa de ter uma conotação e foco local ou regional, para um contexto global e transnacional. Neste sentido, passa a ser uma preocupação a ter em conta não só pelas Forças e Serviços de Segurança e Informações, como também pelas Forças Armadas, quer seja em território nacional quer no âmbito dos teatros de operações onde estejam projetadas forças nacionais destacadas.
ESPIONAGEM	Com a livre circulação de pessoas e bens, os acessos por parte dos serviços de informações hostis foram de certo modo facilitados através de uma acrescida liberdade de movimentos. A participação nacional enquanto membro de organizações como a OTAN, veio permitir aos militares, no desempenho das respetivas funções, o acesso a informação classificada. Neste desiderato, e tendo de forma comumente aceite entre a sociedade militar, a falta de “cultura de segurança”, assume esta tipologia o maior desafio à contrainformação nacional.
SUBVERSÃO	As condicionantes anteriormente referenciadas, relativas à debilidade socioeconómica do país, poderão ter repercussões nas vulnerabilidades individuais de coesão institucional. A ameaça procura explorar possíveis focos de cisões ou frustrações decorrentes de fragilidades no cumprimento das missões das Forças Armadas, procurando daí obter vantagens. Apesar de ter como base uma influência externa, necessitará sempre de apoio interno (militar) de propagação ou disseminação.
SABOTAGEM	Neste contexto de análise, este vetor acaba por estar intimamente ligado à subversão, na medida em que as ações de sabotagem potencialmente desenvolvidas, procuram não só degradar os meios e capacidades como também criar um sentimento descrença e falta de credibilidade interna e externa, respetivamente, nas organizações militares.
CRIME ORGANIZADO	Este vetor de ameaça constitui um elemento catalisador com possível interligação com os demais, na medida que se pode constituir como uma atividade subsidiária de uma outra atividade hostil. Ainda que as vulnerabilidades socioeconómicas dos militares possam assumir uma vulnerabilidade a explorar pela ameaça, nomeadamente através da partilha de conhecimento de processos e procedimentos de segurança necessários para ultrapassar e assim, criar condições para o roubo de material e equipamento militar, não é tido pela atividade de contrainformação no seio das organizações militares, como prioridade ou foco interventivo.

Face ao exposto, considera-se respondida a QD 1, onde se procura caracterizar o ambiente operacional associado à atividade militar, no que respeita às matérias de contrainformação e segurança militar.

5.4.2. Perspetiva operacional da Segurança Militar e da Contrainformação

A contrainformação e a segurança militar são duas áreas distintas, mas interdependentes. Enquanto a primeira é ativa e inclui a obtenção de informações de segurança e a neutralização da ameaça, através da

identificação das capacidades de Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento do inimigo ou adversário, a segunda é, simultaneamente, ativa e defensiva e inclui todas as medidas de proteção com vista a obter e manter a salvaguarda de matéria, instalações pessoal e informação (EME, 2009, pp 1-8).

Concetualmente, a Segurança e a Contrainformação têm vindo a ser atividades cuja ligação e proximidade aos decisores, afeta de forma incisiva o propósito, objetivos e a missão a cumprir. Estes conceitos podem materializar-se como sendo a criação das condições necessárias para que toda e qualquer ação ou intenção hostil não seja concretizada.

Neste sentido, propõe-se a realização de uma reflexão que possa contribuir para uma clarificação concetual potenciadora de um incremento da cultura institucional militar. Ora, se em tempos foi na instituição militar que se identificavam os modelos e processos a replicar numa sociedade cada vez mais global, e cuja ameaça apresenta uma cada vez maior multidimensionalidade interventiva, a verdade é que, atualmente, assume a sociedade civil, nos variados quadrantes empresariais, comerciais e até securitários privados, a vanguarda do desenvolvimento de mecanismos adaptativos a uma realidade por vezes volátil e complexa.

Deste modo, importa recuar até à definição das bases concetuais da Segurança Militar e da Contrainformação, para recuperar os princípios fundamentais que sustentam a “cultura militar”.

De acordo com Nogueira (2005, p. 220), ao longo dos tempos, a profissão militar tem revelado aspetos de assinalável especificidade, na medida em que os Estados sempre entenderam as suas Forças Armadas como o elemento final para a defesa dos seus interesses vitais. Não obstante e tal como Carrilho (1978, p.160) salienta, “apesar da guerra ser uma atividade tão antiga como as sociedades humanas, a profissionalização do militar, no sentido sociológico, é um facto relativamente recente tornado necessário pela complexificação tecnológica e organizacional”.

Por conseguinte, no sentido do cumprimento das suas missões, as Forças Armadas necessitam de recursos materiais, financeiros e humanos, permanecendo estes últimos, o elemento central e fundamental, sendo indispensável a quaisquer Forças Armadas modernas e eficazes, recursos humanos qualificados, treinados e motivados, integralmente dedicados à atividade militar e ao seu país (Nogueira, 2005, p. 220), enquanto promotores de segurança.

O “estado ou sentimento” de segurança, anteriormente referido, poderá ter reflexo naquilo que se denomina por paradigma securitário. Este

paradigma caracteriza-se pelo alcançar de uma percepção de segurança, por um lado, devido à eficiência de implementação contínua de processos e medidas que visem fazer face às vulnerabilidades e ameaças, ou por outro, através da ignorância, incapacidade ou desconhecimento na identificação de potenciais ameaças que ponham em causa o normal funcionamento da organização, conforme exemplificado na Figura 7.



Figura 7 – Fontes de origem do “Sentimento de Segurança”

A existência de uma “cultura de segurança organizacional”, é necessariamente, no caso da Instituição militar, assente no vetor individual, ou seja, no militar. Assim esta antítese concetual da segurança caracterizada pela ausência de conhecimento da ameaça ou de procedimentos eleva a responsabilidade de formação de quadros. Por conseguinte, é a “pessoa humana” o principal investimento a realizar, na medida em que a Segurança deve ser vista como uma corrente de ferro, em que é tão forte, quanto o elo mais fraco da mesma. A Figura 8, permite-nos efetuar de forma complementar, uma análise relacional entre as atividades de contrainformação e as de segurança militar em prol de uma percepção real ou irreal de segurança em sentido holístico.

Para uma perfeita compreensão do racional da figura importa clarificar os seguintes conceitos:

Percepção de segurança – sentimento que advém de uma ausência de preocupação face ao comprometimento de possibilidades e/ou capacidades.

Conhecimento da ameaça – consciência das intenções e capacidades de um ator face a um indivíduo ou organização.

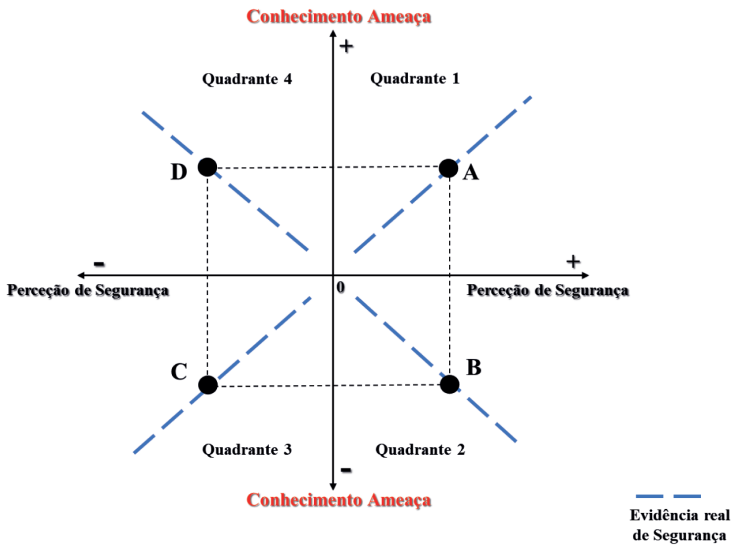


Figura 8 – Relação entre “percepção de Segurança” com o “Conhecimento da Ameaça”

Analisando a Figura 8 pode-se inferir que:

(i) No quadrante 1, no ponto de análise A, permite identificar uma percepção positiva de segurança e concomitantemente de consciência de ameaça com que se depara. Neste sentido, pode-se deduzir a existência de um conjunto harmonioso de atividades de contrainformação e de uma ligação eficiente com as medidas de segurança militar que permitem por um lado mitigar eventuais ações hostis, e por outro transmitir um “sentimento de segurança real”.

(ii) No quadrante 2, no ponto de análise B, é possível inferir, duas situações distintas: por um lado, haver uma errónea percepção de segurança, assente num desconhecimento evidente de que existe ameaça, tal como referido na Figura 7; e por outro, ainda que desconhecendo qual a ameaça existente, desenvolver um conjunto de procedimentos de difícil análise de eficácia, que induzem de igual modo uma percepção de segurança;

(iii) O quadrante 3, por outro lado, permite-nos identificar os casos em que o facto de não haver qualquer tipo de informação relativas à situação da ameaça, provoca desconforto e impacta negativamente no “sentimento de segurança” de uma organização e/ou indivíduo;

(iv) Por último, ao analisar o quadrante 4, identifica-se o impacto que poderá ter o facto de haver evidências concretas sobre a ameaça,

mas uma incapacidade eficaz de a mitigar, catalisadora de uma percepção de segurança negativa.

Desta análise, e estabelecendo um paralelismo concetual entre segurança militar e contrainformação com a percepção de segurança e conhecimento de ameaça, podemos inferir que nos quadrantes 1 e 2, independentemente de o conhecimento da ameaça ser melhor ou pior, o emprego de medidas de segurança quer sejam ajustadas e adequadas, ou não, criam de igual modo um sentimento de segurança organizacional. Ou seja, ainda que a atividade de contrainformação possa ser pouco contributiva, havendo uma cultura e esforço proactivo de segurança, este refletirá sempre num maior sentimento de segurança.

No mesmo sentido, se analisarmos os quadrantes 1 e 4, podemos deduzir que caso as atividades de contrainformação contribuam de forma inequívoca para a identificação da ameaça, caso não haja capacidade de implementar medidas de segurança para as mitigar, resultará necessariamente num sentimento de segurança negativo.

Tendo exposto de forma clara o paradoxo existente nas organizações, importa, pois, no seguimento do enquadramento concetual nos capítulos anteriores caracterizados, compreender de uma forma objetiva, o emprego operacional e direcionado da contrainformação e da segurança militar no desenvolvimento da conduta operacional. Para isso, deve ser explícito o papel e objetivo a desempenhar por cada uma destas áreas, tal como se apresenta na Figura 9.

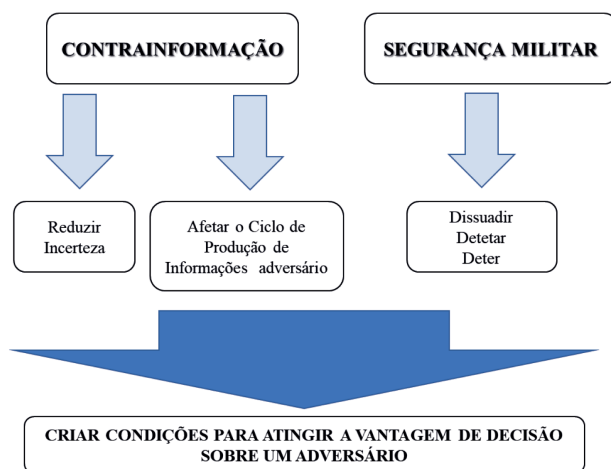


Figura 9 – Finalidade comum da interação contrainformação e segurança militar

A Figura 9 salienta a intenção no âmbito da contrainformação de por um lado, reduzir as incertezas e por outro, de afetar o processo de decisão hostil, através da interferência no seu ciclo de produção de informações (CPI). O primeiro objetivo, foi amplamente caracterizado anteriormente e visa o desenvolvimento de atividades de medidas ativas cujo enfoque incide sobre os elementos hostis (e.g. contraespionagem, contra-terrorismo, etc). No segundo objetivo interessa aprofundar mais a questão. O objetivo será o da criação de um efeito disruptivo nas atividades dos serviços de informações hostis, de modo a retardar e afetar o próprio CPI hostil.

A Figura 10, procura estabelecer uma razão conectiva entre as fases de tomada de decisão, com o processo de produção de informações de apoio à mesma. Deste modo, podemos inferir que para influenciar a eficácia da capacidade de decisão hostil, terá necessariamente que ser afetado o CPI, que se relaciona de forma simbiótica e ajustada entre as diferentes fases, de acordo com Silva (2018, p. 18).

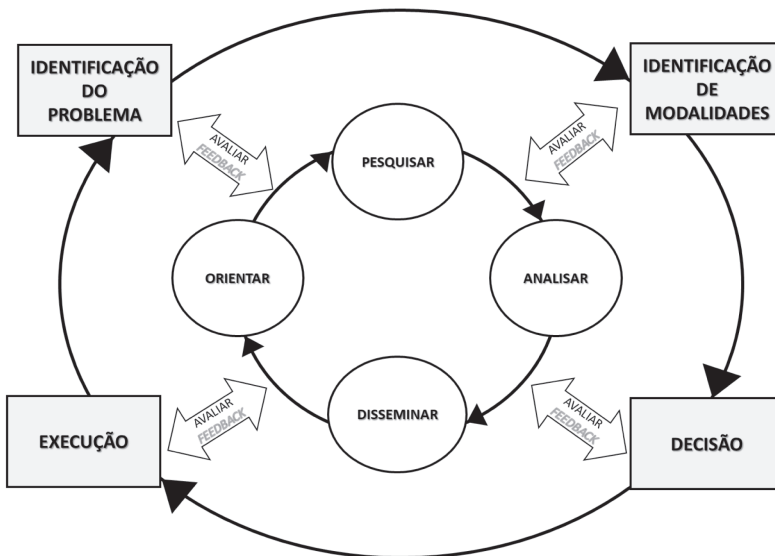


Figura 10 – Esquema de relacionamento entre o ciclo de decisão e as fases do CPI
Fonte: Silva (2018, p.18).

No seguimento desta análise, podemos, pois, tendo por base a definição de eficácia das atividades colaborativas de contrainformação e segurança militar, deduzir o seguinte esquema representando na Figura 11 o produto expectável desta atividade (Menezes, 2019).

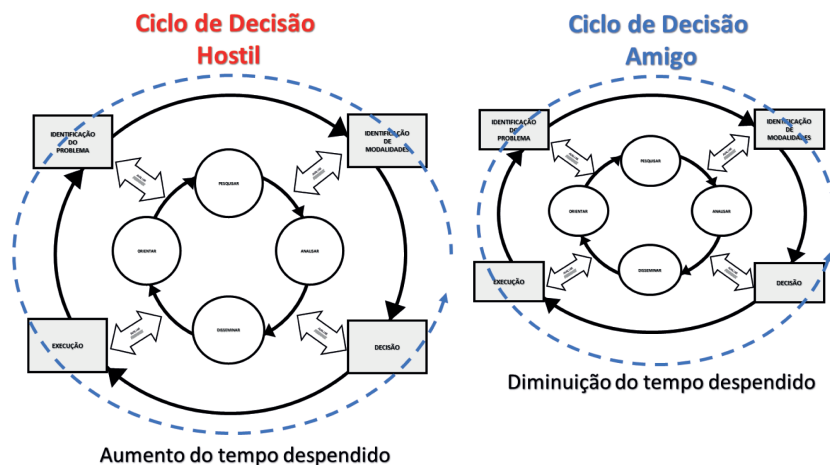


Figura 11 – Efeito causal da atuação da contrainformação e da segurança militar nos ciclos de decisão

Fonte: Menezes (2019).

A Figura 11, pretende uma vez mais, de uma outra perspetiva, destrinçar o foco de atuação das duas vertentes. Através das medidas ativas de contrainformação, influenciar e afetar a capacidade de apoio à decisão hostil, e no âmbito da segurança militar em colaboração obviamente próxima com a contrainformação (na identificação de vulnerabilidades) assegurar as condições para um profícuo e eficiente aconselhamento na tomada de decisão.

Tendo por base os indicadores assumidos para este estudo importa antes de os correlacionar com as respetivas dimensões, descrever o entendimento dos mesmos como ponto de partida, tal como apresentados no Quadro 4 (GRESI, 2015, p. 32).

Quadro 4 – Descrição de conteúdo dos indicadores de análise

INDICADOR	DESCRIÇÃO
PESSOAS	O objeto central no qual assenta a finalidade última, e em simultâneo o meio para o atingir, ou seja, o objetivo de garantir a salvaguarda do seu bem-estar essencial para a tomada de decisão e em simultâneo, garantir o conhecimento e formação necessários a este recurso, para prosseguir em direção à finalidade última.
COORDENAÇÃO	Centralizada num sistema caracterizado por ser heterogéneo face aos diversos atores envolvidos e recursos parcos. Os procedimentos fomentam atuações complementares, concertadas e uniformizadas, com o intuito de evitar duplicação de esforços ou desalinhamentos de objetivos.

COMPLEMENTARIDADE	Congregação das atividades de contrainformação e segurança militar para um fim comum.
PREVENÇÃO	Capacidade de antecipar eventuais comprometimentos à eficiência das atividades militares.
RESILIÊNCIA	Flexibilidade e aproveitamento da geometria do sistema diante das especificidades da ameaça, para fazer face a qualquer situação que coloque em causa a salvaguarda do pessoal, material, instalações e a informação classificada.

Nesta conformidade, estão reunidas as condições para responder à QD 2. Na dimensão *atividades*, podemos inferir que o militar assume um vetor preponderante em todo espectro de intervenção quer no âmbito da contrainformação quer da segurança militar. O conhecimento dos processos e a sensibilização para estas atividades por parte do indivíduo, potencia e cultiva uma mentalidade de segurança efetiva. De igual modo, caso o decisor possua consciência da relevância e do papel que estas atividades repercutem, será sem dúvida uma mais-valia para todo o processo. A falta de recursos condiciona de sobremaneira a implementação de medidas de segurança que, independentemente dos meios supletivos eletrônicos que existam, será sempre o homem, o elemento central considerar.

No mesmo sentido, constata-se que a sinergia e *coordenação* necessária entre os atores de contrainformação e os de segurança militar reflete e requer uma interdependência próxima e uma *complementaridade* permanente, de modo a adaptar com oportunidade à volatilidade de atuação da ameaça, e daí poder convergir as suas ações para um fim comum.

A *organização* para além de necessitar de uma estrutura assente em efetivos capazes de assegurar os objetivos definidos, deverá garantir as condições essenciais para o desenvolvimento de sinergias intra-departamentos subordinados, de modo a promover *resiliência* institucional, com capacidade *preventiva* e *coordenada*.

A *legalidade* enquadrante da atividade de contrainformação deve promover os artifícios legais suficientes que permitam uma simbiose interpares militares e civis, que promovam por um lado coordenação de eventuais procedimentos e processos no âmbito da identificação e neutralização da ameaça e por outro, a responsabilidade de partilha e de complementaridade de atividades no âmbito da salvaguarda de pessoal e de informação classificada.

O *produto* das atividades de contrainformação deverá convergir numa atuação preventiva de procedimentos de mitigação da ameaça, bem como de informações quer ao decisor quer às pessoas constituintes da

organização da consciencialização de uma “mentalidade de segurança”.

Deste modo, considera-se respondida a QD 2, nomeadamente no que respeita à compreensão do emprego concetual e operacional da contrainformação e da segurança militar na organização militar.

5.4.3. Análise crítica aos processos associados à Segurança Militar e Contrainformação

Tendo em conta que no âmbito da atividade de contrainformações, a atual organização das Forças Armadas se encontra limitada à desenvolvida no Centro de Informações e Segurança Militares, ir-se-á fazer inicialmente uma análise crítica assente nas entrevistas realizadas ao sistema²⁹ de segurança militar existente nas Forças Armadas.

Nesse sentido e tendo por base os indicadores de análise identificados anteriormente, apresenta-se através de um grafismo, a perceção existente no seio dos especialistas na temática sobre a relevância dos diversos vetores no contributo para os objetivos de eficiência da segurança militar nas Forças Armadas.

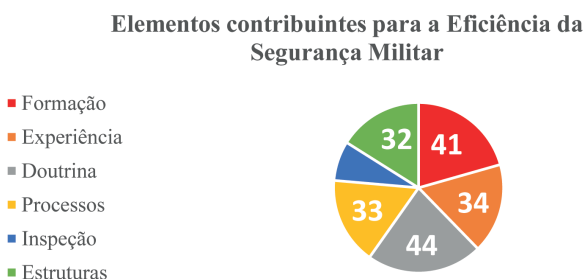


Gráfico 1 – Perceção sobre os Indicadores de análise à eficiência do sistema de segurança

Tendo por base de análise, o facto de, quanto maior for o número apresentado, maior foi o número de entrevistados que classificou como sendo o mais contributivo para a eficiência do sistema. Do Gráfico 1, podemos inferir os seguintes aspetos:

- (i) O indicador inspeção é considerado de forma quase unânime

²⁹ Sistema é “uma estrutura organizada sobre um propósito que consiste no inter-relacionamento e interdependência de elementos (componentes, entidades, fatores, membros, partes, etc.) (Silva, 2018, p. 11)

como sendo o elemento que menos parte ativa possui no processo de eficiência da segurança militar;

(ii) A formação e a existência de uma doutrina conjunta, são os elementos que de forma consensual garantem o incentivo necessário para uma implementação de cultura de segurança institucional mais acérrima;

(iii) Que não sendo tão importante quanto o militar bem formado e com regras bem definidas, a existência de uma estrutura bem definida e de processos bem organizados e com pessoal experiente, quase no mesmo grau de relevância, acabam por ter um papel importante na eficiência.

Estes valores indiciam que, para o universo dos entrevistados, o sucesso do cumprimento das missões adstritas à segurança, residem de forma mais destacada nas pessoas, do que nas estruturas ou em mecanismos fiscalizadores.

No seguimento da análise crítica, pretende-se identificar com base nos mesmos indicadores, lacunas que possam ser mitigadas. Nesse sentido com base numa análise de conteúdo recorrendo à codificação de segmentos de resposta apresentam-se os seguintes dados (Quadro 5):

Quadro 5 – Descrição de Lacunas identificadas decorrentes da análise

LACUNAS	
CONTRAINFORMAÇÃO	SEGURANÇA MILITAR
Estrutura operacional inexistente ao nível dos Ramos das Forças Armadas.	Estruturas díspares nos Ramos das Forças Armadas.
Inexistência de um Centro de Conhecimento no âmbito desta atividade.	Falta de cultura de segurança institucional e de mentalidade de segurança dos militares.
Necessidade de enquadramento doutrinário conjunto para as Forças Armadas.	Falta de recursos humanos adstritos em exclusividade à segurança militar.
Necessidade de Formação de pessoal especializado para o exercício de funções.	Falta de Recursos materiais supletivos e complementares ao emprego de recursos humanos.
Necessidade, face à especificidade da atividade, da definição de um tempo mínimo de permanência em funções.	Necessidade de aprovação de um documento doutrinário conjunto de segurança militar, com força de lei.
	Responsabilidades de segurança espartilhadas por diversos órgãos (e.g. Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) em separado das diferentes tipologias de segurança).
Falta de formação básica conjunta de matérias de segurança militar e de contrainformação.	

Face ao exposto, consideram-se reunidas as condições para consubstanciadas nas lacunas apresentadas, poder inferir um conjunto de recomendações que procurem mitigar as mesmas.

5.4.4. Contributos para a eficiência

Tal como referido anteriormente, no contexto particular da atividade de contrainformação e segurança militar, é fundamental assegurar credibilidade em todo o processo de mitigação e redução da incerteza, onde o conhecimento gerado sobre a ameaça, é um contributo essencial para o processo de decisão. No caso concreto da análise da eficiência, será pois, materializado através do alcançar dos objetivos definidos, otimizando o emprego dos recursos existentes.

O ponto central que sobressai da análise das relações entre organizações, não se deve cingir exclusivamente à eficiência interna de uma das *unidades* (organização e/ou individuo) em causa, mas sim, no modo como as várias unidades coordenadas do mesmo sistema, poderão incrementar as potencialidades ao nível quer da eficiência do próprio sistema, quer da fiabilidade do próprio conhecimento (Smith, 2003, p. 90).

Face às lacunas identificadas, importa, pois, correlacionar a informação analisada num âmbito concetual e operacional, com os indicadores de análise (acrescido do vetor recursos pela relevância transversal) devidamente aplicados nas dimensões adotadas para o efeito, e assim, propor algumas recomendações mitigantes às lacunas anteriormente mencionadas (Quadro 6).

Quadro 6 – Descrição de recomendações inferidas das Lacunas identificadas

INDICADORES	DIMENSÕES	SEGURANÇA	CONTRAINFORMAÇÃO
Estrutura Recursos Doutrina	Organização	<ul style="list-style-type: none"> Definição funcional e estrutural similar entre os ramos e CISMIL; Key leaders engagement entre as chefias dos diversos atores de modo a promover sinergias institucionais; Consciencialização nos vários patamares de decisão para a relevância de investimento nas pessoas e nos materiais; Aumento das interações interorganizações; Reforço das competências do CISMIL nas matérias da Segurança Militar, nomeadamente com a inclusão da Segurança das CSI; Inclusão de matérias de segurança nos cursos de formação inicial e nos de promoção; Aumento de cooperação inter-ramos e entre entidades não militares; Exclusividade funcional nos desempenhos de funções adstritas à segurança militar. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de uma estrutura permanente de contrainformação entre os ramos e o CISMIL; Key leaders engagement entre as chefias dos diversos atores de modo a promover sinergias institucionais; Consciencialização nos vários patamares de decisão para a relevância de investimento nas pessoas e nos materiais; Aumento das interações interorganizações; Aumento de cooperação inter-ramos e entre entidades não militares; Inclusão de matérias de contrainformação nos cursos de formação inicial e nos de promoção.

Experiência Formação Inspeção	Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Workshops conjuntos de partilha de lições identificadas; • Interoperabilidade ou uniformização de procedimentos; • Briefings periódicos de segurança nas unidades; • Workshops semestrais a toda a cadeia funcional de segurança militar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Workshops conjuntos de partilha de lições identificadas; • Interoperabilidade ou uniformização de procedimentos; • Assunção do CISMIL, como Centro de Conhecimento, responsável pela produção e definição de doutrina, formação e procedimentos; • Briefings sobre a avaliação da ameaça aos congéneres nos ramos; • Produção de uma avaliação de ameaça à segurança militar com, a periodicidade máxima de um ano.
	Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Formação conjunta de Quadros; • Inspeções planeadas e inopinadas por pessoal especializado; • Aumento de Visitas de apoio técnico e especializado de segurança; • Participação do CISMIL, na qualidade de observador, nas inspeções técnicas, enquanto autoridade técnica de segurança militar nas Forças Armadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação conjunta de Quadros; • Inspeções planeadas e inopinadas por pessoal especializado; • Pessoal especializado no desempenho de funções.
	Legalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de normativos reguladores de procedimentos de segurança (e.g. Regras de Empenhamento); • Aprovação de doutrina conjunta reguladora da atividade de segurança militar; 	Aprovação de doutrina conjunta reguladora da atividade de segurança militar.

Apresentados os contributos que poderão contribuir para a eficiência do sistema integrante das atividades de segurança militar e de contrainformação, considera-se respondido à QC e conseqüentemente, atingido o Objetivo Geral desta investigação.

5.5. CONCLUSÕES

De forma a sistematizar as conclusões, resultante da análise e reflexão crítica do presente estudo, importa antes de mais, visitar o OG definido. Assim, com o presente estudo, pretendeu-se propor contributos para a eficiência do emprego e dos produtos associados às vertentes da segurança militar e da contrainformação, enquanto vetores contribuintes para as missões das Forças Armadas e conseqüentemente para a Segurança e Defesa Nacional.

Para atingir este desiderato, efetuou-se uma investigação com base num raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa, através de uma análise documental e de conteúdo, com recurso a entrevistas a especialistas com experiência operacional ou no desempenho efetivo de funções na área em análise.

Para melhor elucidar o leitor, de toda a dimensionalidade associada às atividades de contrainformação e segurança militar, iniciou-se uma análise detalhada aos condicionamentos envolventes que de modo direto ou indireto acabam por enformar as mesmas. Foi através da concetualização do ambiente operacional, que nos foi permitido compreender que existem um conjunto muito significativo de fatores que impactam de forma positiva ou negativa na conduta e desenvolvimento da atividade militar contributiva para um “sentimento de segurança” coletivo. Uma sociedade cada vez mais globalizada e interligada, nos diversos elementos e setores sociais, económicos, políticos e até militares, potenciadora de uma aproximação entre culturas e Estados, repleta de novas oportunidades, e em simultâneo de novas ameaças que colocam em causa a segurança e bem-estar das pessoas. É esta *ameaça*, que no fundo se constitui como a premissa base, na qual quer a contrainformação e a segurança militar se focam, assumindo uma forma cada vez maior de difusidade, complexidade, volatilidade e imprevisibilidade, potenciada pela deslocalização, multidimensionalidade de emprego (e.g. ciberespaço) e imiscuição da mesma no seio da população.

Numa convergência de análise vincada numa perspetiva militar, foi possível através do emprego dos indicadores associados quer às tipologias e manifestações da ameaça, quer ao vetor recursos, compreender que a espionagem se constitui de sobremaneira como um dos maiores desafios à segurança e à contrainformação, muito por causa dos compromissos assumidos ao nível das organizações internacionais a que pertence e consequentemente ao acesso a informação classificada que daí advém. Foi possível identificar também que a criminalidade organizada se apresenta como fator catalisador e multiplicador de ameaça, podendo impactar, ainda que de forma indireta no desenvolvimento seguro das atividades militares, no que à salvaguarda de pessoal, material e instalações diz respeito. Feita esta análise ao meio envolvente, e respondida para o efeito, à QD 1, foi possível assim, focar a análise para a compreensão concetual e operacional da segurança militar e da contrainformação.

Neste seguimento foi possível perceber que a contrainformação e a segurança militar são duas áreas distintas, mas interdependentes. A contrainformação define-se como o conjunto de atividades relacionadas com a identificação e neutralização da ameaça à segurança, constituída por serviços de informações e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo, procurando deste modo, por um lado, reduzir a incerteza existente sobre a ameaça, permitindo

a mitigação das mesmas, e por outro, através da afetação da capacidade hostil em processar informações e conseqüentemente a sua decisão.

Não obstante, identificou-se que a segurança militar é definida pelo conjunto de medidas implementadas numa organização militar com o intuito de salvaguardar o material, as pessoas, as instalações e a informação classificada, procurando desta forma, dissuadir, detetar e deter qualquer intenção hostil.

Em suma, as duas atividades complementam-se intrinsecamente e concorrem de certa forma para criar condições para haver um almejar de vantagem de decisão sobre um adversário e em simultâneo para sustentar um “sentimento de segurança” institucional. Do estudo efetuado sobre este aspeto de perceção de um “sentimento de segurança”, foi possível inferir, que o mesmo poderá advir de uma consciencialização da ameaça e como tal, do desencadeamento dos procedimentos necessários para a mitigação da mesma. No mesmo sentido foi possível deduzir que esta mesma perceção também pode originar de um completo desconhecimento de um qualquer risco ou perigo proveniente de uma ameaça.

Nesta conformidade, e após um aprofundamento da reflexão, foram encetados esforços no sentido de relacionar o conhecimento que se pode ter da ameaça, com a perceção ou não de segurança. Neste desiderato, foi possível concluir que a perceção de segurança não está diretamente associada ao conhecimento ou não da ameaça, na medida em que havendo uma compreensão da ameaça, poderá não haver capacidade de a mitigar, afetando de forma linear a referida perceção. Por outro lado, a implementação de medidas de segurança, independentemente de não haver um conhecimento preciso da ameaça, pode induzir a uma perceção positiva, ou seja, uma atitude proactiva e preventiva de implementação de medidas de segurança contribui para a existência de uma perceção de segurança real.

Ainda na persecução da satisfação do OE 2, foi efetuada uma análise à forma como deve, no caso particular, a contrainformação afetar o CPI adversário. Neste sentido foi estabelecida a relação entre um modelo de ciclo de decisão interligado e associado ao do CPI, de modo a poder estabelecer um racional lógico sobre a causa e o efeito que se pretende induzir. Foi possível através dessa análise, deduzir que as medidas ativas e ofensivas de contrainformação, pretendem criar um efeito centrífugo no CPI adversário, ou seja, fazer com que o seu ciclo se afaste do centro, alargando-se, e conseqüentemente fomentar uma maior demora a percorrer as diferentes fases. Por outro lado, através da mitigação da ameaça, com o respetivo contributo das atividades de segurança militar, provocar um movimento

centrípeto do CPI amigo, reduzindo no tempo a produção de informações e deste modo ganhar vantagem de decisão face ao elemento hostil.

No seguimento, foi feita uma correlação analítica entre as dimensões *atividades, organização, legalidade e produto* com uma adaptação dos princípios orientadores da política de Segurança Interna (GRESI, 2015, p.31). Desta análise importa salientar que o militar assume um vetor preponderante em todo espetro de intervenção quer no âmbito da contrainformação quer da segurança militar. O conhecimento dos processos e a sensibilização para estas atividades por parte do individuo, potencia e cultiva uma mentalidade de segurança efetiva.

Na procura da satisfação do OE3, foi feita uma análise de conteúdo, recorrendo à codificação de segmentos de resposta dos entrevistados, que permitiu identificar que de forma consensual, a formação e a existência de uma doutrina conjunta, são os elementos cruciais que garantem o incentivo necessário para uma implementação de cultura de segurança institucional mais acérrima. De igual modo, no que respeita às lacunas identificadas, salientam-se de um modo geral, que, quer no âmbito da segurança militar quer no da contrainformação, foram identificadas a necessidade de um incremento da formação conjunta, necessidade de aprovação de doutrina conjunta nas matérias em apreço, e de uma estrutura similar nos diversos ramos, com responsabilidades bem definidas, bem como com pessoal especializado.

Face ao exposto, e após responder à QD3, importa salientar um conjunto de elementos que, numa abordagem holística se identificam como *“Strengths - forças, Opportunities - oportunidades, Weaknesses - fraquezas e Threats – ameaças*, através da representação efetuada na Figura 12.

<p>S</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização com forte cariz de disciplina; • Estrutura hierárquica e funcional bem definida; 	<p>W</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de Cultura de Segurança; • Falta de Recursos humanos e materiais; • Falsa perceção de segurança social.
<p>O</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de experiências entre Ramos; • Criação de grupos de trabalhos multidisciplinares de doutrina conjunta; • Aumento das sinergias com Serviços de Informações. 	<p>T</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ameaça cada vez mais difusa; • Aproveitamento da débil mentalidade de segurança institucional; • Falta de investimento; • Desconhecimento da ameaça real.

Figura 12 – Análise SWOT à situação atual relativa às atividades de segurança e contrainformação

Face às lacunas identificadas, procuraram-se mitigar as mesmas através de um conjunto de propostas que se julgam exequíveis de aplicabilidade de modo a contribuir para um sistema integrado mais eficiente. Para tal, foram relacionadas as mesmas dimensões do ponto anterior, mas com os indicadores *estrutura, formação, recursos, doutrina, experiência formação e inspeção*. E desta análise salientam-se os seguintes aspetos transversais à segurança militar e contrainformação:

- (i) *Key leaders engagement* entre as chefias dos diversos atores de modo a promover sinergias institucionais;
- (ii) Consciencialização nos vários patamares de decisão para a relevância de investimento nas pessoas e nos materiais;
- (iii) Inclusão de matérias de segurança nos cursos de formação inicial e nos de promoção;
- (iv) Exclusividade funcional nos desempenhos de funções adstritas à segurança militar e contrainformação;
- (v) Workshops conjuntos de partilha de lições identificadas;
- (vi) Formação conjunta de Quadros;
- (vii) Aprovação de doutrina conjunta reguladora da atividade de segurança militar e de contrainformação.

Não obstante aos indicadores salientados ao longo deste estudo, e às variáveis de análise que vão desde os condicionamentos impostos pelo ambiente operacional, às necessidades estruturais e de cooperação a estabelecer, importa sem dúvida, assumir que o vetor humano deve ser o ponto fulcral de investimento organizacional.

A criação de um programa formativo básico permitirá a um militar desde o início do seu percurso militar, a ter a consciência do seu papel no seio do cultivo de um sentimento de segurança organizacional. Esta mudança cultural de responsabilização e educação dos militares, a par de uma consciencialização por parte dos comandantes e decisores, irá seguramente potenciar a geração de um aumento significativo de *uma mentalidade de segurança individual* disponível para criar as condições para o cumprimento das missões.

A instituição militar que se constrói por militares e por valores ímpares que a distingue de qualquer outra, deve assegurar as condições estruturais e organizacionais que permitam o desenvolvimento consciente de uma cultura de segurança. Apesar de ser uma responsabilidade de todos, deve ser tida como acrescida por quem possui dever de tutela nos diversos patamares de decisão.

Para futuros estudos, seria interessante para a produção de conhecimento, poder, com base no conhecimento científico obtido neste artigo e materializado pelas conclusões apresentadas, efetuar uma análise de estudos casos, de sistemas de segurança e contrainformação de Forças Armadas congêneres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baker, R. (2007). *HUMINT – Centric Operations: Developing Actionable Intelligence in the Urban Counterinsurgency Environment*. US: Military Review.
- Bilhim, J. (2008). *Teoria Organizacional: Estruturas e pessoas*. Lisboa: ISCSP.
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal* (1.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Carrilho, M. (1978) *Principais tendências na sociologia militar*, Nação e Defesa nº 7. Lisboa: IDN.
- Carvalho, J. (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas* [versão PDF]. Retirado de http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf
- CEDN (2013). *Conceito de Estratégia de Defesa Nacional*. Lisboa: s.n.
- Chiavenato, I. (2014). *Introdução à Teoria Geral da Administração* (9.ª ed.). São Paulo: Manole.
- Conceito.de (2019). *Conceito de eficiência* [Página online]. Retirado de <https://conceito.de/eficiencia>
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*, vol. I. Lisboa: IAEM.
- Diniz, P. (2009). *Academia de letras do Brasil*. [Versão PDF] Retirado de <http://academialetrasbrasil.org.br/carta001paulodiniz.pdf>
- EME. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-Informações e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2013). *PDE 0-25 Instruções de Segurança Militar para o Exército*. Lisboa: Exército Português.
- EMGFA (1986). *SEGMIL1*. Lisboa
- Garcia, F. (2006). As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados: Subsídios para o seu Estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*, (9.1), pp. 339-374. Retirado de <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Amea%C3%A7as%20transnacionais.pdf>
- GRESI (2015). *Segurança Horizonte 2025 – Um conceito estratégico de Segurança Interna*. Lisboa: Colibri.

- Herman, M. (1996). *Intelligence power in peace and war* (1.^a ed.). Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Hulnick, A. S. (2006). *What's wrong with the Intelligence Cycle, Intelligence and National Security*. Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/245493621_What's_Wrong_with_the_Intelligence_Cycle
- IDN (2015). *Referencial de Educação para a Segurança, Defesa e Paz*. Lisboa: IDN.
- IUM (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM.
- Leblanc, L. (2019, outubro). Humint and “2X”. Em: NATO School, *NATO Intelligence Course*. Conferência organizada pela NATO School, Oberarmmegau.
- Matos, L. (2015). *Segurança* [Versão PDF]. Retirado de <https://www.ifilnova.pt/file/uploads/20b80ffab42e5adbe998e8d35b6450a0.pdf>
- MDN (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa. Ministério da Defesa Nacional
- Menezes, A. (2012). *Sistemas de Informações Nacionais. Contributos para a percepção da eficácia*. Lisboa: ISCTE.
- Menezes, A. (2019, novembro). Noções de Contrainformação. Em: Instituto Universitário Militar, *Pós-Graduação em Informações Militares*. Conferência organizada pelo Centro de Informações e Segurança Militar, Lisboa.
- MoD UK (2015). *Future Land Operating Concept*. Londres: MoD.
- NATO (2016). *AJP 2.0- Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. NATO Standardization Agency.
- Nogueira, J. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Cosmos.
- Ribeiro, S. (2011). *Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto de Estudos Académicos para Sêniores.
- Roboredo, N. (2011). *A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Séc. XXI*.
- Rodrigues, A. R. (2013). O conceito de segurança. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Retirado de http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf
- Silva, C. (2013). *Estudo Concetual de Segurança para as U/E/O do Exército*. Lisboa: CSMIE.
- Silva, C., & Ribeiro, F. (2018). As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional. *Revista de Ciências Militares* Vol. VI (2), p. 31.

- Silva, C. et al (2009). *A evolução teórica do conceito de segurança e a percepção das novas ameaças pela região Andina e o Cone do Sul*. Universidade Federal de Pernambuco. Retirado de: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_evolucao_teorica.pdf
- Smith, E. (2003). *Effects Based Operation - Applying Network Centric Warfare in Peace, Crisis, and War*. 1.^a ed. s.l.:CCRP.
- Thaddeus (2017). Counterintelligence for Cyber Defence [Página online]. Retirado de <https://medium.com/@thebrugq/counterintelligence-for-cyber-defence-97d33503064d>
- Viana, C. (2010). O Princípio da eficiência: A eficiente eficácia da administração pública. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, (VII especial), pp. 301-311.
- Vieira, R., 2014. *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM.
- vocabulary.com (2019). *threat* [Página online]. Retirado de <https://www.vocabulary.com/dictionary/threat>

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

ACO	<i>Allied Command Operations</i>
AO	Áreas de Operações

B

BA	Biblioteca de Ameaças
BCT	<i>Brigade Combat Team</i>
BICES	<i>Battlefield Information Collection and Exploitation System</i>

C

CA	Comando Aéreo
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CeRVI	Centro de Reconhecimento, Vigilância e Informações
CFT	Comando das Forças Terrestres
CGE	Centro de Guerra Electrónica
CIM	Célula de Informações Militares
CJTF	<i>Combined Joint Task Force</i>
COA	Centro de Operações Aéreo
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
C3	Comando, Controlo e Comunicações

D

DEMOP	Diretor do Estado-Maior para as Operações
DIVOPS	Divisão de Operações
DJEUA	Departamento de Justiça dos EUA

E

EBO	<i>Electronic Battle Order</i>
EEM	Espetro Eletromagnético
ELINT	<i>Electronic Intelligence</i>
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EUA	Estados Unidos da América

F

FND	Força Nacional Destacada
FT	Forças Terrestres

G

GE	Guerra Eletrónica
GEOINT	<i>Geospatial Intelligence</i>

H

HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
--------	---------------------------

I

IFC	<i>Intelligence Fusion Center</i>
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
INTEL	<i>Intelligence</i> ou <i>Informações</i>
IUM	Instituto Universitário Militar

L

LA	Livrarias de Ameaças
LQSIRP	Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa

M

MASINT	<i>Measurement and Signature Intelligence</i>
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>

N

NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
NEDB	<i>NATO Emitter Data Base</i>
NNN	<i>Non-NATO Nations</i>
NRF	<i>NATO Response Force</i>

O

OB	Ordem de Batalha
OBE	Ordem de Batalha Eletrónica
OE	Objetivo Específico
OG	Obejtivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OpEst	Operações de Estabilização

P

PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PIR	<i>Priority Intelligence Requirements</i>

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

R

RFI	<i>Request for Information</i>
RIM	Repartição de Informações Militares

S

SA	Sistema de Armas
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SI	Serviços de Informações
SIGINT	<i>Signal Intelligence</i>
STANAG	<i>Standardization Agreement</i>

T

TGen	Tenente-general
TII	Trabalho de Investigação Individual
TO	Teatro de Operações

U

UE	União Europeia
----	----------------

POSFÁCIO DE AUTORES

Carlos Miguel Coelho Rosa Marques da Silva é Major de Infantaria, do Exército Português. É Licenciado e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar; possui o curso de Especialização em Informações e Segurança pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Atualmente é Auditor da Pós-graduação em Informações Militares do Instituto Universitário Militar (IUM). Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar, o Curso de Estado-Maior Exército e Curso de Estado-Maior Conjunto. É “Especialista de Reconhecida Experiência e Competência Profissional” na área de “Operações Militares” no âmbito das Ciências Militares. Possui diversos estudos publicados na Revista de Ciências Militares sobre a temática das Informações, publicação esta, indexada à SciELO, com revisão por pare em sistema duplo anonimato e bilingue. Possui diversos cursos nacionais e estrangeiros, bem como participou em diversos exercícios NATO no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança. Paralelamente esteve presente em diversos Grupos de Trabalho de Revisão Doutrinária de publicações do Exército e das Forças Armadas, nomeadamente, no SEGMIL 1, Lei de Segurança da Informação Classificada, entre outros. Após a conclusão da formação na Academia Militar, esteve colocado no Regimento de Guarnição nº 1, no Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército, sendo atualmente docente na Área de Ensino Científico Específico do Exército no Instituto Universitário Militar. Durante a sua carreira desempenhou missões associadas às Informações Militares nos teatros de operações do Kosovo e Afeganistão. Foi orientador de Trabalhos de Investigação de auditores do Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército, da Força Aérea, bem como de Trabalhos de Avaliação Individual de Cadetes da Academia Militar. É o investigador Principal do Projeto de Investigação do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM intitulado de: “Informações, Contrainformação e Segurança – instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”.

Júlio César Melício Pires de Melo Sancha é Major de Comunicações, das Forças Armadas de Cabo Verde. É Licenciado em Engenharia eletrotécnica com ênfase em Telecomunicações. Está habilitado com o curso de Promoção a Oficial superior. Participou em diversos exercícios nos países africanos no âmbito das Comunicações e em exercício da CPLP. Após a conclusão da formação, esteve colocado no Comando da 3ª Região Militar, na Direção de Comunicações e Escola Militar, Centro de Operações de Segurança Marítima da Guarda Costeira, centro de Instrução Militar, sendo atualmente inspetor Adjunto das Forças Armadas.

Pedro Filipe Rodrigues dos Santos é Major Engenheiro Eletrotécnico da Força Aérea Portuguesa. É Mestre em Aeronáutica Militar na especialidade de Engenharia Eletrotécnica, Ramo de Energia, sendo também Mestre em Desenvolvimento e

Cooperação Internacional, grau atribuído pelo Instituto Superior de Economia e Gestão. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar, o Curso de Intelligence da NATO, o Curso de Análise Informações Militares e o Curso de Advanced Critical Thinking, entre outros cursos nacionais e estrangeiros. Participou em diversos exercícios nacionais e NATO no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança e no âmbito da Cooperação Civil-Militar. Após a conclusão da formação na Academia da Força Aérea, esteve colocado na Direção de Infraestruturas e foi o Diretor da Estação Ibéria NATO, na Fonte da Telha, sendo atualmente o Chefe da Secção de Análise, Produção e Disseminação da Repartição de Informações Militares da Força Aérea Portuguesa.

José Pedro Gonçalves Venâncio é Capitão de Infantaria, do Exército Português. É Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar. Atualmente é aluno da Pós-graduação em Gestão de Informações e Segurança da Universidade Nova de Lisboa. Está habilitado com os diversos cursos curriculares da carreira militar, e possui ainda variados cursos nacionais e estrangeiros do âmbito das Informações Militares. Após a conclusão da formação na Academia Militar, prestou serviço no 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada, na Escola Prática de Infantaria, na Escola das Armas e no Batalhão de Infantaria Mecanizado de Lagartas da Brigada Mecanizada, desempenhando diversas funções das quais se salientam as de comandante de pelotão e de companhia. Participou em 2 missões internacionais, nomeadamente em 2012 no Uganda (EUTM-SOMALIA) e em 2015-2016 no Kosovo (KFOR). Atualmente presta serviço no Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército.

Rodrigo Garcia Gonçalves Brito é Capitão de Administração Militar, do Exército Português. É Licenciado e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar. Ao longo da sua carreira, prestou serviço na Escola Prática do Serviços, como Chefe da Subsecção Financeira da Secção Logística, na Direção de Finanças, como Adjunto da Secção de Contabilidade e Prestação de Contas da Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade, na SG-MDN como consultor interno da área financeira do SIG-DN. Atualmente é adjunto da Secção Logística da UnApCmdLog. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar (Curso de Promoção a Capitão e Curso de Promoção a Oficial Superior). No âmbito civil e nas funções desempenhadas como consultor interno do SIG-DN é certificado pela SAP Certification - Financial Accounting with ERP 6.0 EhP6. Ao longo da carreira desempenhou as funções Diretor de Curso CFO/CFS 1ºT/VC/09 Finanças, Formador do TPO ADMIL, CF/CFS Finanças, nas disciplinas de noções gerais de orçamentologia, processo administrativo, imposto sobre o rendimento singular, imposto sobre o rendimento coletivo, elaboração de documentação comercial.

José António da Rocha Isidoro é Capitão de Cavalaria, do Exército Português. É Licenciado e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar. Ao longo da sua carreira, prestou serviço na Brigada Mecanizada, inicialmente no Esquadrão de Reconhecimento como Comandante de Pelotão de Reconhecimento e 2º Comandante do Esquadrão, posteriormente no Grupo de Carros de Combate como 2º Comandante do 2º Esquadrão de Carros de Combate, Comandante do 1º e 2º Esquadrões de Carros de Combate, Comandante do Esquadrão de Comando e Serviços e Comandante do Esquadrão de Apoio ao Combate. Desempenhou ainda, as funções de Oficial de Operações e de Informações no Estado-maior do Grupo de Carros de Combate. Atualmente é o Comandante do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Mecanizada. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar (Curso de Promoção a Capitão e Curso de Promoção a Oficial Superior). Possui ainda outros cursos de qualificação, dos quais se destacam, o Curso de Instrutores de SLM TOW M220A2, o Curso de Paraquedismo, Curso de Sapadores das Armas e serviços e o Curso de Chefes de Carros de combate Leopard 2 A6. Participou em diversos exercícios nacionais e internacionais, dos quais se destacam no âmbito nacional os exercícios da série ROSA BRAVA e ORION, e no âmbito internacional os exercícios TRIDENT JUNCTURE 15, REAL THAW e ALLIED SPIRIT VII. Participou ainda como observador numa competição de Carros de Combate a Strong Europe Tank Challenge, realizada na Grafenwoehr Training Area em Grafenwoehr, Alemanha e em várias sessões de simulação no âmbito dos Carros de Combate Leopard 2 A6 na Brigada de “Extremadura” XI em Badajoz, Espanha. Em 2011 participou numa missão no âmbito de uma Cooperação Técnica Militar em Timor Leste, exercendo funções no projeto 4 como assessor na área da tática.

Alexandre Manuel Moura Parreiras é Capitão de Cavalaria, do Exército Português. É Licenciado e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar. Ao longo da sua carreira, prestou serviço no Regimento de Cavalaria 3, inicialmente no Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Reação Rápida, nas funções de Comandante de Pelotão de Reconhecimento, 2º Comandante do Esquadrão e Comandante do Esquadrão. Posteriormente desempenhou funções de Comandante do Esquadrão de Comando e Serviços e Comandante da Companhia de Comando e Serviços do Agrupamento ISTAR (AgrISTAR). Desempenhou ainda, as funções de Oficial de Logística do RC3. Atualmente é o Oficial de Recursos do AgrISTAR e Adjunto do Chefe da Secção Logística. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar (Curso de Promoção a Capitão e Curso de Promoção a Oficial Superior). Possui ainda outros cursos de qualificação, dos quais se destacam, o Curso de Paraquedismo, Curso de Operações Aeroterrestres, Curso de Tiro, Curso de Contra-Vigilância, Curso de Fontes Abertas (OSINT), Curso de Contra Bombismo (C-IED), Curso de Sapadores das Armas e Serviços, Curso de Instrutores de Equitação Grau

I, Curso de Proteção Ambiental e Formação Funcional em MS EPM/Projetos LPM. Participou em diversos exercícios nacionais e internacionais, dos quais se destacam no âmbito nacional os exercícios da série APOLO e ORION, e no âmbito internacional os exercícios REAL THAW. Em 2010 participou numa missão no Teatro de Operações do Kosovo, integrando o 1BIPara/BRR/KFOR.

César António Rangel Monteiro é Capitão de Infantaria, do Exército Português. É Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar e está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar. Possui ainda o Curso de Instrutores de Educação Física Militar e o Curso de Instrutores de Paraquedismo Militar. Após a conclusão da formação na Academia Militar iniciou a sua carreira de Oficial do Quadro Permanente no 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista, sediado no Regimento de Infantaria 10, em São Jacinto. Posteriormente foi colocado na Direção de Administração de Recursos Humanos, no Porto, tendo regressado, dois anos depois, ao Regimento de Infantaria 10. Atualmente encontra-se em fase de aprontamento numa Força Nacional a destacar para a República Centro-Africano (RCA), ocupando as funções de Oficial de Ligação da 7ª Força Nacional Destacada, para a RCA. Durante a sua carreira militar participou em duas missões no Teatro de Operações do Kosovo, onde desempenhou as funções de Comandante de Pelotão da Companhia de Manobra da Força de Reserva Tática da KOSOVO FORCE (KFOR) e posteriormente 2º Comandante da Companhia de Apoio da Força de Reserva Tática da KFOR.

Ana Raquel Garção Maurício é Capitão de Artilharia, do Exército Português. É Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar e está habilitada com os cursos curriculares da carreira militar. Possui ainda o Curso de Operador de Sistema Míssil Chaparral e o Curso de Defesa Nuclear, Biológica e Química. Após a conclusão da formação na Academia Militar, iniciou a sua carreira de Oficial do Quadro Permanente na Bateria de Artilharia Antiaérea, da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida. Posteriormente foi colocada no Campo Militar de Santa Margarida, até ir frequentar o Curso de Promoção a Oficial Superior. Findo este, foi colocada no Grupo de Artilharia de Campanha 15.5 AP da Brigada Mecanizada, onde desempenha atualmente funções.

João Filipe Pires Xavier é Capitão de Infantaria Paraquedista, do Exército Português. É Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar. Após a conclusão da formação na Academia Militar, foi colocado no Regimento de Paraquedistas, onde desempenhou funções na área da formação terrestre, ministrando vários cursos de combate. Terminado o processo de requalificação aeroterrestre, iniciou a sua formação, integrada nos quadros de especialistas aeroterrestres, tendo realizado vários cursos em Portugal e no Estrangeiro. Está habilitado com os cursos nacionais de: Operações Aeroterrestres, Curso de Instrutor de Paraquedismo Militar, Curso

de Precursor Aeroterrestre, Curso de Saltador Operacional Aeroterrestre. No estrangeiro, nos Estados Unidos da América, frequentou o curso de *Ram Air Parachute System*, *Combat Life Saver*, *Airborne Course* e *Pathfinder Course*. Terminadas as referidas formações, na designada carreira aeroterrestre, desempenhou funções como Comandante do Destacamento de Precursores B, Comandante da Companhia de Precursores Aeroterrestres, Oficial de Operações do Batalhão Operacional Aeroterrestre. Participou em diversos exercícios nacionais e NATO, em várias edições dos mesmos. Destacam-se: Lone Paratrooper (ESP); Hot Blade (PT); Swift Response (Alemanha, Bulgária, Polónia, Hungria); Trident Juncture (PT); Real Thaw (PT); EATT (PT). Durante a sua carreira, desempenhou uma missão na área das Informações – Operações, no teatro de operações do Mali na EUTM.

André Miguel Farinha Bento é Capitão de Infantaria, do Exército Português. É Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar; possui uma pós-graduação em Direção e Gestão de Segurança. Está habilitado com os cursos curriculares da carreira militar e possui diversos cursos de qualificação ligados à área da segurança militar e de informações onde se destacam o Curso de Segurança Militar, Nato CJ2X Course, Curso de Operações HUMINT, Estágio de OSINT, tendo também participado em exercícios NATO no âmbito das Informações, Contrainformação e Segurança. Paralelamente esteve presente em diversos Grupos de Trabalho de Revisão Doutrinária de publicações do Exército e das Forças Armadas, nomeadamente, na Norma de Segurança sobre o Armazenamento e Transporte de Material Militar (NSATMM). Após a conclusão da formação na Academia Militar iniciou a sua carreira de Oficial do Quadro Permanente na 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, Instituto dos Pupilos do Exército, sendo atualmente Chefe da Secção de Segurança do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército no Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército. Durante a sua carreira participou numa Força Nacional Destacada no teatro de Operações do Kosovo como 2º Comandante da Companhia de manobra da Reserva Tática da KFOR.

CAPA

Composição Gráfica

Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo

Sobre aguarela de

Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira